

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
LUCAS NIENKOETTER DA SILVA

**ANÁLISE DA INFLUÊNCIA ECONÔMICA CHINESA NA ÁFRICA A PARTIR DA
DÉCADA DE 1980**

FLORIANÓPOLIS, SC
2016

LUCAS NIENKOETTER DA SILVA

**ANÁLISE DA INFLUÊNCIA ECONÔMICA CHINESA NA ÁFRICA A PARTIR DA
DÉCADA DE 1980**

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado. Orientadora: Prof. Dra. Patrícia Fonseca Ferreira Arienti.

FLORIANÓPOLIS, SC

2016

Lucas Nienkoetter da Silva

**ANÁLISE DA INFLUÊNCIA ECONÔMICA CHINESA NA ÁFRICA A PARTIR DA
DÉCADA DE 1980**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do Título de Bacharel, aprovada e atribuída à nota 9,5 (nove e meio) ao aluno Lucas Nienkoetter da Silva, em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis (SC), 15 de Julho de 2016.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Fonseca Ferreira Arienti
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Me. Paulo Henrique Schlickmann
Universidade Federal de Santa Catarina

Me. Fábio Pádua dos Santos
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo amor incondicional, por estarem ao meu lado em todas as minhas escolhas, por me fornecerem todo suporte e por serem à base da minha educação, princípios e valores.

À minha namorada, pela força, compreensão e companheirismo.

Aos amigos que passaram e, principalmente, aos que continuam ao meu lado nessa jornada por terem me ajudado a construir um pouco de quem sou.

Aos meus professores e mestres que me ensinaram muito ao longo da vida.

À UFSC, pela incrível jornada.

"[...]But his example helped awaken me to the wider world, and the obligation that we all have to stand up for what is right. Through his choices, Mandela made it clear that we did not have to accept the world as it is - that we could do our part to seek the world as it should be."

Presidente Barack Obama.

RESUMO

DA SILVA, Lucas Nienkoetter. **Análise da Influência Econômica Chinesa na África a Partir da Década de 1980**. Monografia – Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

A presente pesquisa tem como objetivo estudar e analisar as ações econômicas e os direcionamentos do investimento externo direto chinês perante o continente africano. Assim como levantar as visões e críticas que as relações sino-africanas recebem tanto dos governos e sociedade civil dos próprios países africanos, quanto dos países ocidentais e como a China responde a tais críticas. A análise tratará inclusive sobre a importância dos recursos naturais africanos - que serão abordados nos casos da madeira em Moçambique e do Petróleo na Nigéria - no processo de manutenção da China como uma das maiores superpotências do sistema internacional, ficando atrás somente dos Estados Unidos. Este processo demandou, na visão da República Democrática da China, buscar alianças específicas, vistas pela própria China como medidas cooperativas com os países africanos, o que, pelo espectro da comunidade internacional ocidental, estas alianças não passam de medidas baseadas no neocolonialismo do atual século.

Palavras-chaves: África, China, Cooperação, Investimento externo direto, Neocolonialismo.

ABSTRACT

This research aims to study and analyze the economic actions and directions of Chinese foreign direct investment to the continent. As well as raise the views and criticisms that the Sino-African relations receive both governments and civil society from African countries themselves, as the Western countries and how China responds to such criticism. The analysis focuses on including the importance of African natural resources - that will be addressed in the case of wood in Mozambique and oil in Nigeria - in China's maintenance process as one of the superpowers of the international system, behind only the United States. This process has required, in the view of the Democratic Republic of China, seek specific alliances, seen by China as cooperative measures with African countries, which, by the specter of Western international community, these alliances are merely measures based on neocolonialism in this actual century.

Keywords: China, Africa, Foreign Direct Investment, Natural Resources, Neocolonialism.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 : COMPARATIVO DO CRESCIMENTO ANUAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO ENTRE A CHINA E O MUNDO EM PERCENTAGEM (1978 – 2014).	28
GRÁFICO 2: PROGRESSO DO PIB CHINÊS (US\$) DE 1960 ATÉ 2014.	30
GRÁFICO 3: COMPARATIVO DAS IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS CHINESES EM PORCENTAGEM EM RELAÇÃO AO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DE 1978 - 2014.	32
GRÁFICO 4: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES CHINEAS POR TIPO DE PRODUTO EM % DO TOTAL DE EXPORTAÇÕES (1980 - 2008)	33
GRÁFICO 5: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES CHINEAS POR TIPO DE PRODUTO EM % DO TOTAL DE IMPORTAÇÕES (1980-2008)	34
GRÁFICO 6: COMPARAÇÃO DE PIB EM BILHÕES DE DÓLARES DA CHINA, JAPÃO, ESTADOS UNIDOS, ALEMANHA, REINO UNIDO E ÍNDIA ENTRE 1980 – 2014.	35
GRÁFICO 7: INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO CHINÊS: ENTRADA E SAÍDA DE FLUXOS EM BILHÕES DE DÓLARES (1980 - 2014)	39
GRÁFICO 8: COMPARATIVO DO INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO EM MILHÕES DE DÓLARES DA CHINA, EUA E JAPÃO (1980 - 2014)	42
GRÁFICO 9: ENTRADA E SAÍDA DE INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS NA ÁFRICA (1980-2014).	57
GRÁFICO 10: CRESCIMENTO DO PIB DO CONTINENTE AFRICANO, POR REGIÕES EM DESENVOLVIMENTO, EM PERCENTAGEM (1980-2014)	57
GRÁFICO 11: PRINCIPAIS PRODUTOS AFRICANOS EXPORTADOS PARA A CHINA EM MILHÕES DE DÓLARES (1995-2014).	64
GRÁFICO 12: FATURAMENTO TOTAL EM MILHÕES DE DÓLARES DO COMÉRCIO BILATERAL ENTRE CHINA E NIGÉRIA (INCLUINDO IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES) DE 1994-2001.	69
Gráfico 13: Principais países que a Nigéria exportou e a participação de cada país no faturamento total de exportações em percentagem (2005-2010).	70
GRÁFICO 14: COMPARATIVO DAS IMPORTAÇÕES DE MADEIRA DA ÁFRICA ENTRE A CHINA E OS EUA EM MILHÕES DE DÓLARES. (2000-2014).	75
GRÁFICO 15: PRINCIPAIS EXPORTAÇÕES DE MOÇAMBIQUE (2010)	78

GRÁFICO 16: DIFERENÇA DOS VALORES EM DÓLARES REPORTADOS PELA CHINA NA IMPORTAÇÃO DE MADEIRA EM TORAS EM RELAÇÃO AOS VALORES INDICADOS NAS EXPORTAÇÕES DE MOÇAMBIQUE SOBRE O MESMO PRODUTO. (2001-2014)..... 79

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 JUSTIFICATIVA	4
2 ENTENDENDO A COOPERAÇÃO	5
2.1 AS DIFERENTES VISÕES SOBRE A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	6
2.1.1. Fundamentos Históricos da Cooperação Internacional	8
2.1.2 Cooperação: A Interdependência do Sistema Internacional	11
2.1.3 A cooperação pelas lentes do Construtivismo	13
3 ENTENDENDO O NEOCOLONIALISMO	14
4 ENTENDENDO O DESENVOLVIMENTO	17
4.1 RETOMADA TEÓRICA DO DESENVOLVIMENTO	18
5 CHINA - HISTÓRICO POLÍTICO-ECONÔMICO	22
5.1 A ERA DE MAO ZEDONG (1949-1978)	23
5.2 A REFORMA DE DENG XIAOPING	25
5.3 A EVOLUÇÃO ECONÔMICA APÓS 1980	27
5.4 POSICIONAMENTO INTERNACIONAL	31
5.5 INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO CHINÊS	37
6 ÁFRICA	47
6.1 UMA BREVE HISTÓRIA DA ÁFRICA	49
6.1.1 Um recorte histórico-econômico de 1950-1990	50
6.1.2 A África dos anos 1990	53
6.2 RECURSOS NATURAIS EM ABUNDÂNCIA - A RIQUEZA DA ÁFRICA	59
6.3 A INTENSIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES SINO-AFRICANAS	62
6.3.1 A situação da Nigéria	65
6.3.2 As relações sino-moçambicanas	72
7 AS VISÕES SOBRE AS RELAÇÕES CHINA-ÁFRICA	83
7.1 A VISÃO AFRICANA	83
7.2 A VISÃO OCIDENTAL	87

7.3 A RESPOSTA CHINESA	94
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105

1 INTRODUÇÃO

Mudanças no sistema internacional acontecem o tempo todo. Durante as guerras ou em períodos de paz, estados prezam pelas suas existências, procuram garantir seus sucessos, sejam eles econômicos ou políticos. Por esses e outros motivos, países decidem se aliar uns aos outros, firmando tratados e acordos, criando padrões internacionais e formando o mundo interconectado que conhecemos hoje.

Nesse mundo no qual se percebe as constantes mudanças e, ao mesmo tempo, a busca por cooperações para a manutenção do *status quo*, é possível perceber a formação de novas alianças, as quais, anteriormente, não seriam possíveis, pelo distanciamento ideológico ou geográfico dos países. No entanto, algumas alianças recentes não só fazem sentido em termos de uma política internacional que preza pelo equilíbrio no sistema, como também por questões econômicas, já que também almejam benefícios em ambas as direções.

Um exemplo que ilustra a situação descrita acima são as alianças estabelecidas entre a China e a África nas últimas décadas, duas grandes regiões em desenvolvimento, que estreitaram ainda mais as relações político econômicas nas décadas finais do século XX. O objetivo geral deste trabalho é, portanto, estudar o cenário dessas relações, as quais têm gerado muitos benefícios e crescimento para ambas as regiões, assim como chamado a atenção de outros países – principalmente os desenvolvidos – na comunidade internacional.

A presente pesquisa abordará a formação de alianças entre a China e a África, especificamente, no que diz respeito aos investimentos chineses para a Nigéria e Moçambique. Os dois países em questão foram escolhidos como amostragem de estudo com intuito de permitir o aprofundamento da análise, de dois casos distintos, dessas relações e como elas são percebidas pela África, pela China e pelo sistema internacional – caracterizadas ora pelo espectro da cooperação internacional e ora pela propagação do neocolonialismo.

O continente africano sofreu durante muitos anos devido à colonização europeia e, até hoje, sofre de muitos problemas de desenvolvimento como consequência das condições em que esteve inserido no passado. O recorte atual da situação africana se mostra bastante peculiar e paradoxal: é um continente que dispõe de diversas riquezas e bens naturais, porém não consegue administrar e se beneficiar da extração desses recursos, tendo que abrir as fronteiras para

empresas estrangeiras que, nem sempre, agem dentro da lei ou prezam pelo desenvolvimento africano.

Por viver há séculos nesse contexto paradoxal, acabaram surgindo no continente africano diversos acordos que permitiram e permitem, até hoje, que outros países ou regiões usufruam dos bens naturais, em troca do desenvolvimento, seja ele desigual ou de ganhos mútuos. Essas relações de troca passaram pelo período colonial, acompanharam as independências africanas no continente e se perpetuam até a atualidade, sofrendo, é claro, uma série de transformações ao longo da história e que serão vistas neste trabalho.

Em um primeiro momento as relações africanas, em busca do desenvolvimento, aconteciam com um grupo bastante restrito do sistema internacional, concentrando-se, principalmente, nas grandes potências da Europa e os Estados Unidos. Entretanto, com o avanço econômico de outras regiões do globo, a interconectividade e as crises do cenário internacional, surgiram novas potências a fim de estreitar relações com os países do continente africano.

A China, portanto, surge para a África, nas décadas finais do século XX, como uma opção de retomada aos caminhos para o desenvolvimento, já que o sistema internacional, as organizações financeiras internacionais e os parceiros mais antigos, enfrentavam dificuldades para encontrar saídas frente aos gargalos das frequentes crises do cenário mundial.

Nesse período, assombrado por diversas crises financeiras internacionais, seriam as relações sino-africanas atuais abaladas pelas críticas dos países do sistema internacional, que indagam que a China utiliza da coerção para atingir seus objetivos político-econômicos, explicados pela teoria do neocolonialismo? Ou será que a China seguirá apostando nessas relações considerando-as mutualmente benéficas e creditadas ao viés da cooperação internacional?

Para a análise dessa pesquisa, a delimitação espacial se dá no continente africano (especificamente na Nigéria e Moçambique) e leva em conta também o território chinês. Atualmente, a China possui uma economia crescente, porém a taxas menores que a delimitação temporal definida para esta pesquisa, a qual levou em conta dados das décadas de 1980 a 2014.

Para responder o objetivo geral e as outras indagações feitas nesta introdução e ao longo do trabalho foram estabelecidos objetivos específicos que auxiliarão na delimitação do tema e que serão compilados ao longo dos capítulos do trabalho, são eles:

- 1) Analisar brevemente o desenvolvimento político e econômico da China e da África nas últimas décadas;

- 2) Avaliar as relações econômicas sino africanas entre as duas amostras de países escolhida e também no geral;
- 3) Pontuar as vantagens e desvantagens encontradas nos investimentos chineses na África;
- 4) Levantar hipóteses futuras sobre esse relacionamento, tendo em vista a visão chinesa, africana e a da comunidade internacional.

A fim de atingir os objetivos gerais e específicos na análise das relações China-África é necessária que, também, sejam feitas apresentações teóricas essenciais para o entendimento do estudo dos casos em questão e que serão apresentados ao longo da pesquisa, portanto, o trabalho será dividido em quatro capítulos principais.

No primeiro capítulo será feita uma breve revisão teórica, ressaltando os principais conceitos utilizados para embasar e caracterizar o resultado desta análise, como as teorias da cooperação internacional e do neocolonialismo. O segundo capítulo abordará o comportamento chinês, o histórico das investidas internacionais chinesas e o interesse econômico pela África, demonstrando uma projeção internacional diferente de outras grandes potências. O terceiro capítulo abordará o cenário econômico da África e a disponibilidade de seus recursos naturais, trazendo dois estudos de caso, o do petróleo na Nigéria e o da madeira em Moçambique, os quais permitirão analisar as influências dos investimentos da China no continente e suas consequências em uma menor abordagem. Assim, o quarto capítulo trata como ponto central a relação que se dá entre a China e os dois países do continente africano em termos de desenvolvimento econômico, infraestrutura nacional e possíveis apoios políticos em troca de recursos naturais carentes na China. Serão apresentadas as possibilidades de manutenção futura dessas alianças, tanto nas visões sino africanas, que se baseiam nos conceitos de cooperação, quanto em uma visão diferente, através do neocolonialismo, apontado pelas grandes potências ocidentais do sistema internacional.

Esta análise pode ser enquadrada em dois tipos de procedimentos técnicos, são eles; pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica é aquela que, segundo Gil (2008), “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Para o mesmo autor, a pesquisa documental “é muito parecida com a bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que

não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”.

A presente pesquisa foi realizada a partir de *sites* oficiais de organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), *United Nations Conference on Trade And Development* (UNCTAD), *United Nations Commerce and Trade Database* (UNCOMTRADE), periódicos e seminários, artigos, além de documentos de órgãos de pesquisa nacionais tais como IPEA, Capes e de livros especializados em assuntos relacionados às relações internacionais, história, economia e desenvolvimento, assim afirmando a sua característica de pesquisa bibliográfica e documental.

Em relação à abordagem, essa análise será qualitativa. Dencker (2002) coloca que, a abordagem da pesquisa é qualitativa quando não parte de dados obtidos por questionários como a quantitativa. Nesta pesquisa, busca-se encontrar entendimentos para o tema em questão, ela permite a livre interpretação do tema. Possui roteiro estruturado e aprofunda conteúdo.

É importante ressaltar desde já que o autor desta pesquisa partilha de uma posição desenvolvimentista pró China e pró-cooperativista, mesmo que ao longo do trabalho essa posição possa se atenuar devido aos referenciais teóricos adotados, sendo estes na sua maioria euro centristas e americanos.

1.1 JUSTIFICATIVA

Sobre as motivações principais que me levaram a pesquisar e escrever sobre o tema da análise da relação chinesa com o continente africano podem ser divididas em três. Primeiramente, pelo interesse sobre as culturas e desenvolvimento das regiões em questão desde o início da graduação. Este interesse me levou a buscar materiais, informações e disciplinas optativas oferecidas pelo departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como também, em viagens a alguns dos países africanos.

A segunda se justifica pela necessidade de dar maior atenção às regiões estudadas nesta pesquisa, visto que durante a graduação há uma forte tendência, principalmente, aos estudos ocidentais voltados ao euro centrismo e as ações dos Estados Unidos no sistema internacional. Sendo assim, essas regiões, que também possuem relevância ao cenário mundial deveriam, pelo

meu espectro, ter destaque na grade curricular obrigatória para tornar o conhecimento do internacionalista mais completo.

Por fim, a terceira motivação é devido à relevância do tema para maior entendimento dos assuntos contemporâneos, que abrangem as ações da China em períodos de crise e quais possíveis desfechos para os próximos capítulos da ordem financeira mundial sendo um desafio à hegemonia atual.

2 ENTENDENDO A COOPERAÇÃO

Neste capítulo serão introduzidos conceitos de duas teorias que percorrem as relações internacionais e, principalmente, a do tema em questão. Os temas tratados nessa primeira parte do trabalho são essenciais para o entendimento da análise ao longo dos próximos capítulos, portanto, a leitura se faz importante. Segundo Nye (2009), as teorias são como os mapas que nos permitem entender um terreno desconhecido. Sem ela, estamos perdidos, pois, mesmo quando pensamos que estamos usando o senso comum, normalmente há uma teoria implícita guiando nossas ações.

A cooperação internacional simboliza um esforço mútuo, envolvendo dois ou mais países, para reforçar as capacidades operacionais dos mesmos em áreas diferentes. Segundo De Souza Paula e Gama Alves (2001), as mais comuns formas de cooperação são:

- a) cooperação bilateral – estabelecida apenas entre dois Estados;
- b) cooperação multilateral – participam três ou mais Estados e, normalmente, são executadas por intermédio de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU);
- c) cooperação não-governamental – posta em prática por entidades não estatais, abrangendo um vasto universo de agentes, o qual abarca sindicatos, associações de classe, empresas, organizações não-governamentais (ONGs). (DE SOUZA e GAMA ALVES 2001, p. 14).

No segmento dessa análise, serão levadas em consideração as relações de cooperação bilaterais e multilaterais, pois mesmo a relação sino-africana tendo caráter bilateral ela acaba abrangendo outros atores como as instituições internacionais. Será traçada, nesse conjunto de conceitos sobre cooperação técnica internacional, uma maneira para o entendimento sobre como essa cooperação se apresenta internacionalmente. Dentro das formas bilateral e multilateral de cooperação, demonstradas nessa análise, a cooperação internacional possui várias nomenclaturas,

referentes, por vezes à natureza do acordo - técnica, educacional, financeira, científico-tecnológica, etc - por outras vezes à geopolítica - Sul-Sul, Norte-Sul - aos interesses e motivações dos próprios Estados - ajuda, assistência - entre outras categorias.

2.1 AS DIFERENTES VISÕES SOBRE A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

É possível afirmar que as pesquisas e teses sobre a cooperação e a sua influência para o desenvolvimento têm passado por um momento de divergência entre os autores que estudam o tema. De um lado, autores como Hans Morgenthau (1978), apostam que os projetos de ajuda internacional são, quase na sua totalidade, realizados de acordo com os interesses dos países investidores, também chamados de doadores. Por outro lado, outros autores, como Kenneth Waltz (2002), defendem que as ajudas externas são uma resposta às desigualdades entre as nações, principalmente, baseadas em interesses com viés humano e ético. Finalmente, encontram-se autores que, por situarem-se entre as duas linhas de pensamento, como Keohane e Nye (1977), que argumentam que os países doadores tanto defendem seus interesses, como também lutam por um mundo mais ético e humano.

A literatura realista é a corrente de pensamento dos pesquisadores que defendem a primeira das ideias anteriormente apontadas, ou seja, de que os países só praticam a ajuda externa de acordo com os seus interesses. Os autores dessa escola acreditam no estado de natureza *hobbesiano*, ou seja, a sobrevivência do estado ou a segurança nacional são os fatores centrais, que guiam os países. Aumentar o poder, ou mantê-lo, é o mais importante interesse nacional, e tudo que vai além dessa preocupação é considerado menos relevante. Ainda para esta corrente, as organizações internacionais não existem de fato, ou se existem são irrelevantes, na visão realista a cooperação pode ser classificada como um tipo de relação incomum ou temporária, os Estados só vão buscar esse tipo de relação se trouxerem benefícios.

Enfatizar que os estados são independentes e autônomos e preocupados apenas com seus próprios interesses nacionais. Além disso, eles interagem em um ambiente internacional em que não existe nenhuma autoridade central global para impor ordem. Esta anarquia internacional faz com que cada estado procure defender a si mesmo. Dessa forma os países buscam expandir seu poder até serem confrontados por outro estado mais forte.

Este cenário é caracterizado pelo conflito e pela possibilidade de guerra constante. A cooperação é considerada incomum, temporária e fugaz.¹ (Tradução livre)

Para Hans Morgenthau, 1978, autor realista, a política exterior não seria definida jamais pela moralidade, e sim pelo interesse da nação. A amoralidade marcaria as relações de cooperação entre os Estados, pois esses agem em um mundo em que prevalece o jogo de soma zero, quando para um ganhar o outro tem que perder.

Outras características da escola realista para as relações internacionais no tocante da cooperação internacional se dá nas considerações de Ayllón (2007), quando o autor explicita que:

A cooperação internacional serviria para os Estados manterem seu poder e crescimento, para conseguirem influência política, prestígio, vantagens geoestratégicas e intensificação do comércio, para garantirem investimentos ou, também, como forma de oferecerem subornos para as elites dos países em desenvolvimento em troca de apoios, por exemplo, em organismos internacionais. Dessa forma, as políticas de cooperação seriam inseparáveis das relações de poder, aonde não haveria espaço para considerações éticas (Ayllón, 2007, p. 42).

Os autores da corrente neorealista, como Kenneth Waltz (2002) afirmam que as ações de ajuda externa acontecem por conta de um viés mais humano e ético. Eles vão além da restrita visão dos realistas, e acreditam que a dimensão econômica divide a mesma importância, se não maior que a dimensão da segurança. Os pesquisadores embasados na literatura liberal das Relações Internacionais dão bastante destaque para as questões da cooperação que leva ao desenvolvimento, sem deixar de tratar de assuntos humanitários, tais como: diminuição da pobreza e melhora na qualidade de vida geral, por se tratar também de uma obrigação ética dos países. Para melhor elucidar seus pensamentos, os autores desse viés, apresentam três vertentes diferentes:

No primeiro existe o argumento do caráter ontológico, o qual apresenta a cooperação ao desenvolvimento como sendo uma obrigação que as nações mais ricas têm para com as mais pobres, de prover as necessidades básicas para a sobrevivência delas como estado. Já no segundo

¹ Emphasize that states are autonomous and independent and concerned only with their own national interests. Moreover, they interact in an international environment in which there exists no overarching central authority to enforce order. This international anarchy leaves each state to fend for itself. In such a world, states expand until confronted and checked by others. Such a world is characterized by conflict and the constant possibility of war. Cooperation is unusual, fleeting, and temporary. International institutions do not exist or are irrelevant. (STEIN, A. A., 1990, pg 7).

argumento, os autores trazem uma questão mais utilitarista, que busca reconhecer as relações de cooperação através de uma réplica ética às dificuldades que poderiam ser sanadas com o conhecimento técnico ou experiências passadas dos países mais ricos. Por fim, o terceiro ponto trazido pelos pesquisadores neorealistas liberais como Keohane e Nye (1977, para expressarem uma resposta à pergunta “porque os países cooperam?”), é o argumento fundamentado no entendimento da cooperação ao desenvolvimento como a personificação do humanitarismo ideal.

Nesta última concepção, de acordo com Lumsdaine (*apud* Ayllón, 2006, p.16), “a ajuda externa não pode ser exclusivamente explicada sobre a base dos interesses políticos e econômicos dos doadores”. As barreiras à cooperação derivam menos do caráter anárquico do sistema internacional do que dos modelos de intercâmbio dos estados, ou seja, dependem muito mais de obstáculos na falta de informação, de regras específicas, de comunicação e até culturais.

2.1.1. Fundamentos Históricos da Cooperação Internacional

As duas escolas apresentadas até agora, realista e neorealista apareceram para ajudar a explicar e entender melhor as guerras interestatais e é através dessas teorias que estudiosos das relações internacionais conseguem analisar e prever como o sistema internacional se comportava.

Depois da Primeira Guerra Mundial, diferentes autores como Keohane e Nye passaram a defender a possibilidade de que a interdependência entre os Estados poderia trazer benefícios de paz e que para isso acontecesse o sistema internacional teria que partilhar da ideia de cooperação entre todos.

A cooperação entre todos os estados daria a chance para que os pesquisadores neoliberais pudessem pensar em uma sociedade internacional, a qual poderia ter regras comuns de convívio, dando espaço para a criação da lógica de supranacionalidade. Como resposta a esses pensamentos surgiria a Liga das Nações para tomar as rédeas dessa supranacionalidade que serviria para evitar novas guerras.

Contudo, não foi bem esse o desfecho, a Liga das Nações fracassou e como resposta a esse fracasso a Segunda Guerra Mundial explodiu e a pretensão dos neoliberalistas só voltou a ganhar força novamente com o fim da segunda grande guerra com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945. A ONU foi criada, diferentemente da Liga das Nações, a partir da premissa de que os Estados são incapazes de cooperar em busca de uma paz estável.

Entretanto, a própria Carta da ONU² admite em seus escritos que seria outra vez através da cooperação internacional que os estados fomentariam o desenvolvimento econômico e social, e como resultado, chegariam a maiores intervalos de paz caso buscassem também o respeito aos direitos humanos.

O que há de interessante e diferente sobre o mundo desde 1945 é que uma estratégia comercial pacífica apresenta muito mais eficácia do que em todos os tempos. Por meio de mecanismos de desenvolvimento industrial-tecnológico e do comércio internacional, as nações podem transformar suas posições na política internacional, e podem fazê-lo enquanto outros estados também se beneficiam do aumento do comércio e do crescimento que a cooperação econômica possibilita (ROSECRANSE, 1986 p.9).

O período marcado entre os anos de 1944 e 1949 refletiu o termo da cooperação nos esforços para a reconstrução dos países europeus tocados pela guerra. E foi com o fim da Segunda Guerra que se difundiu a competição e os conflitos entre os Estados Unidos da América - EUA e a antiga União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas - URSS, alterando novamente o clima do sistema internacional. O direcionamento puro de cooperação, desenvolvimento e busca pela paz proveniente das organizações multilaterais se modificou e passou a atender aos interesses dos países desenvolvidos que as controlavam. Àqueles que faziam maiores investimentos às organizações multilaterais tinham seus interesses atendidos. Foi, portanto, nesse contexto que a cooperação internacional passou a ser vista como estratégica inserida em um sistema de alianças, o qual foi estabelecido no decorrer do conflito ideológico entre EUA e URSS.

O equilíbrio de poder como um sistema multipolar está intimamente relacionado ao conceito de alianças. As alianças são acordos formais e informais que os estados soberanos fazem uns com os outros para assegurar sua segurança mútua. Podem ser motivadas por preocupações militares: dois estados de tamanho médio podem decidir que estarão mais seguros contra as ameaças de um estado maior se formarem uma aliança. Tradicionalmente, as alianças são um dos pontos centrais da política internacional (NYE, 2009, p. 85).

Foi apenas em 1959 que a ONU, atendendo às exigências dos países do hemisfério Sul, os quais pediam uma revisão do significado das relações de cooperação para que as mesmas deixassem de ter ajuda atrelada aos interesses político-estratégicos das potências, e passasse a ser uma ferramenta, na qual os países poderiam se beneficiar mutuamente nos âmbitos econômicos e técnicos. Foi neste contexto que a organização repensou o conceito de assistência, até então

² A Carta da ONU é o tratado que estabeleceu as Nações Unidas. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/>

utilizado pelas nações, para o termo de cooperação técnica, exposto na resolução 1.383, na reunião da Assembleia Geral da ONU naquele mesmo ano.

Os países do Sul defendiam nova ordem baseada na equidade, na igualdade soberana, na interdependência, no interesse comum e na cooperação entre os Estados. O que se buscava era um sistema que diminuísse as assimetrias econômicas entre os países e garantisse o desenvolvimento econômico e social acelerado e acompanhado da paz e da justiça para as gerações presentes e futuras (LEITE, 2008, p. 65).

Apesar disso, o sistema internacional ao longo da Guerra Fria manifestou uma grande dependência econômica de determinadas regiões do globo. O período que se estendeu até a metade da década de 1970 foi marcado pelos atrativos empréstimos ofertados pelas instituições financeiras internacionais tais como FMI e Banco Mundial. Empréstimos que em um primeiro momento serviram para guinar o desenvolvimento de países da África, Ásia e América Latina, porém com a chegada da segunda crise do petróleo, os mesmos recursos que financiaram o desenvolvimento criaram um forte laço de dependência com as instituições financeiras internacionais por causa do endividamento externo. Foi também devido às medidas econômicas alteradas pelos Estados Unidos, como o fim da paridade ouro-dólar, definida em Bretton Woods, que mostrou a fragilidade na qual o mundo estava mergulhado.

Com a chegada da década de 1980, as limitações dos recursos recebidos pelos países do sul através das cooperações internacionais tiveram seu auge. Os principais motivos dos cortes de recursos financeiros por parte dos países desenvolvidos se deram por causa da recessão mundial já mencionada e devido aos problemas econômicos e o protecionismo promovido pelas grandes potências. Neste momento os escassos recursos do sistema da ONU eram realocados para países com claros índices de pobreza, diminuindo e até suspendendo os empréstimos para países do Sul. Esse contexto de recessão estimulou significativamente a ampliação da cooperação Sul-Sul como opção de continuidade do desenvolvimento nesses países.

É importante ressaltar que mesmo com uma intensificação das relações Sul-Sul, a partir da década de 1980, estas ainda não superam em valores as cooperações Norte-Sul. De acordo com as estimativas da ECOSOC³ (2008), o fluxo de cooperação ou assistência Norte-Sul

³ O Conselho Econômico e Social (ECOSOC) é plataforma central das Nações Unidas para a reflexão, debate e pensamento inovador sobre o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <http://www.un.org/en/ecosoc/about/>

(US\$ 121,5 bilhões) é cerca de dez vezes superior ao fluxo de cooperação Sul-Sul (US\$ 12,1 bilhões), valor mais alto no intervalo estimado.

Em busca de resultados mais satisfatórios no tocante ao desenvolvimento econômico e técnico dos países mais pobres através das relações de cooperação a ONU, ao longo das décadas seguintes, sugeriram alterações nos modos de ajuda a esses países. A cooperação internacional sofreu grande influência pelas deliberações da Conferência de Monterrey (2002) e da Declaração de Paris (2005), as quais sugeriram melhorias para promover o desenvolvimento através da alteração dos pareceres formulados na Declaração do Milênio e apresentados nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)⁴, o que servia como norteadores da cooperação técnica internacional.

Devido à complexidade nas relações internacionais, as teorias que serviam para explicar o sistema internacional já não mais podiam explicar os acontecimentos do cenário internacional, e acabaram se diversificando. As teorias tradicionais apresentadas no início desse capítulo foram reformuladas, basta perceber as análises dos autores neorealistas tais como: Keneth Waltz (2002), por exemplo e neoliberais como: Joseph Nye e Robert Keohane (1977) e Richard Rosecrance (1986).

Se de uma maneira isolada as teorias não conseguem explicar as relações do cenário internacional, quando colocadas lado a lado e relacionadas e/ou contrapostas é possível chegar mais próximo ao entendimento das políticas e impulsos dos atores do sistema internacional. Foi através das diversas teorias somado a interdependência entre os países que os autores conseguiram explicar a relevância da cooperação técnica internacional como sendo um instrumento para gerar o desenvolvimento mútuo.

2.1.2 Cooperação: A Interdependência do Sistema Internacional

Os debates sobre regimes internacionais⁵ começaram a surgir a partir do livro *Power and Interdependence* de Robert Keohane e Joseph Nye, lançado em 1977. Os escritos dos autores ficaram conhecidos pelas críticas realizadas à teoria realista e as análises das relações interestatais

⁴ As oito metas do milênio são: 1- Acabar com a fome e a miséria 2- Educação básica e de qualidade para todos 3- Igualdade entre sexos e valorização da mulher 4- Reduzir a mortalidade infantil 5- Melhorar a saúde das gestantes 6- Combater a AIDS, a malária e outras doenças infecto contagiosas. 7- Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente 8- Desenvolver uma parceria mundial para o desenvolvimento.

⁵ International regimes can be defined as sets of implicit or explicit principles, norms, rules, and decision-making procedures around which actors' expectations converge in a given area of international relations. (KRASNER, S. 1983 p.186)

feitas através desta escola, ou seja, em um mundo interdependente, o realismo é restrito para ajudar na compreensão das regras do jogo das relações internacionais. Os autores acabaram propondo uma visão mais ampla da realidade do sistema internacional, visão esta que compila diferentes forças transnacionais, deixando o cenário mais complexo, criando o que eles chamam de interdependência complexa.

Não é como se os estados não possuíssem mais destaque no sistema internacional, como indica o realismo, o que os autores buscaram explicar é que sugeriram, através dos anos, diversos outros atores que dividem a arena internacional. Esses novos atores são capazes de influenciar as tomadas de decisão e definir os rumos da política internacional com a mesma intensidade que os estados sozinhos faziam nas décadas anteriores.

Keohane e Nye (1977) afirmam que em um cenário internacional marcado pelo surgimento de outros atores, pelas trocas e pela interdependência, não existe mais uma hierarquia clara e prioritária nos assuntos das agendas internacionais decididos pelas questões da segurança internacional. Além disso, o uso da força no cenário internacional já não é mais tão efetivo como era no passado, transformando de vez o discurso realista nas análises do sistema internacional.

Assim sendo, para esses autores há um aumento das interações sociais e econômicas, que em conjunto com as organizações internacionais, movimentos sociais transnacionais e corporações multinacionais criam um mundo “sem fronteiras”, no qual o poder bélico não se mostra como opção viável para uma coexistência com bem-estar (KEOHANE; NYE, 1977).

Portanto, as instituições não só influenciam – atuando como fórum que propicia a discussão e a mútua transformação dos atores – mas se modificam de maneira correspondente. Mesmo o conceito de soberania estaria se modificando nesse processo de argumentação, já que as políticas externas e domésticas dos Estados podem ser influenciadas por normas internacionais, na maioria das vezes produzidas e difundidas a partir das organizações e regimes internacionais (HERZ; HOFFMANN, 2004).

Na teoria da interdependência a cooperação é tida como algo recíproco, ou seja, uma relação de dependência mútua entre todos os atores envolvidos, envolvendo a interferência de forças externas. A teoria não garante que o cenário internacional seja um lugar onde ocorra somente a cooperação, porém nesse jogo internacional onde os estados buscam seus interesses é

preciso que eles saibam manusear os fatores de interdependência muito bem perante os outros atores, mesmo durante as relações que envolvem a cooperação.

A interdependência abrange o conceito de sociedade internacional, portanto, é um espaço em que os Estados dividem interesses e valores comuns e são integrados por um conjunto de princípios, normas e tratados de instituições comuns que constituem regras também comuns, as quais são responsáveis por nortear as relações (FERNANDES, 2004).

Na Teoria da Interdependência, Keohane e Nye (1977), apontam duas dimensões onde o poder pode se manifestar, sendo a primeira através da sensibilidade, ou seja, o potencial de um país de responder perante o outro. A segunda dimensão se caracteriza pela vulnerabilidade, marcada pela maneira que os recursos são empregados perante o outro ator com o intuito de influenciar o resultado de uma situação. Portanto, o grau de influência e de controle de resultados, em maior ou menor grau, se resume aos conceitos de sensibilidade e vulnerabilidade (RICOBOM, 2003).

2.1.3 A cooperação pelas lentes do Construtivismo

Autores estruturalistas com ascendência marxista como Tibor Mende (1961), indicam que a cooperação internacional, nada mais é que a manifestação das ações imperialistas. As assistências internacionais reforçam os modelos de disparidade e injustiça deixados pelo era colonial, impossibilitando as reformas estruturais indispensáveis para o início de um novo modelo de desenvolvimento apropriado para os países do hemisfério Sul.

Os autores Susan George (1994), Willem Zelystra (1996), assim como Teresa Hayter (1971) que marcam o estruturalismo, acreditam que as assistências oferecidas para o desenvolvimento dos países do Sul são, na verdade, instrumentos estratégicos de controle e dominação, através da expansão dos padrões de vida ocidentais e a exportação de modelos econômicos inviáveis ao desenvolvimento. O verdadeiro objetivo não seria cooperar com o Sul, mas sim garantir os interesses dos países mais ricos nas políticas internas e externas dos países mais pobres. “A ajuda se converte em um sinônimo de exploração, um mecanismo que assegura a intromissão do Norte nos assuntos internos de outros países” (AYLLÓN, 2007).

É possível afirmar que, adjacente com a complexidade das relações políticas, econômicas e sociais no sistema internacional no pós Segunda Guerra, um significativo número de correntes

teóricas surgiu para ajudar no entendimento dos ocorridos do sistema internacional. Realismo, neoliberalismo, interdependência, construtivismo, cada um da sua maneira, tentaram explicar o mundo que surgiu do século XX, a criação das diversas instituições internacionais, as mediações da Guerra Fria, e também como as relações de cooperação internacional se tornaram instrumentos cada vez mais utilizados nas relações internacionais.

Tão importante quanto os desdobramentos das diferentes teorias exemplificadas nesse capítulo, é a transformação no modo de governar durante os períodos analisados. Por trás do discurso liberal de busca pela paz ou do discurso realista de criação de mais uma ferramenta para a construção de um equilíbrio de poder, evitando assim a unipolaridade do sistema, a cooperação pode ser entendida por meio da análise da complexidade do sistema internacional e da reformulação dos modelos de governança.

3 ENTENDENDO O NEOCOLONIALISMO

O primeiro ponto a ser esclarecido para evitar confusões sobre o período analisado, é que o neocolonialismo que será tratado aqui se refere à segunda metade do século XX até os dias atuais. É importante deixar claro, pois a mesma expressão é e já foi utilizada para caracterizar as investidas dos estados europeus no continente africano no século XIX.

Amílcar Cabral busca diferenciar os temas do colonialismo e do neocolonialismo ao afirmar que:

O primeiro é a dominação direta, por meio de um poder construído pelos estrangeiros para as pessoas dominadas (Forças Armadas, agentes administrativos e colonos); este é geralmente chamado de colonialismo clássico ou colonialismo por dominação indireta, por outro lado um poder político composto, principalmente, ou completamente de agentes nativos este é chamado de neocolonialismo.⁶

N'Krumah (1967) em seu livro “Neocolonialismo – Último Estágio do Imperialismo”, o autor buscou explicar que o neocolonialismo nada mais é que um nível avançado e adaptado de

⁶ The first one is direct domination, by means of a power made up of foreign people to the dominated people (armed forces, police, administrative agents and settlers); this is generally called classical colonialism or colonialism in indirect domination, by a political power made up mainly or completely of native agents; this is called neocolonialism (CABRAL, 1975).

imperialismo. O autor trata de explicar que o novo termo – neocolonialismo - é uma reestruturação de práticas, as quais reproduzem um aparelho de dominação política que se reforça através da coerção dos acordos e relações econômicas e financeiras. Assim, nos territórios de ex-colônia, uma vez que a antiga potência colonial teoricamente cedeu o controle político, e se as condições sociais provocadas por aqueles que agora governam a ex-colônia causarem uma revolta, este governo local pode ser sacrificado e outro, igualmente subserviente, posto em seu lugar. (N'KRUMAH, 1967)

Portanto, para camuflar as práticas neocolonialistas e as tornarem atrativas “às vistas daqueles sobre os quais são praticadas”, essas práticas precisam ser apresentadas como sendo capazes de elevar os níveis de desenvolvimento, mas no fundo o objetivo econômico do neocolonialismo é manter esses níveis reprimidos, no interesse das nações desenvolvidas. “É somente quando essa contradição é entendida que o fracasso de inúmeros programas de “ajuda” - muitos deles bem intencionados - pode ser explicado”. (N'KRUMAH, 1967 p.8).

Nesse cenário, do século XX, o neocolonialismo pode ser percebido como os processos decorrentes das atividades econômicas e financeiras internacionais e acordos bilaterais que interferem na autonomia dos estados africanos recém-independentes. Estas novas atividades promovidas pelo neocolonialismo tiveram e têm a ajuda de algumas instituições e organizações internacionais que promovem a regulação financeira e/ou econômica. São instituições como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, Agência Internacional do Desenvolvimento entre outras - que por interferência da ONU e suas agências sobre questões humanitárias ou bélicas, pela política de alianças do governo e organizações não governamentais realizam a perpetuação do novo tipo de colonialismo.

Quando os países africanos alcançaram suas independências ao longo de século XX, muitos dos recém-nomeados chefes de estado tiveram suas autoridades questionadas pelas revoltas e conflitos internos. Como o papel dos colonizadores era extrair lucro das colônias sem se importar com bem estar da população local, na época da independência das colônias, não havia um quadro preparado para tomar a frente nas decisões estatais, muito menos lidar com o estado de direito. Até porque era preciso construir um estado novo daquilo que restou da era colonial, enfrentando no sistema internacional novas relações com estados que na era colonial eram considerados inimigos, como também as revoluções internas que ao longo dos acontecimentos

foram capazes de mostrar que o inimigo não precisava necessariamente ser estrangeiro, mas estar aliado a ele.

[...] na elite africana, geralmente originária dos segmentos que no período colonial mantinham maior contato com os europeus, assumiu o papel de testas-de-ferro dos interesses forâneos, atuando como reprodutores por excelência dos padrões culturais oriundos das ex-metrópoles. Desse modo, o antigo colonialismo terminou substituído por um sucedâneo mais sutil, todavia mais nocivo: o neocolonialismo. (SERRANO e WALDMAN, 2007, p. 271)

A situação sobre a soberania dos países africanos mantém-se complicada até os tempos atuais, seja porque quando conseguiram suas independências não havia aparato para construção do estado, seja por causa das revoluções e conflitos internos que trazem a desestabilidade, ou ainda pela interferência de países externos não aliados que lucram com a desgraça do continente. De acordo com N’Krumah (1967, p. 281). “É a soma dessas tentativas modernas para perpetuar o colonialismo, ao mesmo tempo em que falam em liberdade, que veio a ser conhecida como neocolonialismo”. O prefixo neo é a aglutinação do que caracteriza o novo cenário entre os países explorados e as novas práticas utilizadas pelas ex metrópoles, trazendo somente novas maneiras de usufruir das ex-colônias e países mais pobres através de novas políticas e instituições.

A afirmativa realista da presença neocolonial nos países da África aponta dois fatores responsáveis pela perpetuação dessas práticas. Uma delas é a questão de que os países africanos não fazem investimentos em setores como pesquisa, educação e desenvolvimento tecnológico, pontos estes considerados essenciais para o desenvolvimento e para pôr fim na dependência dos países africanos que continuam com o mesmo papel – o de fornecedores de matérias primas. Somado a isso, para que o cenário africano se altere, em segundo lugar, é preciso criar e aplicar leis mais severas em relação à desigualdade social nos países, como também a necessidade de políticas inclusivas. Ambas as opções não são atendidas atualmente o que acaba fortalecendo muitas das revoltas, conflitos internos e questionamentos sobre os estados africanos.

As relações de cooperação, quase na sua totalidade, são consideradas desfavoráveis entre os países quando o repasse de conhecimento e tecnologias não acontece. Os motivos que explicam as assimetrias entre as nações africanas e os demais países se classificam às vezes pelo protecionismo dos estados, os quais detêm ou demandam a tecnologia, outras vezes pela falta de mão de obra, capaz de levar adiante os conhecimentos, ou até pelo investimento do tempo necessário para a aplicação de novas práticas. Afetando diretamente a balança comercial dos

países africanos que ficam a mercê do fornecimento de matérias primas para o mundo, ao invés de produzirem manufaturas com valor agregado mais elevado.

O interessante do livro de N'Krumah (1967) é que o autor aponta diversos fatores externos culpáveis pela situação dos países africanos ao longo da história, por outro lado ele volta a culpa para o interior do continente, por vezes afirmando que existe uma constante negação da população responsável por reforçar práticas colonialistas no passado, tais como: o tráfico de escravos, assim como as práticas neocolonialistas do presente, como o *apartheid*. O autor implica que falta um senso crítico que possibilite analisar os modelos impostos para que a situação de vitimização se altere.

Apontar outros países como sendo culpados pelos insucessos de suas próprias economias e a falta de autoanálise dos males cometidos no passado cria uma resposta à realidade de nações africanas. Ações estas que possibilitam os esquemas de corrupção, dando preferência a multinacionais a explorarem seus territórios, sendo essas as fundamentais frestas para a instalação do neocolonialismo.

4 ENTENDENDO O DESENVOLVIMENTO

Temas como crescimento, desenvolvimento e industrialização sofreram diversas contradições nos anos que sucederam a Segunda Guerra Mundial. Isso afetou a agenda dos debates, se distanciando da teoria antecedente, a qual problematizava os ciclos econômicos, e onde as crises econômicas davam ênfase a considerações como a maturidade e a estagnação de economias de Estados capitalistas. Pensando a conjuntura do mercado internacional nos anos de 1950 e 1960, estudiosos começaram a procurar esclarecimentos para este dinamismo econômico.

De acordo com o economista Amartya Sen, o crescimento da economia foi um dos principais assuntos na pauta de discussões entre os países no pós Guerra. A Alemanha, assim como outros mercados na Europa foram destruídos nos conflitos e precisavam se reestruturar em passo acelerado. Por outro lado, países que não tiveram seus territórios destruídos, como os Estados Unidos, estes preocupavam-se com o aumento da taxa de crescimento no longo prazo. E, países pertencentes ao bloco socialista, buscavam os apontadores das economias capitalistas mais ricas. Deixando evidente, portanto, que todas nações desejavam alcançar taxas mais positivas de

desenvolvimento e crescimento, tornando a expansão econômica de seus mercados o maior fim a ser buscado (TEIXEIRA, 2009).

Dois fatores podem ser ressaltados nessa corrida pelo desenvolvimento, e se faz necessário afirmar desde agora: o desenvolvimento tratado nesta pesquisa é sobre o “desenvolvimento nacional”, e por isso envolve vastamente as ações do Estado. No livro “Após o Liberalismo: Em busca da reconstrução do mundo”, o autor Immanuel Wallerstein, afirma que no imediato pós II Guerra, a concepção de “desenvolvimento nacional” ganhou força, tendo como cerne dessa ideia “a superação do atraso” (WALLERSTEIN, 2002), principalmente em países que acabavam de sair da condição de colônia. Esse desenvolvimento nacional trazido pelo autor poderia ser alcançado, nos seguintes termos:

(...) desde que fossem aplicadas políticas estatais apropriadas. Estas abrangiam a totalidade do leque ideológico, da facilidade para o fluxo irrestrito de capital, mercadorias e mão-de-obra através das fronteiras nacionais (num extremo) ao absoluto controle estatal de atividades produtivas e de intercâmbio dentro de fronteiras geralmente fechadas (no outro extremo) (WALLERSTEIN, 2002, p. 122).

No discurso dominante do autor, a questão do desenvolvimento econômico, estava intimamente ligada à autodeterminação dos povos, atribuído a superação da condição de periferia e da utilização de artifícios públicas voltados, principalmente, à geração e fomentação do desenvolvimento nacional. Wallerstein acreditava que, “se havia vontade e investimento, se podia modernizar aceleradamente a tecnologia e elevar assim o nível de vida geral” (WALLERSTEIN, 2002, p. 123).

Sendo este cenário o pano de fundo, das diversas contribuições aos debates sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Contribuições estas que serão abordadas e desenvolvidas a seguir.

4.1 RETOMADA TEÓRICA DO DESENVOLVIMENTO

Ainda nos anos 1950, autores como Robert Solow e Trevor W. Swan desenvolveram, mesmo que separados, o Modelo de Crescimento Solow-Swan, o qual trazia de volta às investigações dos reais pretextos pelos quais existem países que são mais ricos que outros. Os dois autores procuraram comprovar que o produto per capita é uma função crescente que depende

dos fatores capital e trabalho, utilizando a função da produção como base analítica. Portanto, o que condiciona o crescimento econômico se explica pela interação da taxa de crescimento da força de trabalho e das mudanças de aparato tecnológico que acontecem no campo da produção (MARTINS, 2010).

Já para o autor proveniente da Estônia, Ragnar Nurkse (1951), este criou o modelo do Círculo Vicioso do Subdesenvolvimento, e acrescentou que o desenvolvimento econômico só acontece quando há um crescimento equilibrado, afirmando que:

A produtividade técnica e física do capital somente pode ser realizada, em termos econômicos, por meio de um crescimento equilibrado, de uma ampliação conjunta do tamanho do mercado, criando economias externas que possibilitem alta produtividade social do capital, ainda que para qualquer empreendimento isolado, as perspectivas de lucro possam desencorajar bastante, ou, de qualquer modo, encorajar tão insuficientemente a ponto de não tornar compensadora a instalação de equipamento melhor e mais abundante (NURKSE, 1951, p. 31).

Assim como os autores mencionados anteriormente, o economista Rosenstein-Rodan possui importância para a formação teórica sobre o desenvolvimento. Suas exposições trazidas em 1961, tratam das condições para o arranque da industrialização, criando, dessa maneira, o conceito de *big push*, ou grande impulso. O autor acreditava que para que os países subdesenvolvidos quebrassem as barreiras do atraso econômico e entrassem em uma fase de crescimento e desenvolvimento equilibrado era preciso fazer um grande investimento inicial que serviria como gerador para o processo de industrialização. Este investimento precisaria envolver mais de um setor industrial ao mesmo tempo, pois assim, seria produzido um montante, renda, ou poupança que representaria “uma fonte de demanda por bens de outros setores, ampliando assim os mercados e tornando a industrialização lucrativa para todos” (LOPES, 2009, p. 2).

Alguns anos depois, o economista americano, Paul Baran, trata o debate keynesiano de acumulação de capital nos anos de prosperidade após as grandes guerras como não sendo mais necessário. O principal motivo se dá por que:

(...) tudo se combinava, então, para criar um enorme mercado para a empresa capitalista: os recursos necessários à reconstrução, a satisfação da procura diferida das empresas e dos consumidores, a urgência de conversão, para fins produtivos, das inovações tecnológicas desenvolvidas durante a guerra freqüentemente em conexão com ela (BARAN, 1964, p. 64).

Para Walt Rostow, economista também americano, o desenvolvimento econômico se dava através de um processo baseado em cinco práticas básicas, as quais resultariam na modernização econômica. As concepções do autor foram apresentadas no livro “Etapas do desenvolvimento Econômico: um manifesto não comunista”, de 1974. As práticas básicas foram criadas amparadas na teoria dinâmica da produção que tratavam a respeito da “sociedade tradicional”, “precondições para o arranco”, “ao arranco”, “à marcha para maturidade” e, por fim, à “era do consumo em massa”. Sendo estas um conjunto de fases que deveria ser percorrida por países que buscassem o desenvolvimento, na maneira como esse assunto era tratado na segunda metade do século XX.

A “sociedade tradicional” trata-se da baixa produtividade consequência da falta de tecnologia, sendo essa a fase em que os países se dedicavam somente a produção agrícola. Em um segundo momento, quando atingissem as “pré-condições para o arranco”, ou seja, uma etapa de passagem para o arranco, os países desenvolveriam de modo eminente industrial. A tecnologia é utilizada tanto no setor agrícola como no industrial, visando a expansão internacional, ampliando o comércio exterior. Contudo, os países subdesenvolvidos nessa fase ainda fazem uso de métodos antigos de produção e estruturas sociais. Na terceira etapa, conhecida como “arranco”, são deixados para trás todos os fatores que impedem à propagação do desenvolvimento e do progresso técnico, surgindo, assim, novas técnicas de produção. A quarta prática, chamada de a “marcha para maturidade”, é a etapa onde não existe mais deficiência tecnológica em qualquer área de produção. É neste momento em que são realizados muitos investimentos, os quais resultam em uma diversificação de indústrias, somado a grande extensão do comércio exterior. E, como último estágio, a prática da “era do consumo em massa” é marcada pelo alto modelo de vida da população, a qual se concentra, predominantemente, em cidades. “Nesta etapa, a preocupação com o desenvolvimento tecnológico, cede seu espaço aos anseios por bem-estar social” (DOMINGUES, 2010).

É natural que durante a breve trajetória de contribuições trazidas nessa fundamentação teórica para o debate sobre o desenvolvimento surjam ideias discordantes aos argumentos apontados por mais otimismo e, assim, controvérsias. Como é o exemplo da crítica feita por Albert Hirschman em 1976 à teoria do crescimento equilibrado trazida por Nurkse na década de 50. O economista norte-americano buscou alertar, que nem todas as indústrias produzem de bens finais, mostrando, dessa maneira, conexões entre as várias corporações que compõem o mercado.

Isto quer dizer que a ampliação do setor líder não fundamentalmente corresponde ao desenvolvimento do mercado de maneira geral, levando a trajetórias de desenvolvimento não equilibrada. Como resultado dessas ideias o autor criou sua teoria chamada de “crescimento desequilibrado”, que contra argumenta à teoria de Nurkse (TEIXEIRA, 2009).

No mesmo caminho, outros pontos foram adicionados a essa discussão. Na década de 80, com a análise da teoria do economista americano, Theodore Schultz, a formação do capital humano, se tornou um novo tópico que entrou em cena e ganhou destaque tentando conceituar o desenvolvimento. A partir desse momento, a sociedade que ansiava ser desenvolvida e moderna deveria fazer investimentos em educação, ciência e pesquisa (OLIVEIRA, 2010).

Apesar dos conceitos da trilogia que engloba o crescimento, o desenvolvimento e a industrialização sejam argumentadas por correntes teóricas diferentes, como mostrado brevemente nesta sessão, a concepção que prevaleceu como embasamento para que esta pesquisa se desenvolvesse foi a de que o desenvolvimento denota progresso econômico, político e social, tendo como base a expansão do setor industrial por vias da tecnologia e como principal agente as ações realizadas pelos Estados.

Porém, a medida que os países passaram a perseguir o desenvolvimento como meta para alcançar o progresso econômico, político e social, foi percebido que nem todos os Estados conseguiram resultados iguais ou parecidos. Alguns deles alcançaram altas taxas de crescimento, mas não foram capazes de mudar a situação de dependência financeira e/ou tecnológica perante as grandes potências mais desenvolvidas, como será abordado no caso da Nigéria e Moçambique ao longo da pesquisa.

5 CHINA - HISTÓRICO POLÍTICO-ECONÔMICO

Este capítulo tem o objetivo analisar o desenvolvimento político e econômico da China nas últimas décadas, desde a Era de Mao Zedong, passando pela reforma de Deng Xiaoping, até atualmente, com foco em seu posicionamento internacional e seus Investimentos Externos Diretos (IEDs).

Com nome oficial de REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, o país situado no leste da Ásia, abriga a maior população do planeta, chegando às marcas de 1,4 bilhão de habitantes na estimativa realizada pelo país em dezembro de 2014. Os habitantes estão espalhados em um território da seguinte maneira: 22 províncias, 5 regiões especiais (Hong Kong e Macau), 5 regiões autônomas e 4 municipalidades. Porém a maior concentração se estabeleceu na cidade de Xangai, a maior do país e na capital Pequim, sede do governo unipartidário do país.

A densidade demográfica do país está em torno de 145,6 hab./km² (estimativa de dezembro de 2014), com um crescimento demográfico de 0,6% por ano (entre 2010 e 2015). Sua taxa de analfabetismo é de 4,9%, a renda per capita é de US\$ 7.357 (ano de 2015) e o Índice de Desenvolvimento Humano é de 0,727 segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o PNUD, de 2014, considerado um índice bastante alto.

Na área agrícola os principais produtos comercializados são o arroz, batata-doce, trigo, milho, soja, tabaco e algodão. Na pecuária a China é conhecida pelos equinos, bovinos, búfalos, suínos e aves. Na mineração o carvão, petróleo, chumbo, minério de ferro, enxofre, zinco, bauxita, asfalto natural, estanho e fosforito estão presentes. Já na indústria possui uma economia têxtil, materiais de construção, siderurgia e de equipamentos eletrônicos bem desenvolvida.

A potência chinesa fechou o ano de 2015 com um PIB de US\$ 10,3 trilhões ou 67,67 trilhões de yuanes, segundo o Banco Mundial (2015), marcando um crescimento de 6,9% - incluindo Hong Kong e Macau. O país obteve um valor de US\$ 2,14 trilhões em exportações e US\$ 1,962 trilhão de Importações no último ano e sua Balança Comercial fechou com um superávit de US\$ 562 bilhões.

Contudo, a China nem sempre foi essa potência econômica conforme os dados acima demonstram, por isso serão abordados neste capítulo alguns dos acontecimentos mais importantes da história econômica e política chinesa para ajudar a entender melhor como o país se tornou a segunda maior e mais influente economia mundial.

5.1 A ERA DE MAO ZEDONG (1949-1978)

O período histórico que marcou o insucesso e a falta de crescimento chinês pode ser considerado aquele apontado entre os séculos XVII e XIX. Enquanto países em ascensão da Europa Ocidental, principalmente a Inglaterra e a França se manifestavam através das revoluções industriais, a economia da China se diferenciou destas através do isolacionismo e centralização da política.

As causas do isolacionismo comercial, tecnológico e econômico, segundo o autor Zhu (2012), podem ser atreladas aos interesses das elites políticas chinesas que dominavam a época, já que tanto a família imperial, quanto as famílias tradicionais eram contraditórias à adoção de diferentes práticas e tecnologias no Império.

O início do processo de industrialização chinês iniciou somente após 1949 com a proclamação da República Popular da China, porém ainda assim bem reduzido e controlado pelo governo devido às políticas de Mao Zedong, como segue a afirmação de Morrison (2011) abaixo:

As políticas do governo mantiveram a economia chinesa relativamente estagnada e ineficiente, principalmente porque a maioria dos aspectos da economia foram geridos e administrados pelo governo central (e, portanto, havia poucos incentivos de lucro para as empresas, trabalhadores e agricultores), a concorrência era praticamente inexistente, o comércio exterior e os fluxos de investimento foram principalmente limitados aos países do bloco soviético, os controles de preços e produção causaram distorções generalizadas na economia. Os padrões de vida chineses foram substancialmente mais baixos que os de muitos outros países em desenvolvimento.⁷ (Tradução livre).

Além desse controle político-econômico, Mao Zedong, buscou o desenvolvimento econômico da China através dos lucros da agricultura. Ele acreditava que se houvesse um controle dos preços dos bens agrícolas produzidos internamente e limitasse o consumo destes, conseguiria aumentar suas exportações e, assim, criar uma poupança forçada. Esta poupança forçada serviria para aumentar os investimentos na indústria do aço, concreto e maquinário pesado, consideradas as mais importantes por Mao e diversos outros líderes políticos da época, como afirma Zhu (2012, p 109) no trecho abaixo:

⁷ Government policies kept the Chinese economy relatively stagnant and inefficient, mainly because most aspects of the economy were managed and run by the central government (and thus there were few profit incentives for firms, workers, and farmers), competition was virtually nonexistent, foreign trade and investment flows were mainly limited to Soviet bloc countries, and price and production controls caused widespread distortions in the economy. Chinese living standards were substantially lower than those of many other developing countries. (MORRISON, 2011, p. 2).

Após a República Popular da China ter sido fundada, em 1949 [sob a liderança de Mao Tsé-tung], o governo do Partido Comunista Chinês, como os governos de muitos outros países no momento, acreditava que o caminho mais eficaz para acelerar o processo de industrialização seria através do aumento dos investimentos em indústrias pesadas, tais como aço, concreto e máquinas pesadas. O governo da China mobilizou os recursos para estes investimentos, limitando o consumo das famílias e estabelecendo preços baixos para produtos agrícolas de modo que a poupança forçada e excedente extraídos do setor agrícola poderiam ser usados para o investimento em tais indústrias.⁸ (Tradução livre)

As ações empregadas por Mao Zedong para a fomentação de uma indústria no país não agradaram a grande massa trabalhadora do campo. A insatisfação e a falta de investimentos destinados ao setor agrícola provocaram uma queda na produção alimentícia e baixou drasticamente a oferta de comida dentro da China e de acordo com Zhu (2012), estima-se que 40 milhões de pessoas morreram de fome neste episódio histórico que durou de 1958 até a metade da década seguinte.

Mesmo com os resultados decadentes no setor agrícola Mao Zedong elevou os impostos sobre este setor, estipulou que qualquer outra atividade econômica que não fosse ligada à agricultura estava proibida no país e se, por acaso, agricultores quisessem deixar as áreas rurais teriam que pagar altas taxas ao governo. Tudo isso para forçar um acúmulo de capital que serviria de incentivo financeiro para a manutenção da industrialização chinesa.

Todas as práticas realizadas para incentivar a industrialização no país acabaram desgastando a maior fonte de lucros da China, seu setor agrícola. Cerca de 70% da mão de obra do país estava destinada a agricultura nos anos finais da década de 1970. Nesse mesmo intervalo o país apresentou uma média de crescimento do PIB de 3% ao ano entre 1958 a 1978, porém o cenário estava prestes a mudar.

As políticas industrializantes empregadas por Mao Zedong na metade do século XX divergem completamente daquelas implantadas depois que o mesmo deixou o governo após a sua morte. Foi quando Deng Xiaoping assumiu o poder, em 1978 que tudo começou a mudar. Ele implantou um novo plano de desenvolvimento e realizou uma reforma generalizada na República Popular da China. As alterações político-econômicas da era de Mao Zedong ficaram no passado.

⁸ After the People's Republic of China was established in 1949 [under the leadership of Mao Zedong], the Chinese Communist Party government, like governments of many other countries at the time, thought the most effective way to speed up the industrialization process was by increasing investment in heavy industries such as steel, concrete, and heavy machinery. China's government mobilized the resources for investment by limiting household consumption and setting low prices for agricultural goods so that forced savings and surpluses extracted from the agricultural sector could be used for investment in such industries. (ZHU, 2012, p. 109).

Uma nova estrutura seria criada por Deng Xiaoping nas décadas seguintes e, segundo Zhu (2012), esta pode servir como base para a formação da economia chinesa que conhecemos atualmente.

5.2 A REFORMA DE DENG XIAOPING

As reformas político-econômicas promovidas por Deng Xiaoping iniciaram com intuito de aumentar o crescimento econômico e o padrão de vida da população e para que isso ocorresse foi necessário abrir gradualmente o país para a economia e investimentos internacionais, fazendo com que a República Popular da China rompesse com as políticas da antiga União Soviética, deixando de ser uma economia totalmente fechada e passando a ser uma economia de mercado com forte intervenção estatal.

Além da abertura da economia, de acordo com Zhu (2012), Xiaoping também aumentou os preços dos produtos agrícolas, deliberou que outras atividades econômicas pudessem ser realizadas no país e alterou o sistema de produção agrícola, ou seja, antes tudo que era produzido por uma família deveria ser vendido ao governo a preços reduzidos, porém com o novo sistema chamado de “*household-responsability system*” (sistema de responsabilidade familiar), foi estipulado uma quota fixa de grãos que cada família deveria vender ao governo a preços oficiais, sendo que tudo que fosse produzido além da quota a família responsável poderia comercializar o excedente a preços de mercado.

Primeiro, o governo aumentou os preços dos bens agrícolas. Em segundo lugar, o "sistema de agricultura coletiva" deu lugar ao "sistema de responsabilidade familiar" Sob o novo sistema, cada família de fazendeiros foi atribuída a uma quota fixa de grãos que a família teria que vender ao governo a preços oficiais. No entanto, qualquer grão adicional produzido por esta família poderia ser vendido a preços de mercado.⁹ (Tradução livre).

Com isso as famílias aumentaram seus ganhos e puderam investir em outras áreas da economia, como também consumir outros bens. Essas mudanças iniciais promovidas pelo novo governo tiveram impacto positivo para o setor agrícola:

⁹ First, the government increased prices for agricultural goods. Second, the previous “collective farming system” was shifted to the “household-responsibility system.” Under the new system, each farm household was assigned a fixed quota of grains that the household had to sell to the government at official prices. However, any extra grain the household produced could be sold at market prices. (ZHU, 2012, p. 112).

As reformas foram implementadas de forma gradual e concluídas em 1984. Entre 1978 e 1984, a produtividade total dos fatores no setor agrícola cresceu 5,62 por cento ao ano. Vários estudos afirmam que a maior parte do crescimento da produtividade durante este período pode ser atribuído ao preço e as reformas institucionais que geraram fortes efeitos de incentivo positivos sobre o esforço dos agricultores [...].¹⁰ (Tradução livre).

O pontapé para que a economia chinesa se tornasse mais dinâmica foi dado pelas reformas iniciais implementadas por Deng, porém uma das mais importantes foi a criação das zonas econômicas especiais (ZEE) em regiões exclusivas na costa do país.

Zonas Econômicas Especiais são áreas sócio geográficas designadas para atividades econômicas em países que estabelecem regulamentações econômicas especiais, diferenciadas de outras regiões do mesmo país, em que as normativas contem medidas que tendem a ser favoráveis ao IED. Normalmente a realização de negócios em uma ZEE significa que uma empresa vai receber incentivos fiscais e pagar tarifas mais baixas.

Os objetivos principais das ZEEs na China podem ser resumidos em:

1. Atrair capital externo para o desenvolvimento agrícola e, sobretudo industrial;
2. Lograr transferência da tecnologia mais avançada possível;
3. Promover as exportações;
4. Absorver métodos ocidentais de administração comercial e industrial;
5. Aumentar a demanda por bens e serviços produzidos em outras regiões do País.
(OLIVEIRA, 1990, p.62).

De acordo com Morrison (2011) as ZEEs serviram para atrair investimentos internacionais, impulsionar as exportações e facilitar a importação de produtos de alta tecnologia. Por causa dessa atitude de abertura comercial, outras ações como a descentralização de algumas questões político-econômicas passaram a acontecer, tal como o controle de empresas nas mãos de governos locais, os quais foram autorizados a interagir e competir com o mercado.

As transformações pelas quais a República Popular da China passou no início da década de 1980, de certa forma, tornaram a economia do país muito mais dinâmica em diversos sentidos, principalmente no tocante à evolução da industrialização chinesa até a guinada de crescimento

¹⁰ The reforms were implemented gradually and completed in 1984. Between 1978 and 1984, total factor productivity in the agricultural sector grew 5.62 percent per year. Several studies argue that most of the productivity growth during this period can be attributed to the price and institutional reforms that generated strong positive incentive effects on farmers' effort [...]. (ZHU, 2012, p. 112).

contínuo do seu PIB nas décadas seguintes. De acordo com o Banco Mundial (2016), foi nesse momento histórico de abertura econômica em busca de uma industrialização para o país que a China mudou de uma economia planificada para uma economia baseada no mercado, deixando seu índice de crescimento do produto interno bruto na média dos 10% anuais e tirando da margem de pobreza mais de 500 milhões de pessoas.

Desde o início das reformas econômica em 1978, a China passou de uma economia centralmente planificada para uma economia baseada no mercado experimentando um rápido desenvolvimento econômico e social. Com um crescimento do PIB de em média 10% ao ano, o país retirou mais de 500 milhões de pessoas da linha da pobreza.¹¹ (Tradução livre)

5.3 A EVOLUÇÃO ECONÔMICA APÓS 1980

A ampliação da economia chinesa seguiu uma linha de crescimento continua após as mudanças da década de 1980. O desenvolvimento chinês pode ser observado no gráfico 1, que traz uma comparação do crescimento do PIB chinês em relação ao crescimento do PIB mundial, mostrando que a economia chinesa se tornou uma das mais dinâmicas do mundo contemporâneo.

¹¹ Since initiating market reforms in 1978, China has shifted from a centrally planned to a market based economy and experienced rapid economic and social development. GDP growth averaging about 10 percent a year has lifted more than 500 million people out of poverty. -China Overview - Banco Mundial. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/country/china/overview>

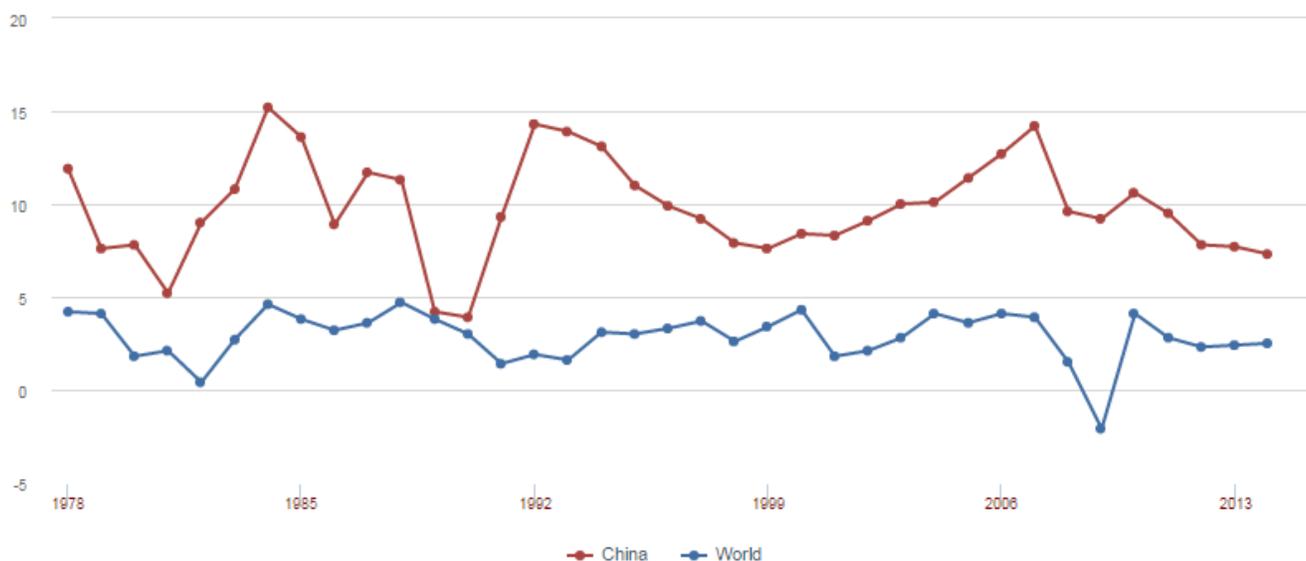


Gráfico 1 : Comparativo do crescimento anual do Produto Interno Bruto entre a China e o Mundo em percentagem (1978 – 2014).

Fonte: Extraído do site do Banco Mundial

Quando comparada com a economia mundial, a economia chinesa demonstrou que teve um crescimento do PIB com taxas percentuais maiores em todos os 34 anos analisados. É possível ler do gráfico 1 que a menor taxa de crescimento de todo o período foi de 3,8% e que durante 17 anos, dos 34 anos analisados e expostos, o país manteve a taxa de crescimento maior ou igual a 10%. É importante grifar que entre os anos de 1987 e 1989 a taxa de crescimento do PIB chinês se aproximou da taxa de crescimento mundial devido ao *crash* financeiro de 1987, conhecido como *Black Monday*, onde as bolsas de valores do mundo inteiro despencaram após uma queda de 22 pontos percentuais na Dow Jones – a bolsa de valores de Nova Iorque. Vale ressaltar também que nos anos que precederam a crise financeira internacional de 2008, a China acompanhou o movimento de retração mundial, porém no *boom* da crise o país terminou o ano com uma taxa de crescimento do PIB na casa dos 9%, demonstrando força e dinamicidade da sua economia perante as demais economias mundiais.

Não somente os dados analisados no gráfico, os quais mostram a eficiência das reformas econômicas promovidas por Deng, mas também de acordo com Morrison (2011), a China conseguiu por meio dessa reestruturação econômica se destacar como uma das maiores economias mundiais, ficando evidente que as alterações no cenário econômico chinês foram essenciais para a criação de reservas nacionais. Segundo o autor foi devido ao grande

desenvolvimento e crescimento do PIB nas últimas décadas que a China conseguiu desenvolver poupanças internas, as quais são revertidas em mais investimentos domésticos como infraestrutura e desenvolvimento.

As reformas econômicas levaram a uma maior eficiência na economia, que impulsionou a produção e aumento dos recursos para investimento adicional na economia [...] Como resultado, a poupança bruta da China como uma porcentagem do PIB é o mais alto entre as principais economias do mundo. O grande nível de poupança permitiu à China aumentar substancialmente o investimento doméstico.¹² (Tradução livre).

No gráfico 2 as informações obtidas através do site do Banco Mundial (2016) apontam em dólares o crescimento per capita da China desde a era de Mao Zedong quando a China saltou de 80 bilhões de dólares, passando pelas reformas implementadas por Deng Xiaoping a partir dos anos 1980, pela abertura da economia nos anos 1990 marcados pela grande entrada de Investimentos Externos Diretos (IEDs) e investimento em tecnologia, pela curva acentuada nos anos 2000 devido ao comércio internacional com o *boom* das *commodities*, até chegar a economia sólida de perfil investidor internacional alcançando quase os 8 trilhões de dólares em 2014 conforme indica o gráfico 2:

¹² Economic reforms led to higher efficiency in the economy, which boosted output and increased resources for additional investment in the economy [...] As a result, China's gross savings as a percentage of GDP is the highest among major economies. The large level of savings has enabled China to substantially boost domestic investment. (MORRISON, 2011, p.4).

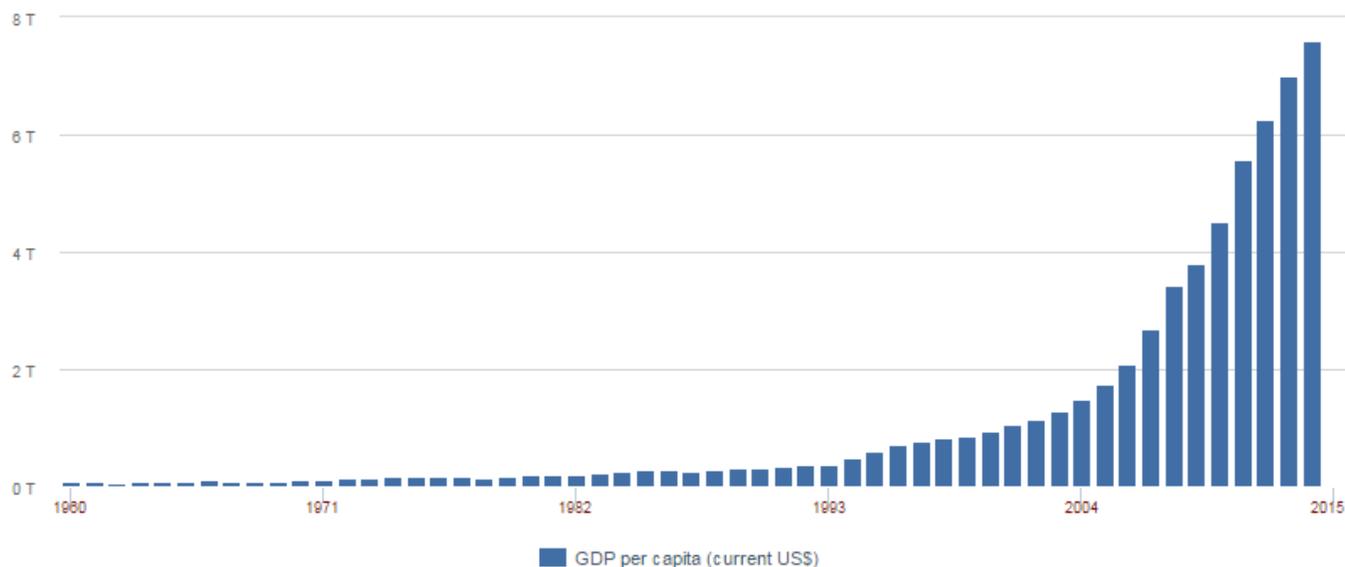


Gráfico 2: Progresso do PIB Chinês (US\$) de 1960 até 2014.

Fonte: Extraído do site do Banco Mundial

Como já mencionado a reestruturação da economia chinesa foi implementada por Deng Xiaoping na década de 1980, porém não foram somente essas reformas que fizeram com que China alcançasse o patamar que tem hoje. Segundo Morrison (2011), outros fatores foram essenciais para a manutenção do crescimento econômico. Os esforços do governo para a manutenção e criação de novas empresas estatais consideradas chave e a criação de subsídios em diversos setores da economia como forma de incentivar a produção nacional, tais como a agricultura e a indústria de base, foram medidas iniciais do governo chinês que permitiram a fomentação de poupança nacional.

Em paralelo a essas medidas a China já havia criado as ZEEs, as quais permitiram a entrada de IEDs, como também a troca de experiências e tecnologia com empresas multinacionais. Com o conhecimento arrancado das multinacionais nas mãos e uma poupança nacional criada a partir dos setores agrícolas e de indústrias de base o próximo passo dos chineses foi investir fortemente em um setor mais lucrativo, desenvolvendo um corpo industrial avançado e investindo em tecnologia.

Funcionou como se fosse um sistema na China. Os lucros obtidos com a agricultura se transformavam em investimentos para a indústria, a qual gerava lucros que seriam aplicados - por sua vez - em outras áreas estratégicas como a tecnologia e a construção e assim por diante. Vale

lembrar que nesse período a China também começou a receber uma grande quantidade de IED, provenientes, quase que na sua totalidade, das ZEE, que facilitavam a entrada dos investimentos no país, além de fomentarem as exportações.

O desenvolvimento de alguns países do leste asiático está atrelado a este momento de progresso da República Popular da China, mais especificamente ao IED que era investido naquela região. Eram investimentos vindos, principalmente, de Hong Kong responsável por cerca de 60% dos IED que se deslocaram nestes anos para a China, segundo Medeiros (1997).

O autor ainda implica que:

A aceleração do crescimento dos países da ASEAN¹³ deveu-se ao boom das exportações e ao investimento, sobretudo sob a forma de IDE do Japão e demais "tigres". Neste aspecto, talvez o caso mais espetacular de crescimento neste período tenha sido o da China. Em 1984, o financiamento externo da economia chinesa foi de \$12,9 bilhões e o IDE foi de \$12,6 bilhões. Em 1987 estes números foram, respectivamente \$ 58,1 e \$23,1 totalizando a impressionante cifra de \$84.5 bilhões. Ajudada por uma forte desvalorização do yuan tanto em relação ao iene quanto ao dólar, a meteórica expansão do comércio exterior chinês foi inteiramente articulada com o IDE de origem asiática. (MEDEIROS, 1997 p.18).

Nesse seguimento foram as reformas político-econômicas somadas a excelente performance da economia chinesa que atraiu o destaque da China no escopo internacional, mostrando ao sistema uma das maiores estruturas econômicas da atualidade. Hoje, a China ocupa a posição de segunda maior economia mundial com um volume de investimentos internacionais sem históricos registrados.

5.4 POSICIONAMENTO INTERNACIONAL

A China está aumentando sua participação internacional, este fato é o resultado direto de sua liberalização comercial, mesmo que fortemente administrada pelo Estado, conjuntamente a implantação de políticas ligadas à projeção internacional: como a intensificação dos fluxos comerciais através do comércio exterior e incentivos governamentais para investimentos diretos

¹³ ASEAN - Association of Southeast Asian Nations (Associação de Nações do Sudeste Asiático) Foi criada em 1967 através da Declaração de Bangkok, a qual reúne 12 nações asiáticas, sendo 10 países membros e 2 observadores que juntos buscam acelerar o crescimento econômico e fomentar a paz e a estabilidade regional. Mais informações disponíveis em: <http://asean.org/>

externos em regiões chave economicamente. Estas políticas serão abordadas a seguir para exemplificar a análise chinesa e sua realidade na economia internacional.

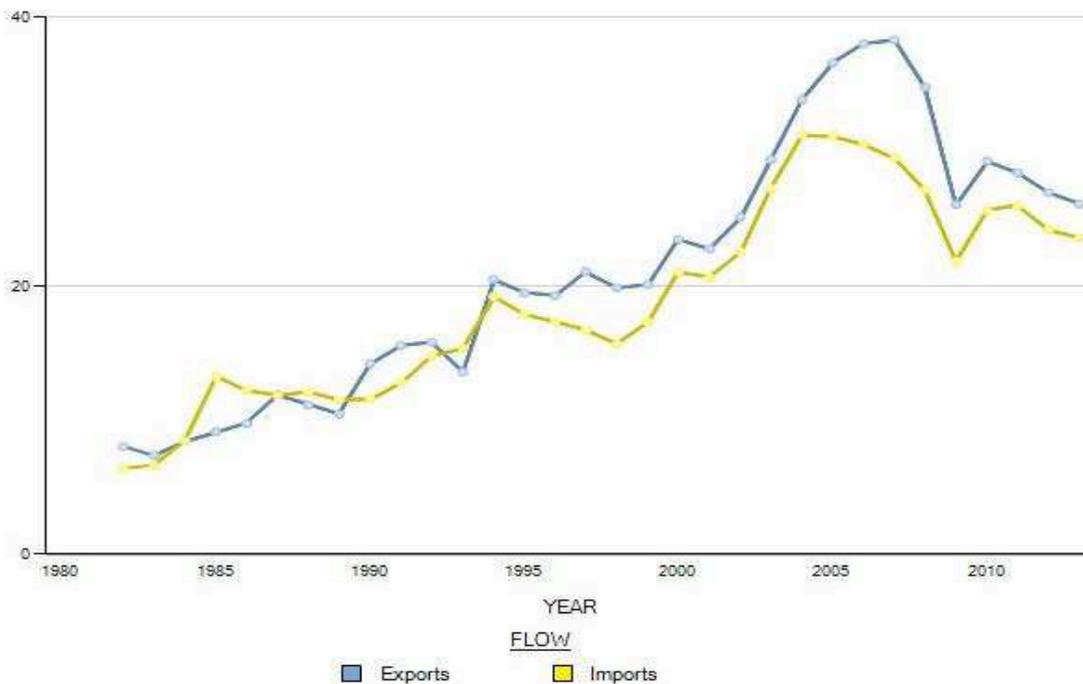


Gráfico 3: Comparativo das Importações e Exportações de bens e serviços chineses em porcentagem em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) de 1978 - 2014.

Fonte: Extraído do site da UNCTAD

Nos últimos trinta anos, a China teve seu comércio internacional expandido vertiginosamente. As suas exportações aumentaram praticamente 120 vezes, crescendo a uma taxa de 18% a.a. de modo que passaram a representar praticamente 32% do PIB em 2008, sendo que não passavam de 5% em 1978. Embora as importações não aumentassem tão rapidamente (16% a.a.), representavam 26% do PIB em 2008, em comparação a 5% em 1978. No ano de 2008 a taxa de crescimento das exportações e importações eram, respectivamente, 10,2% e 7,9%, ambas superiores à taxa mundial. (UNCTAD, 2016)

Acompanhando o rápido crescimento das exportações da China é possível observar a significativa mudança na pauta comercial. Até o início de suas reformas internas, as exportações restringiam-se apenas a produtos agrícolas, petróleo e derivados. Posteriormente houve a inserção de produtos intensivos em mão de obra, principalmente manufaturas leves, como têxteis, calçados e brinquedos, este fluxo se intensificou quase 10 vezes entre 1980 e 1998, chegando a uma

participação de quase 30% do total das exportações do país. Posteriormente o país buscou ampliar a produção de produtos eletroeletrônicos e de informática (ainda intensivos em mão de obra), que, em um segundo momento, passaram a ser usados dentro de outros setores de sua própria indústria, possibilitando o crescimento das exportações em máquinas e equipamentos de transporte, produtos mais intensivos em tecnologia (CHERNAVSKY; LEÃO, 2010), reforçando o ciclo industrial chinês explicado anteriormente.

Essa reviravolta tecnológica foi possível porque durante o processo de abertura econômica e a criação das ZEEs, a China absorveu a entrada de empresas multinacionais ricas em tecnologia provenientes dos Estados Unidos, Japão e Europa que ao mesmo tempo que assinaram o pacote que lhes concedia incentivos fiscais e a entrada no mercado chinês, também os obrigavam a repassar conhecimentos e tecnologia para o país. Como em um plano bem pensado a China conseguiu se beneficiar ao longo prazo através das trocas de conhecimento técnico e informação para, décadas mais tarde transformar seu campo industrial.

Com essa sequência, é possível perceber a progressiva sofisticação e diversificação da pauta de exportações chinesas, um expressivo aumento de produtos intensivos em tecnologia em contraposição a diminuição das exportações de produtos intensivos em trabalho (setor que ainda é significativo para a economia). A participação relativa no total das exportações de combustíveis e outros produtos básicos (agrícolas e extrativistas) reduziram-se de 4% e 11% em 1995 para 2% e 3% em 2008. Os manufaturados de baixa tecnologia passaram de 64% em 1995 para 47% em 2008, já produtos como máquinas e equipamentos aumentaram de 21% no primeiro ano da comparação para 47% no segundo como pode ser observado no gráfico 4:

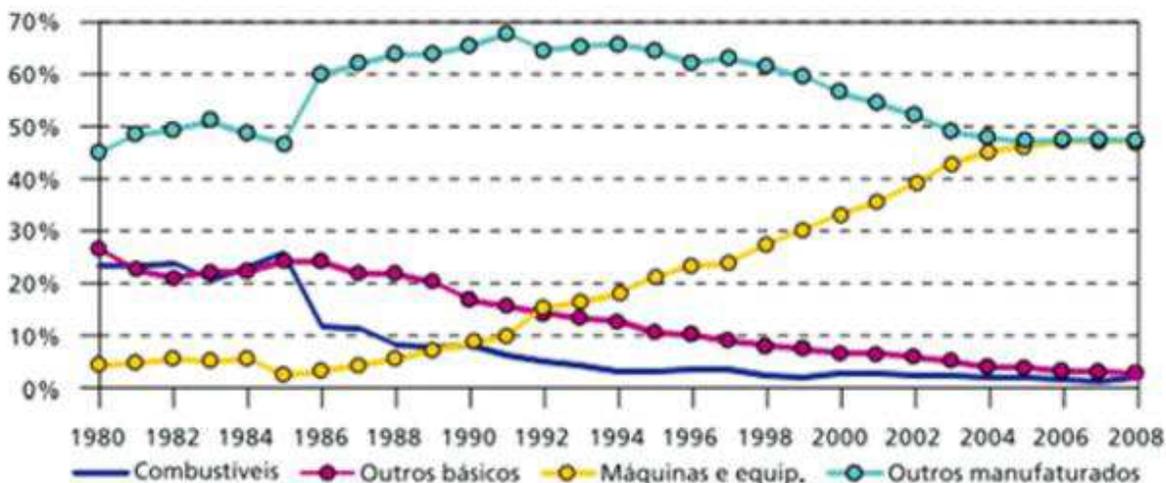


Gráfico 4: Composição das exportações chinesas por tipo de produto em % do total de exportações (1980 - 2008)

Fonte: Extraído General Administration of Customs of DPRC (2010).

As importações seguem a lógica do fomento industrial interno, porém sua composição foi alterada de forma branda e com menor intensidade se comparada às exportações. No início da década de 1980, em consequência dos projetos de desenvolvimento industrial houve um aumento significativo de bens manufaturados (máquinas e equipamentos) em detrimento de bens básicos (de 34% em 1980 para 12% em 1985). Mas no início dos anos 2000 inicia-se a elevação das importações de produtos básicos, em especial os combustíveis.

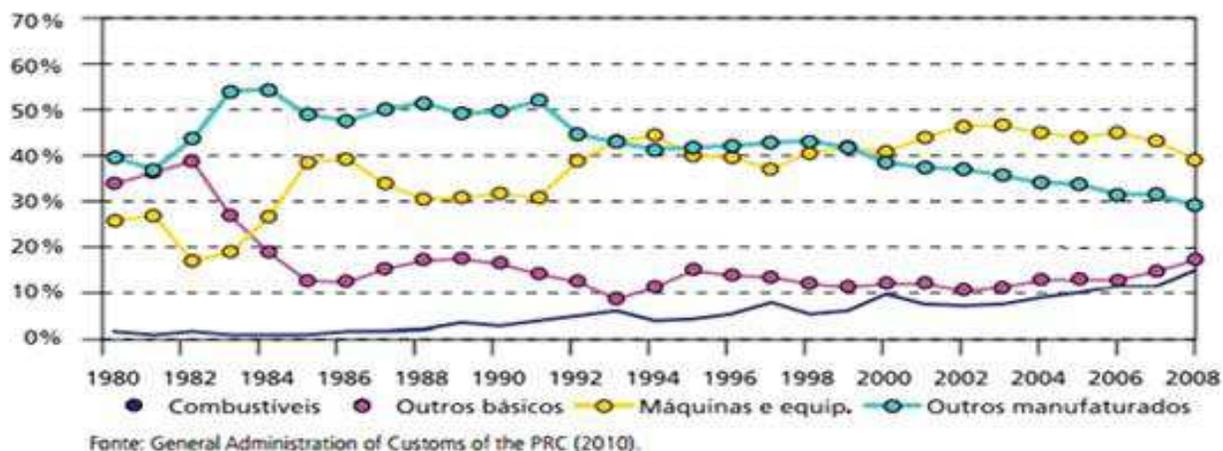


Gráfico 5: Composição das importações chinesas por tipo de produto em % do total de importações (1980-2008)

Fonte: Extraído General Administration of Customs of DPRC (2010).

Em consequência, a China se tornou uma das maiores economias do mundo, permanecendo na segunda posição do ranking mundial, com o PIB estimado em US\$ 12,3 trilhões em 2016. O aumento da sua importância no sistema internacional e o dinamismo da economia chinesa nos últimos 30 anos atraem cada vez mais a atenção do resto do mundo, principalmente devido à sustentação de seu crescimento em um período em que a maior parte do mundo tem vivenciado um crescimento econômico mediano (GUIMARÃES, 2009), confirmado pelo gráfico 6:

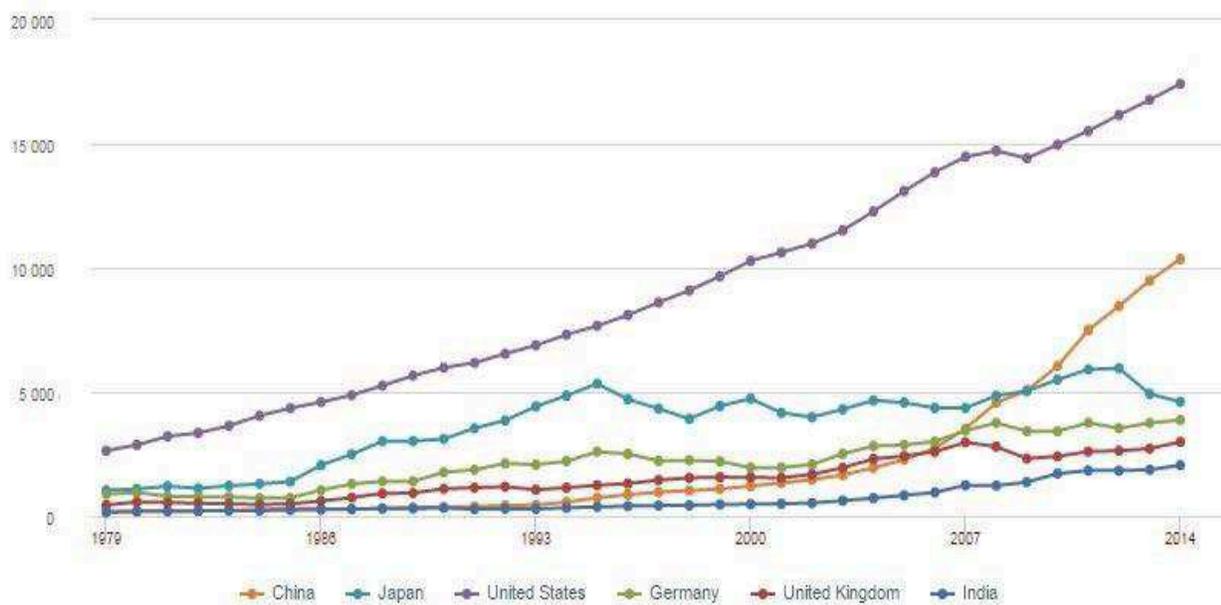


Gráfico 6: Comparação de PIB em bilhões de dólares da China, Japão, Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido e Índia entre 1980 – 2014.

Fonte: Extraído do site do Banco Mundial.

Vários fatos concretizaram o sucesso e posicionamento da economia chinesa internacionalmente. Porém, apesar da colaboração de diversos fatores para o crescimento do país, nenhum deles pode ser apontado como o principal. Pela visão de Nonnenberg (2010, p 118), o que aconteceu, na realidade, foi “... uma coincidência de fatores geográficos, históricos, políticos e econômicos, que não podem ser replicados em outros países ou outras ocasiões.” Porém, entre os diversos fatores apresentados ao longo dessa pesquisa, a liberalização do comércio exterior, a criação das ZEEs e entrada dos IEDs poderiam ser apontados como os três fatores que trouxeram maior discrepância para os resultados do país, tendo como consequência as medidas de liberalização do comércio.

Essas medidas de liberalização do comércio tiveram uma aceleração após o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio em 2001. Já que com a entrada na OMC a China visa qualificar e potencializar sua participação no comércio internacional, ampliando ainda mais a sua carteira de clientes. Por quinze anos o país tentou aderir à organização, entretanto, a falta de transparência no uso de tarifas, a utilização indiscriminada de barreiras não tarifárias e o não reconhecimento de direitos de propriedade intelectual prolongaram este processo. As negociações duraram quase 15 anos e, como resultado, a China admitiu compromissos importantes, tais como:

abertura e liberalização de seu regime, a revisão das Leis de Patentes, de Marcas Registradas e Direitos Autorais, entre outros para se encaixar nos pré-requisitos da OMC. (MDIC, 2002).

O segundo fator determinante para o crescimento e desenvolvimento chinês foi a abertura de Zonas Econômicas Especiais (ZEE), também já mencionadas anteriormente, cujas principais metas eram desenvolver a produção tecnológica do país, atrair investimentos estrangeiros e incorporar as inovações tecnológicas desenvolvidas nos países mais avançados. Pode-se acrescentar, juntamente a esses dois pontos citados, o enorme tamanho populacional chinês que propiciou o desenvolvimento nas indústrias da produção e economia de grande escala.

Como consequência os Investimentos Externos Diretos (IED) também foram indispensáveis para a guinada do desenvolvimento econômico chinês. Não obstante estão as políticas de incentivo governamentais à inovação e à transferência e geração de ciência e tecnologia, intimamente ligados aos incentivos dos investidores estrangeiros que também contribuíram significativamente para o crescimento econômico da China (NONNENBERG, 2010).

Falando de casos mais recentes, vale lembrar que a crise de 2008 fragilizou os países que eram considerados mais importantes e influenciadores economicamente, dado que o ápice aconteceu nos Estados Unidos e acabou por estender-se mais tarde à Europa. Esta crise econômica e financeira não deixou de ser uma oportunidade para os países emergentes desenvolverem uma influência mais notável e participativa no cenário de governança internacional, que são os denominados de BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). A necessidade de contribuírem de uma forma assertiva para a estabilidade da economia global, fez com que esse grupo tivesse um poder maior de barganha perante as organizações econômicas e financeiras internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Grupo dos 20) ajudando no combate à crise de 2008. O comportamento da China foi indiscutivelmente relevante pelo forte estímulo econômico que adotou como forma de combater a crise.

5.5 INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO CHINÊS

De acordo com Krugman e Obstfeld (2010), os investimentos externos diretos (IED) são caracterizados como um fluxo internacional de capital entre os países e são operacionalizados por empresas transnacionais, com o objetivo de expandirem suas atividades, visando maiores retornos. Em relação à participação societária, o investimento externo é classificado como direto quando

essa participação é superior a 10% das ações ordinárias das corporações. Diferentemente dos fluxos de capitais internacionais aplicados no mercado financeiro ou de capital de portfólio, o IED apresenta baixa liquidez e prazos de permanência longos, portanto, com maturação indefinida que varia de acordo com o tempo de vida das empresas. Além disso, o prazo de retorno do investimento e a taxa interna de rentabilidade são incertos.

Para Baumann et al. (2004) as principais consequências positivas do investimento externo direto é a transferência de ativos específicos à propriedade, o que provoca um aumento da produtividade total mudando a estrutura de produção do país receptor por meio da inserção de novos e melhores produtos. Outros efeitos positivos podem ser observados na formação de uma política de recursos humanos, por meio de treinamento de mão de obra e do aprendizado específico da atividade produtiva. Dessa maneira, os países que recebem investimentos externos diretos precisam ser mais criteriosos em relação às transnacionais e aos seus investimentos e incentivos dedicados ao país. Estes incentivos e investimentos devem estar relacionados principalmente aos objetivos internos, tais como criação de empregos, investimentos futuros, importação, exportação e tecnologia.

A intensidade dos investimentos chineses no mundo aumenta significativamente no final do séc. XX, o qual se multiplicou aproximadamente 30 vezes entre 1990 e 2007. Sendo que os montantes investidos pelo país passaram de US\$ 44 milhões em 1982 para US\$ 830 milhões em 1990, atingindo em 2007 a casa dos US\$ 22,5 bilhões, (ALCIOLY; ALVES, LEÃO, 2009), como observado no gráfico 7:

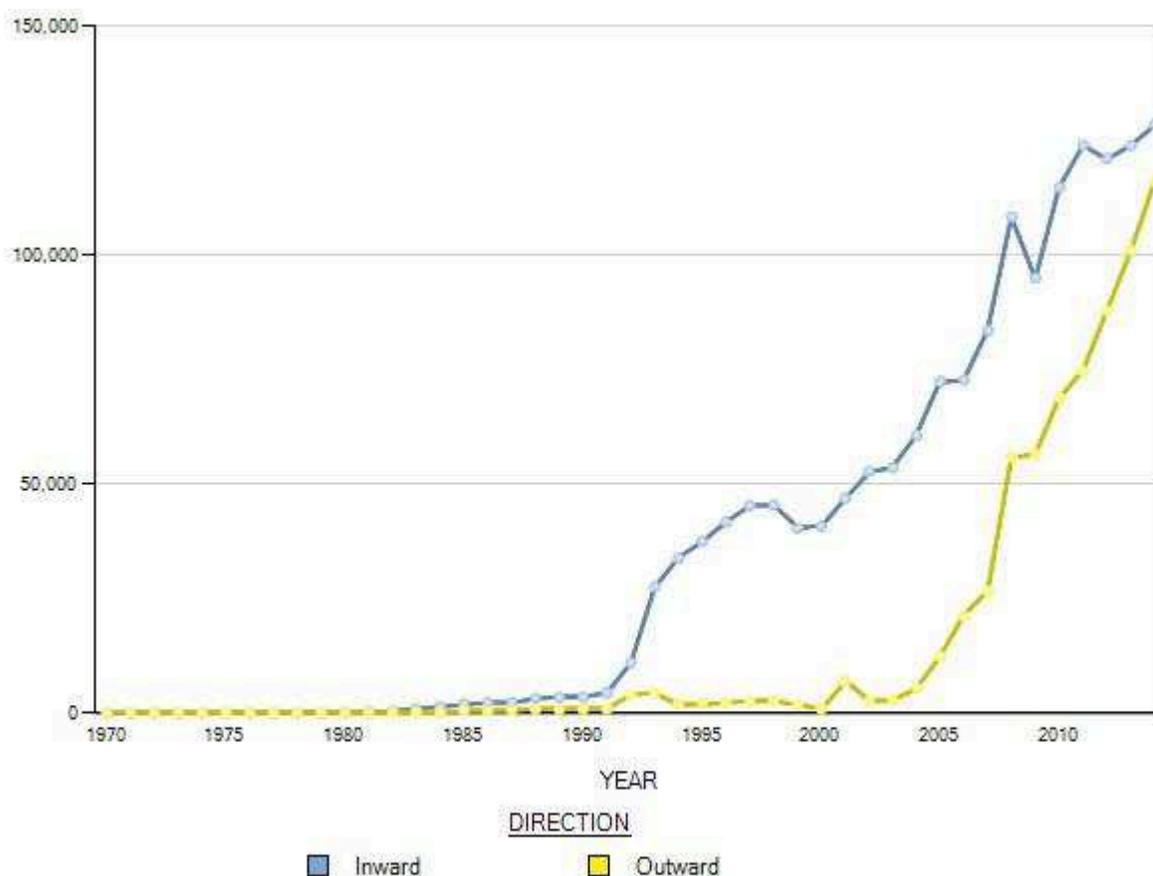


Gráfico 7: Investimento Externo Direto chinês: entrada e saída de fluxos em bilhões de dólares (1980 - 2014)

Fonte: Extraído do site da UNCTAD

Estes resultados são fruto de fortes políticas de incentivo a internacionalização de empresas nacionais como o chamado “*Go Global*”, implantado pelo governo chinês em 2001 para promover e encorajar empresas nacionais de se expandirem internacionalmente, ajustando a política econômica governamental com a globalização e acelerada reestruturação da economia, segundo o antigo vice Premier Wu Bangguo.

Existem algumas tendências no processo de internacionalização das empresas chinesas: em primeiro lugar, as corporações empregam pouco no exterior, ou seja, a força de trabalho se concentra predominantemente na China ou é importada do próprio país para as novas instalações. Em segundo lugar, as vendas no exterior já assumiram proporções significativas no faturamento das empresas, já que pelo menos $\frac{1}{4}$ do total de suas vendas são realizadas no exterior (com exceção da China National Petroleum Corporation - CNPC).

Um fato que comprova os papéis estratégicos que as grandes empresas chinesas realizam para o desenvolvimento da economia e seu posicionamento no mercado externo são as concentrações de suas atividades nos setores de infraestrutura e de petróleo. No caso do petróleo, por exemplo, o alto investimento do Estado chinês está relacionado à necessidade de recursos naturais e de energia que o país demanda para manter o ritmo atual de desenvolvimento. Na tabela abaixo se pode analisar os investimentos em outros setores.

Quadro 1: Distribuição Setorial Dos Fluxos de IDE Realizados entre 2003 e 2006 pela China (Us\$ Milhões)

Setores	2003	2004	2005	2006
Setor Primário	1.460 (51,1%)	2.089 (38,0%)	1.781 (14,6%)	8.725 (49,5%)
Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Pesca	80 (2,8%)	289 (5,3%)	105 (0,9%)	185 (1,0%)
Mineração e Petróleo	1.380 (48,3%)	1.800 (32,7%)	1.675 (13,7%)	8.540 (48,4%)
Setor Secundário	620 (21,7%)	756 (13,7%)	2.280 (18,6%)	907 (5,0%)
Setor Terciário	775 (27,1%)	2.654 (48,3%)	8.200 (66,9%)	8.003 (45,4%)
Serv. Financeiros e Serv. Prestados a Empresas	280 (9,8%)	749 (13,6%)	4.942 (40,3%)	4.522 (25,6%)
Atacado e Varejo	360 (12,6%)	800 (14,5%)	2.260 (18,4%)	1.114 (6,3%)
Transporte e Armazenamento	80 (2,8%)	829 (15,1%)	577 (4,7%)	1.377 (7,8%)
Outros	55 (1,9%)	276 (5,0%)	422 (3,4%)	991 (5,6%)
Total	2.854 (100%)	5.498 (100,0%)	12.261 (100,0%)	17.634 (100,0%)

Fonte: Extraído de OCDE 2008.

As internacionalizações e os IEDs, tem motivações e orientações claras de Resource Seeking (busca por recursos), Strategic Asset Seeking (buscar ativos estratégicos) e Market Seeking (explorar o mercado interno de outras localidades). Assim as regiões com as características que suprem essas necessidades do Estado chinês são visivelmente alvos para o destino dos investimentos desse estado. Seguem alguns exemplos da política de IED da China em relação as regiões, segundo os dados do Ipea (2009):

- **Ásia e Oriente Médio:** principais receptores dos investimentos chineses (aproximadamente 60%) devido a suas relações históricas e a disponibilidade de petróleo no Oriente Médio e algumas regiões da Ásia;

- Países da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático): investe principalmente em setores de *commodities* e recursos naturais.
- América Latina: acesso tanto à recursos naturais (petróleo, cobre e ferro), como ao mercado consumidor para os produtos chineses.
- África: os investimentos vêm aumentando de forma significativa tornando-se um receptor maior que os Estados Unidos. Estes se concentram na exploração de petróleo, mineração e infraestrutura.

Com a adesão da China, em 2001, à Organização Mundial do Comércio (OMC), foi efetivada uma posição significativa para a busca de um novo equilíbrio na ordem econômica mundial (CHANG, 2012), (CUNHA, 2011), percebendo que, no âmbito das relações internacionais, essa movimentação provocou a abertura progressiva do terceiro maior país em território do planeta (SUKUP, 2002). Dessa maneira, nos anos que se seguem de 2000 e 2007, a China foi o país que mais cresceu (NONNENBERG, 2010).

Uma junção de ajuda financeira e diversos veículos de investimento estão sendo utilizados pelo governo chinês para robustecer os vínculos de comércio e alargar sua influência nos principais mercados emergentes. Por mais que os investimentos externos diretos da China ainda sejam menores do que os investimentos ocidentais, o que deve ser destacado é como a frequência e as escalas desses investimentos aumentaram nos últimos anos. O investimento chinês no mercado estrangeiro, mesmo começando de forma tardia, já é o segundo maior investimento depois dos Estados Unidos e agora o Japão está em terceiro lugar (UNCTAD, 2016), como fica demonstrado no gráfico 8:

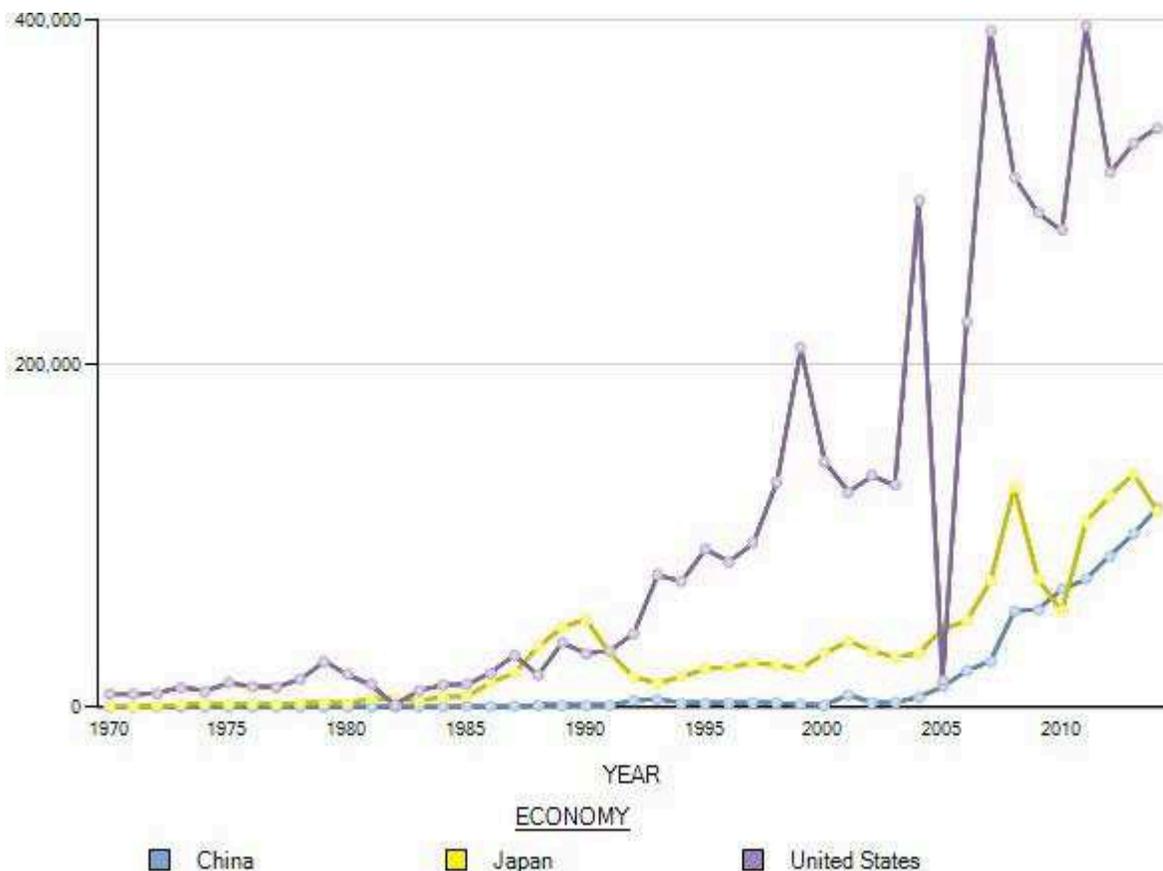


Gráfico 8: Comparativo do Investimento Externo Direto em milhões de dólares da China, EUA e Japão (1980 - 2014)

Fonte: Extraído do site UNCTAD.

Diversas empresas estatais chinesas abriram caminho para o investimento no estrangeiro, e agora é a vez de as empresas privadas buscarem cada vez mais oportunidades no exterior. Os setores privados já são responsáveis por 37% do investimento externo chinês. (UNCTAD, 2016).

As maiores apostas e IEDs da China estão sendo na África. Os países africanos que possuem uma base de desenvolvimento econômico baixa possibilitam que mesmo quem faça um investimento irrisório alcance uma grande influência na área investida. Podemos utilizar como exemplo o Níger, onde apenas uma companhia de petróleo da China investiu aproximadamente o valor próximo a uma grande parte do PIB do país inteiro no mesmo ano.

Vide figura 1 abaixo, com dados da UNCTAD, o direcionamento do investimento chinês detém grande parte de todo investimento estrangeiro em outras partes da África Ocidental, como na Guiné e Serra Leoa, onde estão por volta de 70% do total. Em três outros países, Camarões,

cerca de 120 km ao norte de Hong Kong, é uma das maiores cidades da China e um importante centro portuário do país e da província de Guandong. Atualmente, os produtos chineses ocupam os estabelecimentos comerciais de muitos países africanos. Além do que, os investimentos chineses estão nos mais importantes projetos de aeroportos a estradas, de infraestrutura do continente, passando por palácios e grandes campos de acesso às extrações minerais.

A política de ajuda e cooperação entre China e África é baseada em 5 princípios e práticas que foram trazidos nesse Fórum, pelo Ministro de Relações Exteriores Zhou En Lai, nos anos sessenta e reafirmado no ano de 2000, que são:

1. Respeito mútuo acerca da soberania e integridade territorial;
2. Não agressão mútua;
3. Não interferência nos assuntos internos;
4. Igualdade e benefício mútuo;
5. Coexistência pacífica.

Sobre os IEDs na África, em relação aos princípios citados, Júnior (2011) explica o mecanismo de funcionamento e cita um estudo de 2008 do Banco Mundial, intitulado “*Building Bridges: China’s Growing Role as Infrastructure Financier for Africa*”¹⁵. Nesse estudo são apontados que os principais setores envolvidos são de energia, estradas, ferrovias e utilidades públicas (hospitais e prédios de governo ou estádios olímpicos).

Além disso, os investimentos também envolvem a participação em projetos de *joint venture*¹⁶ que estão sendo realizados nas áreas de energia elétrica e petróleo. Vale citar que existe uma questão difícil na atual ação chinesa na África, que é a inter-relação das ações de ajuda, cooperação e negócios internacionais desenvolvidos por empresas estatais e privadas chinesas na área de infraestrutura e de serviços de engenharia que têm o apoio do governo chinês. Diante disso, as empresas chinesas constroem, a infraestrutura é financiada pelo governo chinês em variados países africanos, mas o retorno desses financiamentos e a construção dos limites desses grandes projetos nos países africanos estão vinculados e amarrados à obtenção de matérias primas por outras empresas chinesas, estatais ou privadas, que contam com o apoio do *EximBank*, um

¹⁵ Construindo Pontes: Papel de Crescimento da China como Financiadora de Infraestrutura para a África.

¹⁶ A expressão joint-venture quer dizer "união com risco". Ela, de fato, refere-se a um tipo de associação em que duas entidades se juntam para tirar proveito de alguma atividade, por um tempo limitado, sem que cada uma delas perca a identidade própria. IPEA. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2110:catid=28&Itemid=23

banco chinês. Este é o conhecido “*Angola Mode*” (ou modo angolano) de negócios da China na África.

Outro estudo, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, em 2010, evidenciou que o Banco Mundial não era mais a principal fonte para financiamentos dos países da África e que essa posição acabou sendo alterada devido aos altos investimentos realizados pela China, ela passou a ser a financiadora majoritária. Nos anos de 2001 a 2010, apenas o *EximBank* chinês concedeu à África empréstimos estimados em US\$ 67,2 bilhões. Por outro lado, os financiamentos do Banco Mundial nesse mesmo período totalizaram US\$ 54,7 bilhões (GEOPOLÍTICA, 2013).

É conhecido que mais de 2.500 empresas chinesas têm negócios na África, e este número tende a aumentar. Segundo dados do Banco Mundial (2014) a China ultrapassou os EUA enquanto principal parceiro comercial do continente africano em 2009, e o investimento que fez na África teve um crescimento de 53% ao ano entre 2001 e 2012. Neste período, o país investiu 18,19 mil milhões de dólares na região subsaariana.

Uma meta de 113 mil milhões de dólares de lucros provenientes do investimento no exterior em 2015, contra os 103 mil milhões contabilizados em 2014 foi estabelecida pelo Conselho Nacional Chinês para as Reformas e o Desenvolvimento, e os interesses na África fazem parte primordial desse objetivo, como pode ser percebido no novo “plano-mestre” para a Nova Rota da Seda, onde a China planeja criar redes de trocas de influências e comerciais que saem da China para a Ásia, passando pelo Oriente Médio até chegarem à Europa, e posteriormente alcançarem a África. (IGLESIAS; COSTA, 2011).

De acordo Iglesias e Costa (2011), a África Oriental e Ocidental tiveram vantagens na explosão dos investimentos chineses nos setores relacionados às *commodities*. Na África Austral prevalece o ambiente favorável da África do Sul para negócios, ao passo que a África Central destacou-se pelos altos investimentos na Guiné Equatorial. Por fim, o Norte da África é a região que recebia a maior parte dos investimentos, diminuindo, no entanto, com os efeitos da Primavera Árabe.

Pensando nos IEDs da China realizados no continente africano nas últimas décadas este projeto analisará, especificamente, dois países da África e seus relacionamentos com a gigante China, para reduzir a abrangência da pesquisa, já que a África conta com mais de 50 países. Os

dois países escolhidos para análise foram Moçambique e Nigéria pois mesmo que ambos países tenham problemas estruturais, desigualdades sociais e pobreza, o primeiro, aqui mencionado, possui uma balança comercial deficitária, já o segundo apresenta uma balança superavitária, trazendo dois cenários distintos. Portanto, no próximo capítulo serão abordadas as principais características político-econômicas desses países, suas realidades perante o comércio internacional e, de fato, como os IEDs chineses estão sendo absorvidos.

6 ÁFRICA

Neste capítulo será analisado brevemente o desenvolvimento político e econômico da África nas últimas décadas, e demonstradas, além do continente africano de forma geral, duas amostras de relações econômicas sino africanas – Nigéria e Moçambique.

A África é um continente localizado em todos os hemisférios: norte, sul, leste e oeste com, aproximadamente, 30,27 milhões de quilômetros quadrados de terras. Ele é o segundo continente mais populoso do mundo, ficando atrás somente da Ásia, com cerca de 820 milhões de habitantes segunda uma estimativa de 2011. Suas cidades mais populosas são o Cairo (Egito), Lagos (Nigéria), Kinshasa (República Democrática do Congo), Cartum (Sudão) e Johannesburgo (África do Sul).

É um continente predominantemente agrário, onde cerca de 63% da população vive em meio rural, enquanto somente 37% moram em cidades. Destaca-se, também, a exploração de recursos minerais como, por exemplo, ouro e diamante. Como esses recursos são extraídos por empresas multinacionais estrangeiras, principalmente da Europa e mais recentemente da China, sua exploração acaba gerando pouca renda para os países africanos. (BANCO MUNDIAL, 2016).

Em relação aos seus índices socioeconômicos, é considerado um continente pobre e subdesenvolvido, demonstrando baixos índices de desenvolvimento econômico. Em torno de 20 países do continente africano, a população sofre de subnutrição crônica. A renda per capita é de, aproximadamente, US\$ 850,00. O PIB (Produto Interno Bruto) corresponde a apenas 1% do PIB mundial. Grande parte dos países possui parques industriais pouco desenvolvidos, enquanto outros nem se quer são industrializados, vivendo basicamente da agricultura. O índice de analfabetismo é alto, de aproximadamente 40%. (BANCO MUNDIAL, 2016).

Seu principal bloco econômico é o SADC (*Southern Africa Development Community*), formado por 15 países: África do Sul, Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurício, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Seychelles, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

É importante frisar que o SADC reúne apenas uma parte dos países africanos e que entre eles não estão somente os países mais ricos do continente. O bloco abrange a área mais austral da África, ou também chamada de África subsaariana. A região enfrenta uma série de dificuldades, desde as intempéries naturais como a seca, até a extrema pobreza e a maior área de disseminação

do vírus HIV, sendo esses, apenas alguns dos problemas que os países procuram resolver em conjunto.

Em relação aos países que possuem um maior nível de desenvolvimento são eles: África do Sul, Egito, Nigéria, Argélia, Angola e Líbia. Contudo, este nível de desenvolvimento é relativo, alguns desses países, como é o caso da África do Sul e da Namíbia, são apontados pelo relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), como sendo as nações com os piores índices de desigualdade e distribuição de renda do mundo. Pesquisa esta que utiliza o coeficiente de GINI¹⁷ como parâmetro. Ambos são membros do SADC e apresentam altos níveis de desenvolvimento quando comparados aos demais países africanos, porém concentram grande parte das suas rendas em pequenas parcelas da população.

O continente possui 55 países independentes, que são: Angola, Argélia, Botsuana, Camarões, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurício, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia, Zimbábue, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Chade, Congo, Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, São Tomé e Príncipe, Togo, Egito, Líbia, Marrocos, Saara Ocidental, Sudão, Sudão do Sul, Tunísia, Burundi, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Ruanda, Seychelles, Somália, Tanzânia e Uganda.

Na conhecida por África Branca, ao norte, predominam os povos caucasoides e semitas e na chamada África Negra, ao sul do Deserto do Saara, também conhecida como África Subsaariana, encontram-se os povos pigmeus, bosquímanos, hotentotes, sudaneses e os bantos. Esta diversidade por sua vez, se reflete nas mais de mil línguas diferentes que existem no continente africano, e em incontáveis dialetos.

Apesar de os países africanos serem independentes, suas economias, são bastantes subordinadas às economias europeias, americana e chinesa. De acordo com informações do Banco Mundial (2010), tendo quase que na sua totalidade uma exportação baseada em produtos de baixo valor agregado, em sua maioria *commodities* e combustíveis não refinados, já no campo das importações destacam-se produtos acabados de alto valor agregado, tecnologias avançadas e serviços, demonstrando assim uma balança comercial desfavorável ao crescimento econômico e

¹⁷ O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). IPEA. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23

desenvolvimento industrial. Como nesta pesquisa, o foco se dá nas relações sino-africanas, será levantado a seguir índices, dados e análises histórico-político-comerciais entre a China e continente africano. Para uma análise mais aprofundada dessas relações, na segunda parte deste capítulo, serão abordados dois casos de dois países africanos diferentes onde as relações com a China têm grande impacto.

6.1 UMA BREVE HISTÓRIA DA ÁFRICA

No cenário da acumulação capitalista se apresenta o processo histórico da ação econômica e política na África, perante a proteção do capital mercantil e das articulações mundiais das grandes potências. A partir do século XV, o continente africano tem sido alvo do interesse econômico europeu e a sua população nativa se tornou mercadoria comercializada no tráfico negreiro. As necessidades apresentadas pela revolução industrial no século XVIII e com avanço do capitalismo, os países europeus moldaram sua estratégia na África, auxiliando nos movimentos abolicionistas que pretendiam mudar do modelo escravista para o assalariado. De acordo com o cientista político queniano, Ali Mazrui, citado por Pereira (2006) sobre as intervenções na África:

Nenhum outro continente sofreu em tão pouco tempo, menos de um século, muitas mudanças ou imposta do exterior como a velha e rural África. As mudanças políticas, como o colonialismo, novas religiões, novas linguagens; uma economia que não foi largamente rentabilizada passa de repente a ser globalizado ou em risco de marginalização.¹⁸ (Tradução livre).

No final do século XIX reuniram-se na Conferência de Berlim as grandes potências, onde o objetivo era entrar em acordo sobre a extensão de seus domínios no continente africano. A pauta da reunião visava decidir o futuro da África tanto como fornecedora de matéria prima, quanto como mercado consumidor para as mercadorias industrializadas provenientes da Europa, reforçando as trocas desiguais - e o próprio imperialismo.

Desde 1815, com as definições do Congresso de Viena, a colonização no continente africano era vista como uma maneira de atenuar conflitos na Europa, exteriorizando-os para além

¹⁸ No other continent has suffered in such a short time, less than a century, many changes or imposed from abroad as the old and rural Africa. political changes, such as colonialism, new religions, new languages; an economy that was not largely monetized passes suddenly to be globalized or at risk of marginalization (PEREIRA, J.M.N, 2006, p.21).

das fronteiras das grandes potências. Além disso, a própria colonização impedia que os recentes países africanos que haviam conseguido suas independências investissem contra o domínio europeu.

O modelo expansionista europeu levou ao continente africano investimentos direcionados à construção de infraestrutura que facilitassem a vazão das matérias-primas para a Europa, principalmente após a descoberta de fontes de metais e minérios no sul do continente, conforme afirma Pereira (2006). As infraestruturas mais importantes construídas para extração dos recursos naturais e bens agrícolas feitas pelos europeus na África foram as ferrovias e estradas que facilitavam o transporte desses produtos até os portos do Atlântico e Índico. E essas construções foram essenciais para delimitar, nas décadas seguintes, a geografia do continente, a formação dos países e suas economias o sistema internacional contemporâneo.

Foi após a Conferência Internacional de Berlim ocorrida em 1884 e 1885 que os países europeus decidiram como seria a partilha da África. As potências europeias levaram em conta na hora de retalhar o continente as ocupações de cada país europeu no continente, suas áreas de exploração, investimentos em infraestruturas que facilitassem o escoamento das matérias primas e a entrada dos produtos manufaturados, tais como portos e ferrovias, deixando de lado as próprias fronteiras naturais ou culturais dos diversos povos, influenciando diretamente na criação das fronteiras dos países africanos da atualidade.

A África acompanhou de maneira diferenciada os acontecimentos mais importantes do século XX. O início e fim da Segunda Guerra mundial alterou o cenário africano, assim como a Guerra Fria trouxe novas vozes para o continente e quebrou com as correntes do imperialismo puro dos séculos passados, trazendo uma nova onda para a África na década de 1990. O neoliberalismo americano, acompanhado das novas investidas europeias e a ascensão chinesa no sistema internacional reforçaram um novo caráter para o continente africano.

6.1.1 Um recorte histórico-econômico de 1950-1990

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria as políticas endereçadas à África foram embasadas quase que na sua totalidade no conflito entre os Estados Unidos e a extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O contexto internacional da época era resultado da relação de forças entre as duas potências mundiais, as quais utilizaram regiões

distintas do mapa para demonstrar suas influências. Cada uma das potências tentou moldar os países africanos às suas ideologias político-econômicas, fosse através de assistências, visando proteger o país da ideologia contrária, ou por embargos e restrições econômicas, forçando outras nações a escolherem um dos lados entre capitalismo e socialismo. Sendo assim os países africanos começaram a se dividir entre nações que seguiam os ditames capitalistas ou socialistas. Aqueles que absorviam a cultura capitalista eram denominados “alinhados” e apoiavam as ações dos EUA, por outro lado aqueles que apoiavam os ditames socialistas, eram considerados “desalinhados” devido à proximidade com a antiga URSS.

Foi ainda no contexto da Guerra Fria, que os países africanos buscaram apoio e financiamento no sistema internacional, porém esse apoio vindo do exterior tinha objetivos econômicos militares para com a África, de dominação cultural, mais suporte frente às organizações internacionais, busca por recursos naturais e mercado consumidor.

No que se refere ao modelo econômico, quando os países africanos alcançaram suas independências, este pouco se alterou. A África continuou ofertando produtos agrícolas com baixo valor agregado. Enquanto que no modelo anterior quem escolhia o tipo de produto a ser produzido eram os países colonizadores, após as independências quem passou a ditar este processo foi o mercado.

As independências dos países africanos, na sua grande maioria aconteceram no período de 1960 até o fim da década de 1970, este momento foi marcado por um crescimento econômico da região e os países criaram uma expectativa bastante elevada no que se refere a um desenvolvimento contínuo. Contudo, não foi o que aconteceu na década seguinte, já que a maioria dos países africanos que conseguiram suas independências viveram a beira da estagnação e outros do declínio, tanto econômico, quanto político. O que aconteceu, de acordo com Langton (2008), é que, uma vez que os países africanos não possuíam instituições sólidas com políticas e econômicas robustas e consistentes, seus desenvolvimentos foram delineados pelos diversos modelos econômicos propostos pelo contexto internacional e principalmente pelo Fundo Monetário Internacional. Os modelos mais comuns foram aqueles embasados nas teorias da modernização (1950-1960)¹⁹, o modelo da dependência (1970)²⁰ e o modelo liberal²¹,

¹⁹ A Teoria da Modernização: Os países avançados se encontrariam com o mais alto nível de desenvolvimento produtivo, de forma que o processo de desenvolvimento econômico que neles ocorreu seria um fenômeno de ordem geral, pelo qual todas os países que se esforçassem deveriam passar. Enquanto isso, as nações atrasadas se encontrariam em um estágio inferior de desenvolvimento, com baixa expressão em seus aparelhos produtivos, em

provenientes das políticas capitalistas da década de 1990. No entanto, por se tratarem de modelos econômicos prontos e importados, e que não trariam os mesmos resultados em qualquer contexto que fosse implantado, acabaram se mostrando falhos para conduzirem as políticas e as economias africanas.

Além disso, o sistema internacional como um todo sofreu com os acontecimentos atrelados aos EUA. O fim da paridade fixa do dólar, crises financeiras contínuas somadas ao choque do petróleo de 1973 relatam os maiores acontecimentos causadores da recessão mundial e um resfriamento do mercado internacional, principalmente para os países agrícolas que dependiam das exportações. Neste período todos os países africanos tiveram problemas nas suas balanças de pagamentos, marcadas pelos altos déficits.

O processo de independência dos países africanos ressaltou problemas estruturais diretamente ligados às questões de povos, fronteiras e caracterização do *status* de alinhamento ao modelo capitalista ou socialista. Em primeiro lugar devido às fronteiras artificiais, criadas durante a colonização, que acabou reunindo diferentes povos sob o mesmo território, fez com que esses mesmos povos lutassem em prol de uma terra livre de colonizadores, porém quando alcançaram a independência não foram capazes de formar Estados-nação, já que os novos países africanos não eram frutos da história natural local e sim da luta anticolonial.

Em segundo lugar, os colonizadores europeus não prepararam nenhum povo africano para assumir as funções públicas nos pós independência, sendo assim, quando elas aconteceram, os novos governos não tinham ninguém com competência e experiência para gerir o país.

Somado a isso, durante a Guerra Fria, tanto os EUA quanto a URSS para assegurarem que suas ideologias fossem absorvidas entre os países africanos as duas grandes potências buscavam alianças oferecendo investimentos diversos, inclusive de equipamentos bélicos. No caso da África as duas grandes potências foram responsáveis pelo armamento de grupos étnicos e

decorrência de sua incipiente industrialização. A teoria ressalta que o desenvolvimento depende não só da modernização das condições econômicas, mas também das condições sociais, institucionais e ideológicas dos países.

²⁰ A Teoria da Dependência surgiu [...], como uma tentativa de explicar o desenvolvimento socioeconômico, em especial a partir da fase de industrialização. A Teoria da Dependência se propunha a tentar entender a reprodução do sistema capitalista de produção do centro e da periferia, enquanto um sistema que criava e ampliava diferenciações em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, de forma que a economia de alguns países era condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras.

²¹ A Teoria Liberal foi bastante defendida por Adam Smith [...], as principais características dessa teoria se resumem na liberdade individual como sendo algo insubstituível para alcançar o progresso. No liberalismo a ideia mais marcante é a que defende o livre mercado, em lugar da planificação estatal, ou seja, sem a intervenção da mão do Estado o mercado deve encontrar o seu equilíbrio através das forças naturais que o cercam, sem planos estatais para dirigir a economia e o desenvolvimento, pois esses últimos seriam alcançados naturalmente.

políticos rivais dentro de um mesmo território ou país, armamento este que, nas décadas seguintes, serviu para elevar a criminalidade e violência em intermináveis guerras civis e períodos de instabilidade política dentro de países africanos.

Esse quadro de eventuais acontecimentos negativos presentes na década de 1970 ajuda a exemplificar o baixo ou quase nulo desenvolvimento econômico dos países africanos na década seguinte, assim como a falta de estruturas nas instituições públicas e a instabilidade política da região, motivos os quais tornaram os territórios suscetíveis aos governos ditatoriais que surgiram ao longo da história. Essa conjuntura de insatisfação constante dos povos deu abertura aos partidos e grupos radicais ainda presentes em alguns países da atualidade.

6.1.2 A África dos anos 1990

O conflito entre EUA e URSS teve fim a partir dos anos 1990, onde a ideologia capitalista imperialista dos Estados Unidos da América se consagrou na maioria dos países do sistema internacional agora unipolar, levando a URSS ao colapso e restringindo as ideias socialistas somente a um grupo pequeno de países.

Entretanto foi a partir da década de 1980 que o modelo neoliberal começou a ser implantado primeiramente pela Inglaterra e EUA e em seguida em diversos países da Europa e do restante do mundo. O modelo neoliberal trouxe um perfil diferente para a política e economia da época. Algumas das características que marcam esse modelo são: a desregulamentação do mercado, abertura comercial, privatizações da economia nacional, livre circulação do capital, gestão fiscal, legislação trabalhista e etc, concepções estas que acabam envolvendo os países periféricos de uma maneira muito mais profunda e dependente dos capitais externos. (MEDEIROS, 2001).

Foi nesse cenário de retomada da unipolaridade que se iniciou a nova geopolítica mundial, a qual se demonstrou bastante limitadora aos Estados nacionais ao passo que a nova hegemonia, os Estados Unidos, passou ditar os novos objetivos do sistema internacional.

Não coincidentemente, nesse novo cenário, as estratégias econômica e militar do hegemon apontam na mesma direção: a redução crescente da autonomia dos Estados mais frágeis, incapacitados para estabelecer e sustentar autonomamente seus próprios objetivos nacionais, sejam eles econômicos ou político-militares. (FIORI, In: FIORI & MEDEIROS, 2001, p. 15).

Um outro ponto de atenção para este momento é a diminuição dos investimentos e empréstimos aos países periféricos praticado pelas grandes potências e pelas instituições financeiras internacionais, principalmente para os países do continente africano. Como o combate a expansão da ideologia socialista havia terminado o novo *hegemon* juntamente com os países desenvolvidos, puderam repensar as novas políticas e investimentos em relação ao desenvolvimento de outras nações. (MEDEIROS, 2001).

Como resultado da redefinição dos interesses do *hegemon*, as instituições e organizações econômicas e financeiras mundiais passaram a servir os interesses dos EUA, o qual tinha um poder de barganha muito forte por ter se tornado o maior contribuinte individual perante essas instituições. O Banco Mundial e o FMI passaram a defender o receituário do modelo neoliberal como sendo a melhor opção de desenvolvimento para os países e isso incluía um papel mais exigente no que dizia respeito às condicionalidades que os países deveriam cumprir para ter acesso aos investimentos ou mesmo para uma renegociação dos empréstimos internacionais e das suas dívidas externas. (MEDEIROS, 2001).

Condicionalidades estas bastante rigorosas no caso dos países africanos, os quais deveriam seguir como política nacional baseada em 10 premissas que levariam os países a globalização, ao liberalismo, e principalmente ao desenvolvimento, o que passou a ser chamado, mais tarde, de Consenso de Washington²².(NEGRÃO, 1998).

Um dos pontos pretendidos por essas premissas era a liberalização dos mercados, para auxiliar nas dificuldades financeiras de todo o mundo, principalmente dos países africanos indicavam também o término das restrições às instituições financeiras internacionais sobre as nacionais, a diminuição dos gastos do Estado, um impulso nas exportações e a baixa nas taxas de importação. Essas políticas não favoreceram os países da África subsaariana que tiveram um resultado contrário, pois não conseguiram seguir as premissas impostas pelas instituições

²² O Consenso de Washington foi a denominação de uma articulação para implantar o neoliberalismo de maneira ordenada nos diversos países. [...] Regras universais do Consenso de Washington: Disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura; Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; Liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; Taxa de câmbio competitiva; Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia; Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; Privatização, com a venda de empresas estatais; Desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; e Propriedade intelectual (NEGRÃO, 1998, p.41-42).

financeiras. Houve um aumento das taxas de inflação acarretando diretamente no agravamento das dívidas externas africanas. Conforme Garrison (2004):

Nenhuma nação na Terra tem sido capaz de resistir ao magnetismo irresistível da globalização. Poucos foram capazes de escapar dos "ajustes estruturais" e "condicionalidades" do Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, ou as arbitragens da Organização Mundial do Comércio, as instituições financeiras internacionais que, no entanto inadequada, ainda determinam o que significa a globalização da economia, quais são as regras, e quem é recompensado pela submissão ou punido pelas infrações. Tal é o poder da globalização que dentro de um mesmo espaço de tempo, os quais são iguais, para ver a integração, ainda que de forma desigual, de todas as economias nacionais do mundo em um único sistema global, um sistema de livre mercado.²³ (Tradução livre).

A globalização, de acordo com Moore (2001), definia a criação dos Estados-nação, o acúmulo de capital e a democracia em todos os seus sentidos, mas ao mesmo tempo estabelecia barreiras que dificultavam o alcance das metas estabelecidas:

A globalização neoliberal simultaneamente incentiva estas tendências e as tornam difíceis de resolver, dado o seu ante estatismo, sua versão excludente da democracia, e a violência inerente ao surgimento de direitos de propriedade privada de modos pré-capitalistas de produção que foram mediadas por instituições coloniais e pós-coloniais e as dinâmicas da Guerra Fria.²⁴ (Tradução livre).

Os instrumentos utilizados pelas instituições e organizações internacionais como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) para interferir diretamente nos países africanos foram os Investimentos Externos diretos (IED), a internacionalidade do comércio, a ajuda recebida internacionalmente e o absolvição da dívida externa.

²³ No nation on earth has been able to resist the compelling magnetism of globalization. Few have been able to escape the "structural adjustments" and "conditionalities" of the World Bank, the International Monetary Fund, or the arbitrations of the World Trade Organization, those international financial institutions that, however inadequate, still determine what economic globalization means, what the rules are, and who is rewarded for submission and punished for infractions. Such is the power of globalization that within our lifetime we are alike to see the integration, even if unevenly, of all national economies in the world into a single global, free market system" (GARRISON, 2004, p. 38).

²⁴ Neoliberal globalization simultaneously encourages these trends yet makes them difficult to resolve, given its anti-statism, its exclusionary version of democracy, and the violence inherent in the emergence of private property rights out of pré-capitalist modes of production that have been mediated by colonial and postcolonial institutions and the dynamics of the cold war. (MOORE D., 2001, p.909).

As ações definidas e financiadas pelo FMI para reduzir a inflação interna destes países apostavam em um programa que visava ajustar as taxas de câmbio, reduzir os gastos do governo e controlar o crédito. Contudo, esse programa acabou por reduzir a demanda externa, já que valorizou as moedas nacionais, diminuindo as exportações, sendo assim um plano ineficaz na tentativa de recuperar os investimentos (empréstimos) realizados através da aplicação do modelo neoliberal, e como planejado, retomar desenvolvimento. (MOORE, 2001).

Mesmo os países subdesenvolvidos, fracos economicamente e com muitos déficits e dificuldades nas balanças de pagamentos, endividaram-se ainda mais recorrendo às instituições como o FMI e o BM, as quais financiavam projetos de infraestrutura para que os países acelerassem o processo de implementação do modelo neoliberal. (MOORE, 2001).

O modelo neoliberal repensado pela hegemonia americana e a ascendência da China no mercado internacional das décadas de 1990 e 2000 foram fatores que fizeram com que o continente africano permanecesse como provedor de matéria prima para o mundo. Já que através do modelo neoliberal os países africanos não alcançaram o desenvolvimento econômico proposto e ao invés disso ampliaram suas dívidas externas junto às instituições financeiras internacionais. (MOORE, 2001).

Devido a globalização progressiva, mais investimentos externos na África, que podem ser observados no gráfico 9, ajudaram a acelerar o PIB do continente e seu índice de crescimento entre os anos de 2000 e 2010, conforme observado no gráfico 10, também abaixo. Contudo, esses investimentos não foram suficientes para colocar um fim nas guerras civis, a grande pobreza e a inconstância política.

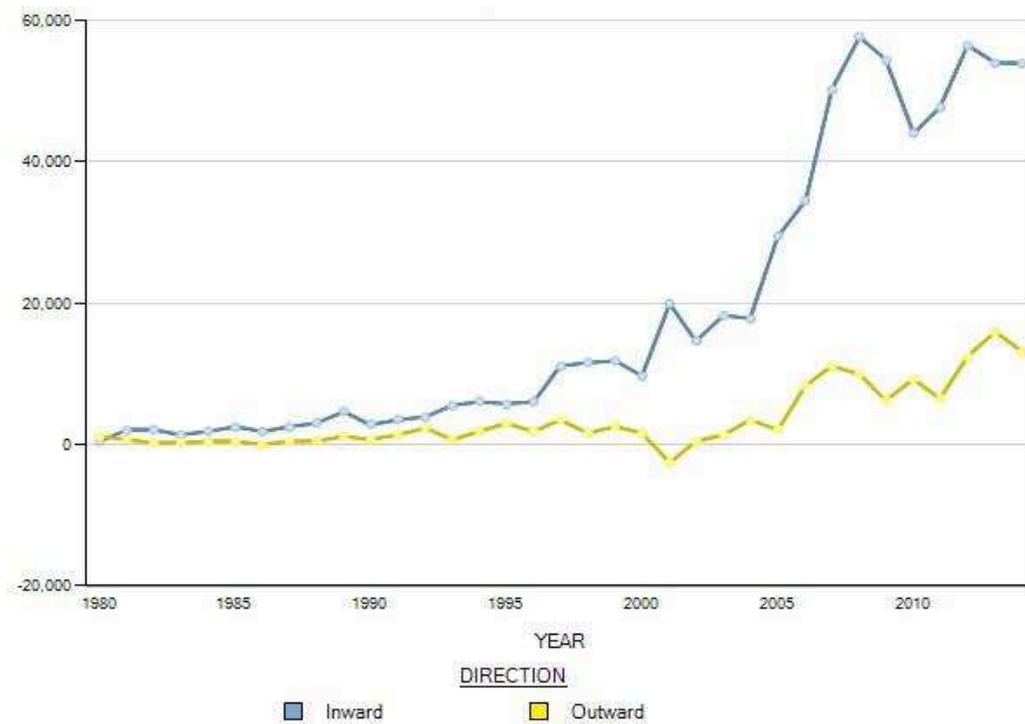


Gráfico 9: Entrada e saída de Investimentos Externos Diretos em milhões de dólares na África (1980-2014).

Fonte: Extraído da UNCTAD.

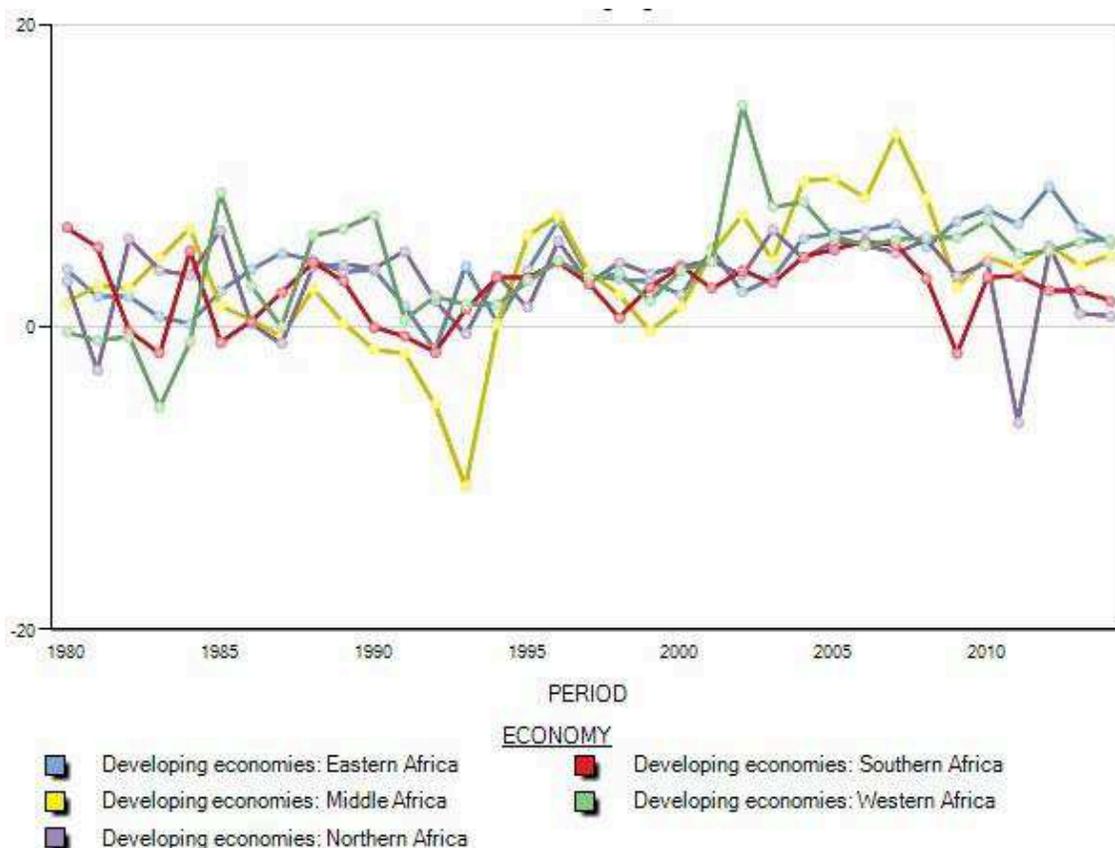


Gráfico 10: Crescimento do PIB do continente africano, por regiões em desenvolvimento, em percentagem (1980-2014)

Fonte: Extraído da UNCTAD.

O aumento do PIB se deu apenas em uma pequena parte do continente, mesmo nas economias em desenvolvimento, em geral, os índices de pobreza e qualidade pioraram, independentemente do PIB e das taxas de crescimentos gerais tendo aumentado.

Os principais acontecimentos da economia internacional influenciaram os programas governamentais africanos, que acabaram influenciando em seu PIB. Como apontado brevemente, a corrida pelo poder e o crescimento econômico mundial lançaram as políticas nacionais do continente para o setor energético e natural, extensamente concorridas no cenário internacional, tornando a África palco de uma notória disputa sobre matérias primas.

6.2 RECURSOS NATURAIS EM ABUNDÂNCIA - A RIQUEZA DA ÁFRICA

O continente africano tem servido como fonte de matérias primas e mão de obra desde o século XV até os dias atuais, principalmente pelos europeus, mas desde as últimas décadas também por outras economias como a chinesa e até a brasileira. Os recursos naturais que são encontrados em abundância no continente são, principalmente, ouro, bauxita, diamantes, petróleo, gás natural, carvão mineral, urânio, entre outros.

De acordo com Wood (2002), os produtos agrícolas, madeira, metais e minerais e hidrocarbonetos em conjunto representavam cerca de 35 % dos produtos africanos exportados nos anos 2000. Contudo, devido o crescimento acelerado de países como a China, a demanda por matérias primas aumentou levando ao aumento da extração e das exportações de recursos naturais feitos pelos países africanos. O que o autor procura afirmar com seus dados é que durante toda a década de 2000, embora o continente tenha aumentado suas exportações, a pauta de exportação continuou concentrada em matérias primas, uma vez que cerca de 80% dos produtos de exportação da África em 2011 se restringiam a produtos não manufaturados, em comparação com 60% no Brasil, 40% na Índia e 14% na China. Da mesma forma, a maioria dos novos investimentos externos diretos (IED) na África foram para atividades relacionadas com os recursos naturais, segundo Wood (2002)

Um dos principais recursos, a água, é causa de um grande problema, pois somente um por cento da água do continente é disponível e própria para consumo. Milhares de pessoas morrem por contaminação ou desidratação, fazendo com que os rios e reservas sejam fontes de conflitos entre os povos africanos. Os principais motivos da competição ao acesso à água são a desertificação, o excesso populacional, a ineficácia do uso dos recursos hídricos, práticas agrícolas deficientes e a deterioração de infraestruturas. Existem duas bacias internacionais, uma na África Austral que serve 25 países e foi motivo de conflitos entre Namíbia e Botsuana e outra na África Ocidental. Algumas das principais fontes de água, entre Mauritânia e Senegal há um rio que faz a divisa natural, o rio Nilo no Egito, rio Congo e rio Niger. Essas fontes de água também são fontes de conflito entre os países que os cercam. (WOOD, 2002).

A produção de energia elétrica na África é um grande problema. A África subsaariana tem hoje 2% da produção mundial de energia elétrica, sendo que 70% são produzidas em hidrelétricas, o restante é proveniente da queima do gás natural e petróleo (cerca de 5% da produção global) segundo Eberhard (2008).

Por mais que 70% da energia elétrica produzida no continente africano venha de usinas hidrelétricas, o potencial dos rios africanos não é explorado de forma adequada, no sentido de fornecer energia elétrica suficiente para os países desse continente. Porém esta situação está prestes a mudar. No final do ano de 2015 foi fechado um acordo financeiro entre o Banco Mundial, o Banco de Investimento Europeu e o Banco de Desenvolvimento Africano, juntamente com os países da República Democrática do Congo (RDC) e da África do Sul para a construção da maior hidrelétrica do mundo, que será capaz de produzir mais de 40.000 megawatts, ou seja, mais que o dobro que a maior usina do mundo produz, a de Três Gargantas, localizada na China. (EBERHARD, 2008).

Entretanto, o acordo para a construção da usina tem gerado discussões a respeito do retorno que o investimento trará para o continente africano. Os países africanos envolvidos no caso afirmam que a energia excedente produzida na usina do rio Ingá na RDC poderá ser comercializada com a Europa, podendo assim alimentar a África e gerar lucro para investimentos em outros setores (EBERHARD, 2008). Contudo, segundo o jornal *San Francisco Bay View* o projeto de construção da usina apoiado principalmente pelo Banco Mundial será como os demais projetos financiados pela instituição financeira, trará benefícios para uma pequena parcela da população, aumentando ainda mais a distribuição de renda e social e influenciando guerras civis.

O projeto tem apoio do Banco Mundial, do Banco de Investimento Europeu e do Banco de Desenvolvimento Africano. O entusiasmo do primeiro com megaempresas tem uma longa história. Nos últimos 40 anos, foram investidores bilhões de dólares em represas e linhas de transmissão no rio Congo – com muita corrupção, baixo desempenho e sem benefício para os pobres. Cerca de 85% da eletricidade no país é consumida pela indústria de mineração, e no máximo 9% da população tem acesso a ela. E a natureza centralizada destes investimentos têm encorajado tensões e guerras civis.²⁵ (Tradução livre).

Em relação às riquezas minerais, o continente abriga 8% das reservas mundiais de petróleo e gás natural nos países Congo, Egito, Angola, Argélia, Líbia e Nigéria que integram os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). A produção de petróleo

²⁵ The enthusiasm of the World Bank and other funders for mega-dams has a long history. Over the past 40 years, donors have poured billions of dollars into dams and associated transmission lines on the Congo River. The projects have been plagued by rampant corruption, perform far below capacity, and have failed to benefit the poor. About 85 percent of the electricity in the DRC is consumed by the mining industry, while only 6-9 percent of the population has access to electricity. Worse, the centralized nature of these investments has created a winner-takes-all system that has encouraged tension and civil war. *San Francisco Bay View*. Disponível em: <http://sfbayview.com/2013/05/grand-inga-dam-on-congo-river-the-world-banks-latest-silver-bullet-for-africa/>

creceu 36% nos últimos dez anos, principalmente a Nigéria, Guiné Equatorial, Chade, Camarões, República Democrática do Congo, Congo e a Angola, que se tornou o maior país produtor de petróleo do continente, conforme Sérgio (2008).

A África detém 25% das reservas de urânio usados na produção de energia nuclear, os maiores produtores são a África do Sul e o Gabão. Os principais países produtores de ouro são a África do Sul (maior produtor do mundo), Zimbábue e Sudão. Além disso, há outros países como Marrocos, Zâmbia, Guiné e Uganda que produzem outros minérios como fosfato, cobre, bauxita e etc.

Apesar de a África ser um continente muito rico em recursos naturais, a riqueza em matérias primas e a exportação das mesmas não tem sido suficiente para trazer avanços e aumento da renda para a população do continente. Países como Guiné Equatorial, Gabão e Botswana têm o PIB per capita comparável com países da Europa, porém seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que considera taxas de analfabetismo e expectativa de vida, ocupa uma das últimas posições no mundo. (BANCO MUNDIAL, 2016).

Na maioria dos países citados acima, a economia é restrita e/ou dependente da exportação de seus recursos naturais. Os lucros provenientes da comercialização de matéria prima e produtos com baixo nível de manufatura são usados pelos Estados africanos para investir em setores ligados a extração dos recursos naturais, tais como rodovias, ferrovias e portos, que por sua vez pouco alteram na melhoria da educação, saúde e outros setores carentes pelas populações locais. O que prova que os investimentos no setor de extração de recursos naturais não geram melhora na qualidade de vida da população.

O fortalecimento e investimentos realizados no setor de extração de matérias primas nos países do continente africano não resultaram na diversificação das economias africanas e muito menos em políticas desenvolvimentistas. Como o foco de investimentos é destinado ao setor de extração, são desviados os investimentos que seriam necessários para outros setores carentes do continente, disseminando a má distribuição de renda e muitos casos de corrupção que drenam recursos que seriam fundamentais ao desenvolvimento.

Mesmo possuindo uma vasta diversidade de minerais, a África continua sendo um continente subdesenvolvido, atrelado a isto está a exploração das suas riquezas minerais realizada por companhias privadas e estatais europeias, norte-americanas, chinesas e brasileiras, entre outras nações. Para explorarem o continente, empresas, instituições financeiras e governos

investem na infraestrutura, equipamentos, máquinas, tecnologias e transporte dos países africanos, para promover a extração e exportação dos recursos naturais que lhes convém. Sendo assim, os lucros de empresas estrangeiras provenientes da exploração de recursos naturais na África acabam não ficando no continente, e sim reportados para o exterior.

Em alguns pontos do continente africano pode ser observada uma principiante industrialização, que iniciou tardiamente, logo após os países conseguirem sua independência, o que leva as indústrias africanas à situação de desvantagem no setor de produtos manufaturados e no mercado internacional quando comparado aos países com campo industrial já desenvolvido.

A estrutura econômica africana ainda é frágil e dependente das exportações de recursos naturais. Fragilidade essa também evidente no setor industrial, já que este se desenvolveu com a ausência de capitais, escassez de mão de obra técnica especializada e a fragilidade dos meios de transporte, seguidos do baixo poder de compra da população, que promovem um cenário contrário ao desenvolvimento.

6.3 A INTENSIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES SINO-AFRICANAS

Durante os séculos XIX e XX, o continente africano esteve muito ligado e dependente dos acontecimentos do mundo ocidental, principalmente das demandas dos mercados europeus e dos ditames econômicos de cunho liberal proclamado pelos Estados Unidos da América. Contudo, nas últimas três décadas a África enraizou laços mais fortes com outras culturas, distanciando-se do ocidente e se aproximando da China. As relações sino-africanas não são recentes e datam da abertura da economia chinesa promovida por Deng Xiaoping, porém foram nas últimas 3 décadas que essas relações tomaram um rumo diferente.

Com o fim da Guerra Fria, o continente africano acabou perdendo certa importância estratégica na disputa entre os EUA e a URSS, deixando a porta aberta para que a China entrasse no continente. Foi nesse recorte histórico também, segundo Alden (2008), que a China buscou apoio de países africanos perante o Massacre na Praça da Paz Celestial²⁶, o qual foi muito criticado pelo ocidente na época, entretanto, o ocorrido foi visto de maneira não negativa por

²⁶ No 4 de junho de 1989, o governo chinês colocou fim aos dois meses de ocupação estudantil da praça central da capital, Pequim, graças a uma violenta intervenção militar, que provocou a morte de mais de 2 mil pessoas e deixou outros milhares de feridos que protestavam contra a repressão e corrupção do governo. BBC Brasil. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/06/140604_tiananmen_aniversario_ms

alguns dos líderes de países africanos que apoiaram a China na sua decisão de findar a ocupação da praça através de intervenção militar.

O episódio acabou reforçando as relações sino africanas. Após o ocorrido, como resultado, outros países africanos passaram a reconhecer a China como uma nação perante a Organização das Nações Unidas (ONU) naquele ano, aumentando para 47 o número de nações africanas que reconheceram o país. Vale ressaltar que China disputava o reconhecimento na organização com Taiwan.

A Expansão das relações chinesas para a África é a dinâmica mais importante das relações internacionais do continente desde o fim da Guerra Fria. A natureza de implicação do novo compromisso da China na África começou a ser avaliado recentemente, mas é evidente que se trata de um processo de profunda importância (ALDEN, 2008).

Além disso, no fim da década de 1990, a China chegou ao fim da autossuficiência na produção de petróleo, tornando o país dependente das flutuações do preço dessa *commodity* no mercado externo, fazendo com que o país tivesse que buscar por esses recursos em locais onde os Estados Unidos não tivessem uma boa inserção, voltando-se, portanto, ao continente africano. A década foi marcada por um forte impulso das relações China-África, marcada não somente pela busca chinesa por recursos naturais, mas também pelo aumento de investimentos e *joint ventures* no continente africano, assim como dos empréstimos em longo prazo com taxas de juros muito baixas. (ALDEN, 2008).

Essa aproximação, com o passar dos anos, aumentou o mercado fornecedor e consumidor chinês, como também o desenvolvimento das economias de países africanos, melhorando a complexidade das relações que resultou na criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), no ano de 2000. O fórum é baseado em princípios de reciprocidade e desenvolvimento mútuo das nações envolvidas, conforme indicado no “*China White Paper*”, um documento resultante dos últimos encontros o qual carrega os acordos e responsabilidades em longo prazo das relações sino-africanas. Além do desenvolvimento, o FOCAC prevê uma aproximação das agendas políticas entre a China e os países africanos, reforçando a ideia de cooperação Sul-Sul construtiva. (ALDEN, 2008).

Como resumo dessas interações, o continente africano recebeu milhões de dólares em Investimento Externo Direto (IED) provenientes da China, os quais serviram para melhoria das infraestruturas do país. A China foi responsável pela construção de rodovias, ferrovias, portos e

aeroportos que servem até hoje para o escoamento das matérias primas africanas, porém por outro lado, diferente das economias europeias e americanas que drenaram os recursos naturais da África nos séculos anteriores, ação que reforçou o modelo imperialista, a China realiza investimentos na educação, saúde e até cultura no continente fomentando não só o desenvolvimento político e econômico dos países africanos envolvidos. (ALDEN, 2008).

Segundo Edinger (2008), as relações político-econômicas da China com a África cresceram, fortemente nas últimas décadas. Os principais motivos foram o crescente fluxo de comércio bilateral e elevados investimentos em projetos com assistência ao desenvolvimento. O autor ainda ressalta que durante a década de 1990 o comércio sino-africano cresceu 700% e que no ano de 2007 a maior fatia do IED da China foi endereçado a África.

Para Alden (2008), foi em 2000 que o comércio entre a China e África iniciou sua expansão, atingindo 10,5 bilhões de dólares. Em 2004 este já estava em 29,5 bilhões de dólares, em 2005 estava em 40 bilhões de dólares e no ano de 2006 quase atingiu 55 bilhões de dólares. De acordo com o Ministério do Comércio Chinês, no primeiro semestre de 2007, o comércio entre eles chegou a 32 bilhões de dólares.

Para ilustrar e enfatizar a expansão das relações sino-africanas no início do século XXI, faz-se necessário analisar o gráfico 11. Desde os anos 2000, com os pacotes de incentivos e investimentos chineses na África é possível notar um crescimento exponencial dos principais produtos africanos exportados para a China. Sendo as *commodities*, bens primários com baixo valor agregado e os combustíveis não refinados ocupando as primeiras posições, acompanhados pelos minérios e metais e por fim os itens primários da agricultura, conforme os dados da UNCTAD (2014).

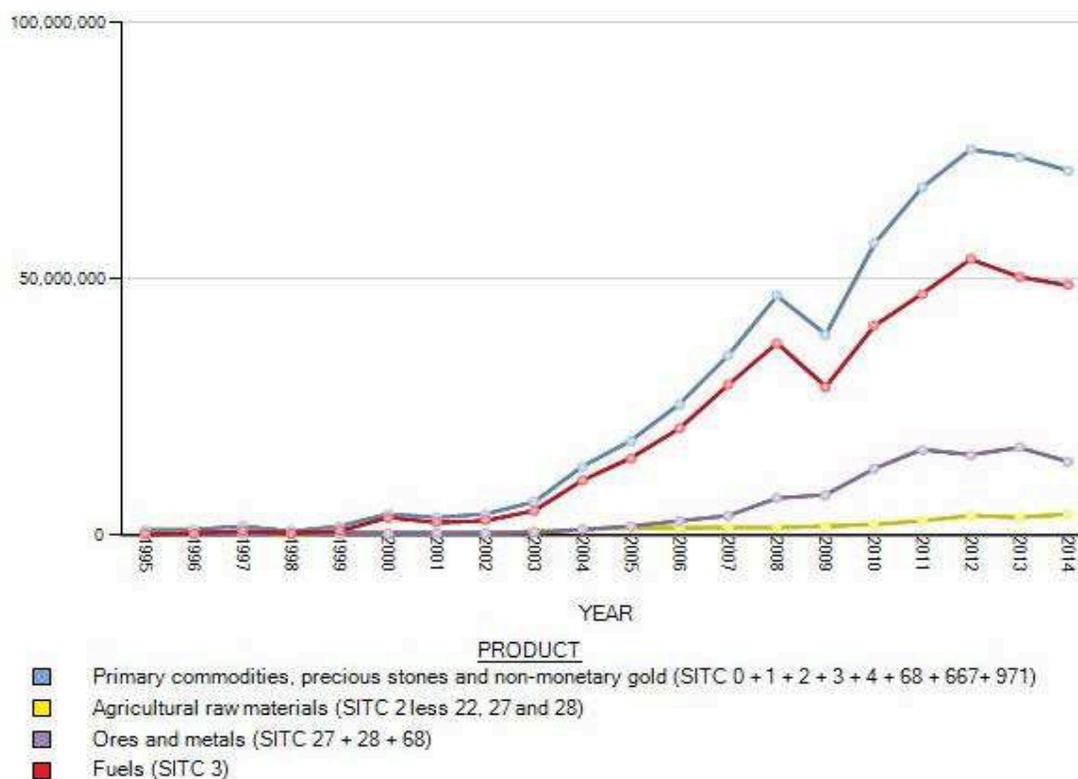


Gráfico 11: Principais produtos africanos exportados para a China em milhões de dólares (1995-2014).

Fonte: Extraído da UNCTAD.

Essa prévia da aproximação entre China e África oferece um resumo do acontecido nas últimas décadas sobre essas relações. Todavia, os casos apresentados a seguir demonstrarão com mais afinco como as interações sino-africanas alteraram o cenário de duas nações africanas em maneiras e caminhos distintos, o que fornecerá de insumo para o debate da próxima parte dessa pesquisa.

6.3.1 A situação da Nigéria

A Nigéria está localizada no continente africano na região Ocidental. Sua população é de aproximadamente 174 milhões de habitantes, onde a língua oficial é predominantemente o inglês. O país é membro do mais consagrado bloco econômico da África, a União Africana e também da *Commonwealth*.

Já na década de 1970, a Nigéria tornou-se membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), e o petróleo substituiu o cacau, o amendoim e outros produtos agrícolas como principal produto de exportação.

A economia nigeriana é forte na região sul, onde detém o maior mercado. O país é dependente do petróleo. Segundo dados da *International Energy Agency – IEA* (2013), o país é o quinto maior exportador dele do mundo e o décimo segundo maior produtor do mesmo²⁷. A região com mais produção de petróleo no país fica no delta do Rio Níger, localizado no Golfo da Guiné, o que faz dessa uma região estratégica tornando esta uma região com alto teor estratégico e lucrativo, tanto nacionalmente quanto para os investidores internacionais.

Um dos produtos derivados do petróleo é o gás natural liquefeito, que também impacta na economia do país, que é o sétimo principal produtor do mundo. Em relação aos produtos destinados à alimentação, o país produz óleos vegetais, cacau, frutas e legumes tropicais, algodão, entre outros. A grande produção e exportação desses produtos podem ser auxiliadas pelos 70% da população do país que trabalha nesse setor agrícola. Porém, devido a necessidade de importação de cereal e açúcar, a balança comercial agrícola do país é devedora.

Outro setor que vem se destacando na economia nigeriana é o de extração mineral, o país já alcançou a segunda posição de maior exportador de minério de ferro do continente africano, e a exploração de carvão, cal, giz, talco, ferro e estanho, são apostas para o comércio no setor privado (NNPC, 2012; OPEP, 2013).

Devido a esses fatores, a economia nigeriana além de entrar na competição dos países que almejam seus insumos naturais e fazem investimentos de capital estrangeiro, também aumenta as oportunidades internas do país.

Esse cenário age diretamente nos Investimentos Externos Diretos (IED), já tratados anteriormente. Segundo a revista *The Economist* (2012), após ser aberta a possibilidade do capital estrangeiro praticado pela Nigéria, iniciou-se um maior consumo interno, devido ao crescimento do PIB em mais de 7,6% em 2010. Observou-se, inclusive, que os mais importantes mercados de consumo tiveram um crescimento superior a 50% em 2012, e o país é o que mais cresce economicamente na África atualmente. Em contrapartida, em 2010, 60,9% dos nigerianos viviam na pobreza, ou seja, um aumento relevante, se considerar o índice de 2004 que foi de 54,7%, segundo relatório publicado pelo Escritório Nacional de Estatísticas da Nigéria (NBS), em

²⁷ Disponível em <http://www.iea.org/statistics/topics/oil/> Acesso 14 fevereiro 2016

2010.²⁸ Neste contexto, mesmo com o aumento do PIB, aproximadamente 110 milhões de nigerianos vivem apenas com mínimas necessidades. Esta situação é o grande paradoxo da Nigéria, onde mesmo com o crescimento na economia, também há um aumento da pobreza.

Além disso, vale ressaltar, que apesar desses pontos favoráveis, esse país africano passa por grandes desafios políticos, sociais e econômicos, consequência dos males causados pela exploração do petróleo e pela má administração das receitas desse setor pelo governo nacional. Esses males já vêm desde a época da colonização até os dias atuais. Por isso é importante analisar até que ponto a cooperação da China com a África é uma relação saudável e não ultrapassa a barreira da neocolonização.

6.3.1.1 Relações sino-nigerianas

Com o fim dos regimes de colonialismo europeu e americano, e com a maior facilidade de comércio internacional, a partir do século XXI, as relações entre a China e a Nigéria se intensificaram. Devido à descoberta e a forte exploração do petróleo, como comentado anteriormente, a Nigéria deixou a produção e exportação agrícola de lado, e ganhou bastante destaque no mercado internacional do petróleo e chamando a atenção de grandes potências compradoras do produto. A China, por sua vez, desejava aumentar o seu mercado consumidor ao redor do mundo e expandir seu setor industrial, utilizando maquinários de tecnologia elevada e a larga escala da produção. Sem deixar de mencionar a sua necessidade de matérias primas, principalmente minérios petróleo para sustentar sua economia crescente. (OPEC, 2016)

Em outubro de 1960, a Nigéria tornou-se um país independente da metrópole britânica. Nas quatro décadas que se seguiram, o governo do país adotou uma postura favorável ao Ocidente, centralizando seu comércio exterior com os EUA e os países europeus. Em relação à política externa para a China, não houve iniciativa de ambos países - China e Nigéria - nesses anos para enraizar o relacionamento com o governo chinês. (OPEC, 2016)

De 1972 a 1985, foram feitos acordos comerciais, científicos e tecnológicos, e de 1981 a 1990, o foco foi no desenvolvimento da cultura e educação nigeriana, apoiadas pelos chineses embasados pela política de cooperação Sul-Sul.

²⁸ Disponível em <http://www.nigerianstat.gov.ng/> Acesso 01 junho 2016

O mês de maio do ano de 1997 tornou-se uma das divisas para o avanço das relações bilaterais entre China e Nigéria. Com o objetivo de firmar um acordo comercial com a Nigéria, em 1997, o primeiro ministro chinês Li Peng visitou o país. As metas principais desse acordo eram:

I) Aumentar a cooperação no setor petrolífero chinês e o do país africano, já que as jazidas de petróleo deste país da África faziam parte do objetivo do país asiático, e o refino não era feito por um modo de produção nigeriana adequada;

II) A promoção entre as duas partes e a destinação dos IEDs Chineses para projetos de desenvolvimento da economia da Nigéria, principalmente os relacionados a exploração de matérias primas, o qual definia o foco chinês;

III) Desenvolvimento de um projeto para o avanço do setor de energia nigeriano, baseado em um protocolo de cooperação técnica internacional;

IV) Cooperação mútua e mais investimentos da China no setor industrial,

V) A formação de uma Comissão para Desenvolvimento dos IEDs da China na Nigéria, e a criação de um escritório de comércio nigeriano, pelo Ministério Federal do Comércio na China, o qual iniciou o funcionamento partir de 2001.

A partir de 1999, as relações entre a China e a Nigéria aumentaram. Essa aproximação foi resultado do isolamento internacional e a condenação ocidental dos regimes militares que aconteceram na Nigéria entre os anos de 1970 e 1998. A Nigéria recebeu o apoio da China e se tornou um grande parceiro comercial da China. O desenvolvimento econômico foi prejudicado pelos longos anos de ditadura militar, corrupção e má governabilidade. Com a volta da democracia, somado a diversas reformas econômicas o país conseguiu retomar o caminho para o desenvolvimento, ultrapassando, em 2013, a África do Sul como sendo a maior economia da África. Por esse motivo, o país se abriu ao capital estrangeiro, variando sua economia e criando uma relação onde os acordos comerciais tornaram-se uma relação “*win-win*”, onde ambos os países ganham.

Já existiam relações comerciais entre a China e a Nigéria mesmo antes desse fato, até mesmo antes das relações diplomáticas, na década de 1970, o comércio internacional entre esses países tinha foco em exportações de produtos têxteis na China. Porém, como pode ser observado no gráfico 12, o arrecadamento, em milhões de dólares, do Comércio Bilateral sino-nigeriano vem aumentando seus índices ao longo dos anos quando comparado aos desse período.

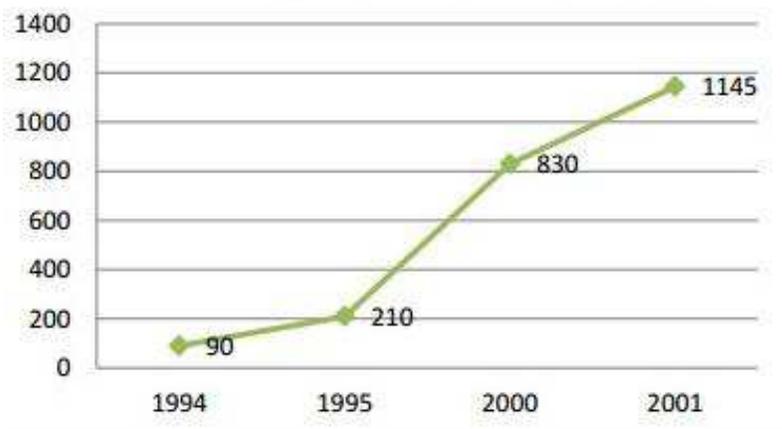


Gráfico 12: Faturamento total em milhões de dólares do comércio bilateral entre China e Nigéria (incluindo importações e exportações) de 1994-2001.

Fonte: Extraído de UNCTADstat.

Percebe-se, portanto, no gráfico 12, os níveis crescentes do comércio bilateral entre os dois países em questão. O motivo do grande aumento entre os anos de 1995 e 2000 é devido ao avanço das parcerias comerciais entre a China e Nigéria, resultando no ano de 2001, um número bilionário referente à arrecadação no Comércio Bilateral desses países. É notado, com isso, que a China tem uma presença crescente na balança comercial da Nigéria, com um alto número de exportações da China para o país Africano. (UNCTADstat, 2016)

Paralelamente ocorre, também, a crescente importação de manufaturados da China pela Nigéria. Esse fato não se deve apenas ao aumento das relações entre os países, mas inclusive, a abertura de capital estrangeiro nigeriano. Em troca desses produtos manufaturados, o investimento da China no país africano está aumentando no que se refere aos produtos primários. (UNCTADstat, 2016)

Mesmo com os manufaturados somando US\$7 bilhões de dólares em 2012, esse fluxo diminui para dar vez à importação de outros produtos da China, devido às políticas de diversificação da economia nigeriana juntamente com a diversificação do interesse da China em outros setores da Nigéria. (UNCTADstat, 2016)

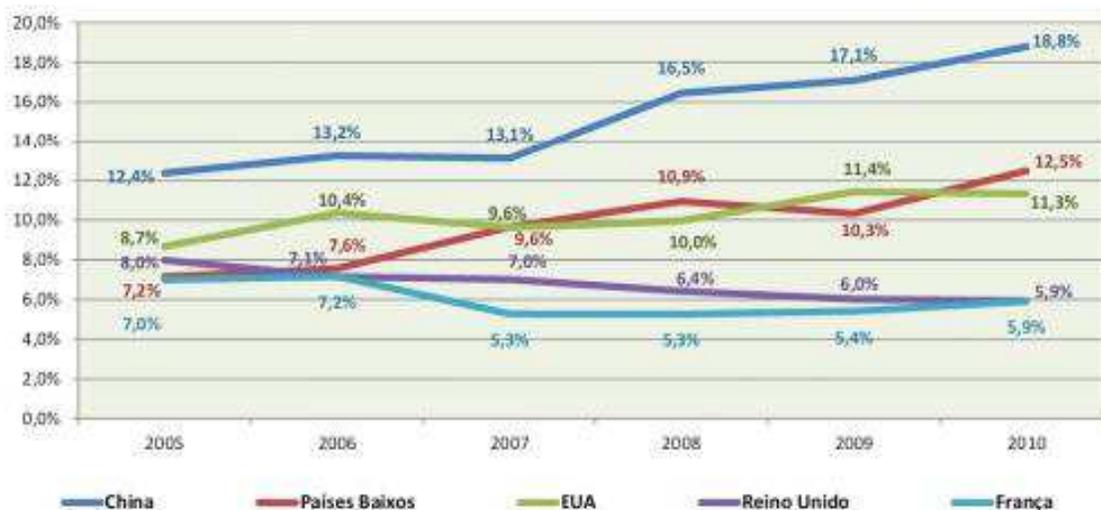


Gráfico 13: Principais países que a Nigéria exportou e a participação de cada país no faturamento total de exportações em porcentagem (2005-2010).

Fonte: Extraído de UNComtrade/ Guia de Negócios da Nigéria - MRE.

Com o gráfico 13 é visível o alto nível de exportações da Nigéria para a China, perto dos outros países demonstrados. Esses índices referem-se, principalmente, aos recursos primários, como alimentos e petróleo, que servem de suprimentos à indústria chinesa e a necessidade interna da China. Essa porcentagem apresenta níveis crescentes, o que faz com que o PIB do país africano permaneça alto, em média, entre 7% e 8% ao ano, além da inflação bastante estável, em torno de 4% ao ano.

A aproximação desses dois países e suas relações se fortaleceram a partir desses acontecimentos. No intervalo de 1999 e 2006 são percebidos altos índices de acordos entre China e Nigéria, que podem ser observados na Tabela 2.

Quadro 2: Acordos e Cooperações entre China e Nigéria (1999-2006)

Tipo de Acordo/Cooperação	Ano
Acordo em Comércio, Promoção e Proteção de Investimentos Diretos.	2001
Acordo para a proibição da Dupla Tributação e Prevenção da Evasão Fiscal em impostos e renda.	2002
Acordo em Negócios Consulares.	2002
Acordo para cooperação no reforço do controle do tráfico de drogas, substâncias psicotrópicas e de precursores químicos.	2002
Acordo de Cooperação no Turismo.	2005
Acordo de Parceria Estratégica	2006
<i>Memorandum</i> ⁵ para entender a Cooperação e Investimento entre o Ministério Federal do Comércio da Nigéria e o Ministério do Comércio da Índia.	2006
Acordo de Cooperação Econômica entre Nigéria e o <i>Xinguang International Group of China</i> ⁶	2006

Fonte: AERC Scoping Studies on China-Africa Relations - “China-Nigeria Economic Relations”

No ano de 2006, foi assinado um acordo de parceria estratégica na relação sino-nigeriana, pelo presidente chinês, Hu Jintao e o do país africano, Olusegun Obasanjo, criando a cooperação no auxílio de alguns outros setores da Nigéria. (MACKENZIE E RIBEIRO, 2009).

O objetivo do acordo era melhorar e acelerar as relações diplomáticas entre os dois países, além de prover uma troca de culturas e o intercâmbio de pessoas e tecnologia entre eles. No mesmo ano foi fundado, para China e Nigéria, um Fórum de Investimento Intergovernamental. (MACKENZIE E RIBEIRO, 2009).

Enfim, é de grande relevância pontuar, que a Nigéria é o segundo maior parceiro em relações internacionais da China na África (depois da África do Sul), por ser benéfica a ambos. Nas palavras do Ministro de Negócios Internacionais, *Olugbenga Ashiru*:

Eles (os investidores chineses) também estão cientes de que vão obter retornos abundantes em termos de lucros e dividendos na Nigéria. Temos um grande mercado

aqui. A Nigéria é um mercado para o futuro, e é por isso que a China sabe que eles devem estar na Nigéria.²⁹ (Tradução livre).

Dessa maneira, o processo de desenvolvimento da Nigéria é visto pelo governo nigeriano como otimista, mesmo com os índices de pobreza apresentados. No ano de 2006, o país recebeu da China US\$ 4 bilhões de dólares para aprimorar sua infraestrutura e resolver dificuldades internas, garantindo, por meio de acordo, a liberdade para a exploração de quatro áreas de petróleo do país africano, com boatos de que estaria explorando, sozinha, ¼ de todo petróleo da Nigéria. (MACKENZIE E RIBEIRO, 2009).

A melhora na infraestrutura nigeriana, pensando em longo prazo, abre mais possibilidades para o capital estrangeiro, já que este capital é fragilizado pelas muitas tensões étnicas, terroristas, tribais e religiosas no país.

Muitos produtos que são consumidos na Nigéria são importados, devido à precariedade da sua indústria interna, que não responde com efetividade às necessidades de sua população. Vale ressaltar que essa insuficiência industrial não atinge o setor petroquímico, que, detém de alta tecnologia para exportação e atração de mais investimento, sendo essa uma das fontes de renda do país. (MACKENZIE E RIBEIRO, 2009).

Finalmente, apura-se que a relação sino-nigeriana é de caráter significativo e vantajoso para os dois países e ao cenário internacional, apesar de que muito mais deve ser feito para expandir a criação de políticas, criação de instituições, capital humano, empreendedorismo e a cultura e capacidades de liderança para maximizar os ganhos nigerianos. Através das exportações o PIB do país aumenta, elevando também as quantidades de IEDs, já que o país se converte em uma zona lucrativa e confiável para mais investimentos. Mas vale lembrar que não é apenas um PIB alto que demonstra o quanto um país é saudável.

6.3.2 As relações sino-moçambicanas

A China foi um dos primeiros países a criar relações com Moçambique, e inclusive apoiou movimentos anticoloniais no país quando o mesmo era colonizado por Portugal. A

²⁹ “They (Chinese investors) are also aware that they will get abundant returns in terms of profits and dividends in Nigeria. We have a large market here. Nigeria is a market for the future, and that's why China knows that they must be in Nigeria²⁹” Disponível em <http://english.cntv.cn/20120713/110600.shtml> Acesso em 10 fevereiro 2016.

independência do país foi alcançada no dia 25 de junho de 1975 e desde então as relações com a China não cessaram. (EADIE E GRIZZELLI, 1979).

Dessa data em diante, diversos acordos sino-moçambicanos foram criados, especialmente na área da saúde, com o intercâmbio de médicos chineses para o principal hospital de Maputo e com a agricultura, na produção de arroz. De acordo com Eadie e Grizzelli (1979), em relação à saúde, o acordo previa o envio, em cada dois anos, de 12 profissionais da saúde para o país africano em questão.

Essa aproximação entre os governos desses dois países pode ser colocada no cenário de crise econômica e política em que se encontrava a cidade de Maputo em razão ao esgotamento do seu modelo socialista e das consequências da guerra civil, que fizeram, em 1984, que o país normalizasse sua relação internacional, principalmente com outro país africano, a África do Sul, com a qual não mantinha um bom relacionamento. Foi nesse período, também, que o país se incorporou ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial (BM). (DAVA, 2005).

Até o ano de 1992, Moçambique foi assolado por uma guerra civil de 17 anos e por 13 anos de luta pela independência contra o governo de Portugal. Foi após esse período de grandes dificuldades para o país que a extração e exportação de madeira expandiu-se, tornando esse o sexto maior produto de exportação do país. (DAVA, 2005).

A década 80 foi marcada pela subida dos passivos de muitos países menos desenvolvidos. Dava (2005) refere, por exemplo, que foi em meados daquela década que a dívida acumulada de Moçambique subiu de forma desproporcional, em consequência de fatores externos e internos, chegando a ser 10 vezes mais que o volume das exportações do país e 50% do PIB, em 1994. As razões dadas para esse crescimento da dívida foram: a) Calamidades naturais; Políticas econômicas ineficientes; c) A dinâmica político-econômica regional; d) a crise do petróleo dos anos 70; e) Aumento da taxa de juros internacionais; e f) Deterioração dos termos de troca e redução dos ganhos das exportações.

Assim como com a Nigéria, tratada anteriormente, a relação entre a China e Moçambique intensificou-se, tornando-se bastante importante a partir dos anos 90. Após esse período, os acordos, que eram basicamente sobre a área da saúde e agricultura, agora também entrava em foco as áreas de defesa e segurança, infraestrutura e educação. (DAVA, 2005).

Sobre a área da defesa e segurança, Moçambique recebeu auxílio dos chineses para atualizar e profissionalizar este setor, que foi grandemente afetado ao longo da guerra civil. Um

exemplo que pode ser citado dessa relação é o bairro militar criado ao redor de Maputo, um investimento aproximado de U\$7 milhões de dólares, a assistência técnica e logística às forças armadas e à polícia moçambicanas, fornecendo viaturas, equipamentos eletrônicos, uniformes, formação, treinamento, etc. (DAVA, 2005).

Li Peng, Primeiro-Ministro chinês, visitou Moçambique em maio de 1997, e aprovou o auxílio às forças armadas e à polícia e essa ajuda ainda foi fortalecida em 1998, com a visita do conselheiro do Estado e ministro da Defesa da China na época, Chi Haotian.

Em 2001, dois acordos foram assinados pelos países tratados, o de Proteção Recíproca e o de Investimento e Comércio. Em paralelo foi formada a Comissão Mista para a Economia e Comércio, e parte da 60% da dívida moçambicana, quantificada, na época, em U\$22 milhões de dólares, e que já havia expirada no final de 1999, foi perdoada, segundo o *Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China – MFAPRC* (2006).

Entre 2001 e 2007, a China passou a ser o 6º país que mais investia em Moçambique um marco expressivo, já que, anteriormente a esse intervalo, a China ocupava a 27ª posição, com comércio sino-moçambicano atingindo aproximadamente U\$280 milhões de dólares, isto é, oito vezes maior do que em 2001. (MFAPRC, 2006).

De acordo com o Centro de Promoção de Investimentos – CPI (2008), o investimento da China foi de U\$76,8 milhões de dólares, relacionados a quinze projetos, o que a fez passar da 6ª para a 2ª posição de países que mais investem em Moçambique, ficando atrás somente pela África do Sul.

De acordo com Reisen e Ndoye (2008), estudos aferiam que, em 2006, Moçambique era parte do grupo dos oito países Africanos que recebiam mais ajuda da China, são os outros Angola, Congo, República Democrática do Congo, Etiópia, Guiné Equatorial, Gana, Sudão, Zimbábue e Zâmbia, os quais juntos totalizam 80% dos empréstimos chineses para a África.

Moçambique é o segundo maior parceiro da China, após a Angola, em se tratando dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP). Em relação à distribuição de investimentos no país, segundo dados do CPI (2008), no período de 1990 a 2007, as maiores partes dos investimentos percebem-se centralizados na capital, em Maputo, ao sul do país, sendo 13 dos 31 projetos aprovados para a região da capital do país.

No âmbito do comércio internacional, em 2007, novamente uma dívida moçambicana para com a China, avaliada em torno de U\$20 milhões de dólares foi perdoada após a visita de

Hu Jintao a Maputo, segundo Mackenzie e Ribeiro (2009). A visita de Hu Jintao e o perdão da dívida moçambicana são fatores diretos que influenciaram na ampliação de 190 para 442 produtos de Moçambique com livre acesso ao mercado chinês, outro fato que promoveu a expansão da cooperação sino-moçambicana do início do século XXI.

6.3.2.1 A corrida em busca da madeira

O crescimento econômico chinês levou este país a ser um dos maiores consumidores de hidrocarbonetos e dos recursos naturais/florestais. Em relação especificamente à madeira, a China tornou-se o maior importador dessa mercadoria, ultrapassando os Estados Unidos nos últimos anos. Esse fato, além de formar uma pressão no mercado internacional, também pode ser considerado um desafio para a adaptação dos países africanos a essa nova necessidade sem afetar seus equilíbrios internos. O principal motivo para a China ter alcançado essa posição é devido à demanda interna que triplicou nos últimos anos e também por causa das leis de proteção da flora nacional implantada pelo país no fim da década de 1990. (UNCTAD, 2016).

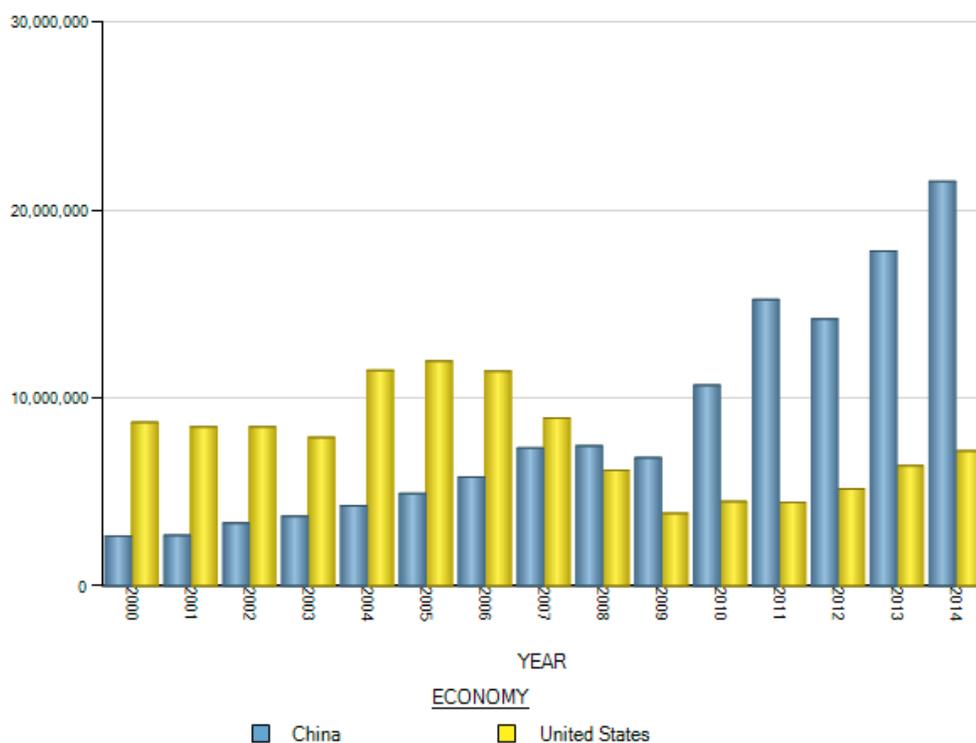


Gráfico 14: Comparativo das importações de madeira da África entre a China e os EUA em milhões de dólares. (2000-2014).

Fonte: Extraído de UNCTAD (2014)

A necessidade chinesa por produtos feitos de madeira aumentou na última década, tanto pelo seu Programa de Proteção de Florestas Naturais, que dificultou muito a exploração madeireira nacional, tendo sido estabelecido em 1998 para a preservação das florestas do país, quanto em razão ao crescimento da economia chinesa. O gráfico 14 revela que foi a partir de 2008 que a China ultrapassou as importações de madeira dos Estados Unidos em milhares de dólares, sendo esta uma guinada continua do caso das importações da madeira do mundo, chegando no ano de 2014 na faixa dos US\$ 220 milhões de dólares em importações só neste setor.

A proibição de exploração interna fez com que sua produção nacional diminuísse pela metade no ano que 2002 desde que a nova lei ambiental entrou em vigor no ano de 1998. Segundo Farooki e Kaplinsky (2012), entre o período de 1990 e 2009, a China aumentou o seu consumo interno de madeira, elevando as importações de 10% para 30% em uma década. Fato este que concedeu ao país o título de maior importador de madeira do mundo de acordo com Mackenzie (2006).

Mesmo que Moçambique esteja entre os cinco principais países fornecedores de madeira africana para a China, segundo Canby et al. (2008), esse produto é apenas uma parcela pequena das importações chinesas. Com mais de 80% das exportações de madeiras para a China, é um fato que o mercado chinês é de extrema importância para Moçambique, porém a recíproca aqui não se confirma, já que o fornecimento de madeira de Moçambique para o mercado da China é, praticamente, irrelevante se comparado ao mercado de madeira de todos os países africanos.

A exploração madeireira é considerada fácil, com baixos custos e demandando uma baixa tecnologia. Esses motivos - além da escassez de petróleo - levaram a madeira a se tornar o principal produto de exportação de Moçambique para China. Portanto, em 2006, o produto era responsável por mais de 90% das exportações moçambicanas para a nação chinesa. Ainda em 2006, como indica Canby et al. (2008), o país africano em questão conquistou a sexta posição entre os dez maiores exportadores de madeira para o país asiático, onde o Gabão, outro país do mesmo continente, conseguiu o primeiro lugar.

A exploração da madeira moçambicana envolve tanto empresários chineses, quanto moçambicanos, sendo que uma grande parte é ligada ao governo atual e as grandes elites de Moçambique, como também as oposições. Esse tópico teve e tem uma repercussão muito

grande no país, já que divide opiniões de líderes políticos beneficiados pelo negócio madeireiro e da população que clama por investigações e punições dos envolvidos. (CANBY ET AL, 2008).

A sociedade civil moçambicana tem se mostrado irritada pela maneira negligente de como a madeira está sendo explorada, ainda mais quando se trata do envolvimento do partido Frente Libertadora Moçambicana (FRELIMO), de onde uma burguesia moçambicana que preza por recompensas nas relações com empresários chineses, exploram a madeira de forma desordenada e sem seguir as regras que validam este exercício no setor madeireiro. (CANBY ET AL, 2008)

De acordo com Mackenzie (2006), dois líderes moçambicanos estariam ligados ao desflorestamento da região da Zambézia, uma das regiões mais ricas em florestas do país, em parceria com os chineses. Tratando-se de Joaquim Chissano, ex presidente do país e o governador da Zambézia Bonifácio Gruveta, ambos pertencentes a FRELIMO e que foram citados em um relatório chamado “*A chinese take away*”, o qual aponta irregularidades e um cenário de corrupção entre os envolvidos no caso madeireiro de Moçambique.

Estudos de Gatto (2003) indicam que já em 2003, antes do aparecimento dos escândalos e em uma época onde a necessidade da madeira pela China ainda não tinha atingido seu auge, era produzida e exportada de forma ilegal cerca de 50 a 70% da madeira, que valia aproximadamente US\$ 1524 milhões de dólares.

6.3.2.2 Exportações da madeira de Moçambique

Como comentado anteriormente, até o ano de 1992, Moçambique foi arrasado por 14 anos lutando pela sua independência de Portugal e por 17 anos de Guerra Civil. Foi após a estabilização da segurança interna que ocorreu o avanço da extração e exportação de madeira. De acordo com o Instituto de Pesquisa e Extensão – IPEX (2010), a madeira tornou-se o sexto produto mais exportado de Moçambique, somando 3% do total das exportações do país, ficando atrás do alumínio, a principal fonte do mercado exportador com 50% da dedicação nacional, atrás também da eletricidade, do tabaco, gás natural e do açúcar, conforme mostra o gráfico 15:

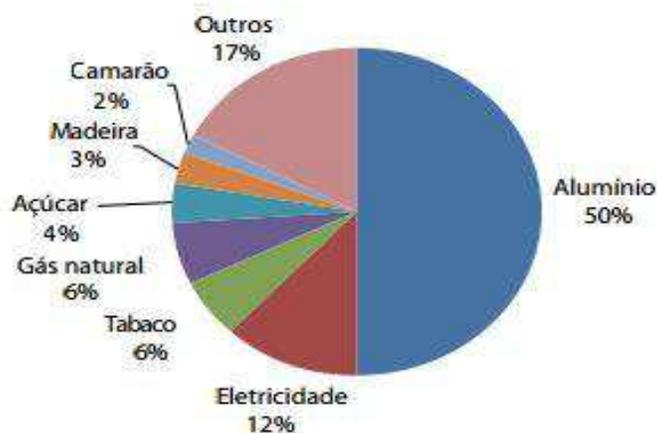


Gráfico 15: Principais Exportações de Moçambique (2010)

Fonte: Extraído de IPEX (2010).

A madeira foi, no ano de 2010, responsável por 3% do total das exportações do país. Essa exportação era feita de duas formas, por toras e por madeira serrada. Houve um constante aumento da exportação de toras frente ao de madeira serrada entre 2001 e 2007, o que gerou uma apreensão de que Moçambique não estivesse explorando de forma plena todo o potencial dessa exportação para usufruir maior valor agregado, processando a madeira, aumentando seu valor final e com isso multiplicando os empregos deste setor. (IPEX, 2010).

Para contribuir neste sentido, no ano de 2007, Moçambique criou uma lei para proibir a exportação da madeira na sua forma mais bruta, em toras. Considerando que este seria um impulso para o processamento das toras tendo como resultado madeira serrada ou transformada em artigos moveleiros. Este ato fez com que as exportações da madeira processada aumentassem, e as exportações de toras de primeira classe diminuíssem, em um primeiro momento. (CANBY ET AL, 2008).

6.3.2.3 A corrupção do caso madeireiro de Moçambique

Os produtos obtidos através da madeira (como piso e móveis), em contrapartida, não apontaram uma alteração significativa na última década. Porém, de acordo com Wertz-Kanounnikoff (2011), quando analisados os relatórios comerciais das alfândegas da China e

Moçambique, observou-se que uma parcela maior de madeira em toras era importada pela China, e os dados de exportação do mesmo tipo de madeira em tora registrados por Moçambique demonstravam uma grande disparidade, relatando um número menor àquele apontado pela China.

Segundo dados anuais da Direção Nacional de Terras e Florestas (DNTF), as exportações em forma de tora são quase em sua totalidade feitas para a China. Mesmo com os dados oficiais tendo demonstrado uma redução nas exportações por tora, é de conhecimento a descoberta por exportações ilegais, e que esse número é maior do que o registrado pelo governo moçambicano.

De acordo com suas análises sobre os dados comerciais sino-moçambicanos, German e Wertz-Kanounnikoff (2012), apuraram que a alfândega da China tem consistentemente relatado quantidades muito maiores para as importações de madeira de Moçambique do que é registrado pela alfândega do país de origem da madeira. No ano de 2009, foi lançado pela alfândega da China, um valor maior do que o dobro de importações de toras do que Moçambique registrou como o que foi exportado para a China pela alfândega do país africano conforme indicado no gráfico 16:

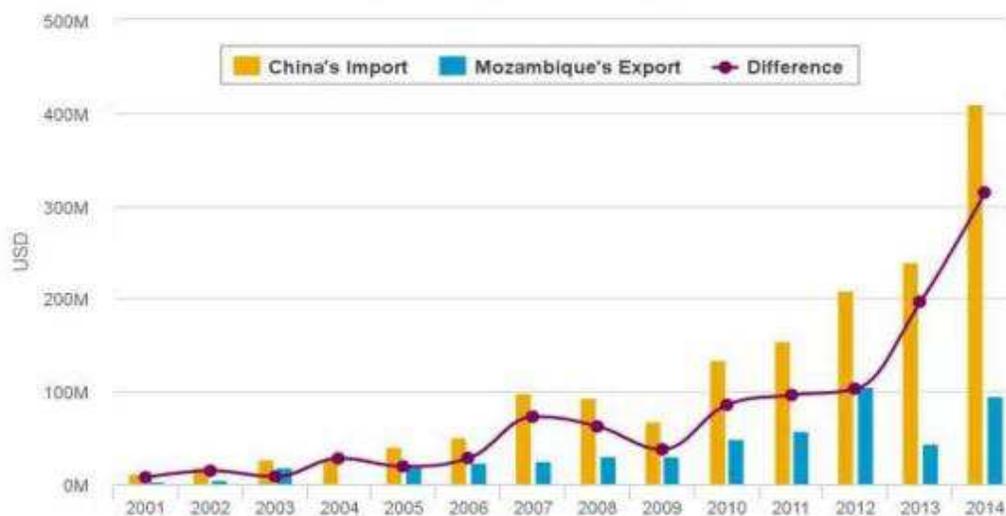


Gráfico 16: Diferença dos valores em dólares reportados pela China na importação de madeira em toras em relação aos valores indicados nas exportações de Moçambique sobre o mesmo produto. (2001-2014).

Fonte: Extraído de UN COMTRADE (2014).

A diferença apresentada no gráfico 16 fundamenta o argumento de que é exportada, de forma ilegal, uma grande quantidade de madeira em toras provenientes de Moçambique em

direção ao mercado chinês, comprovando que só no ano que 2014 mais de US\$ 300 milhões de dólares foram comercializados por Moçambique com a China de maneira ilegal. (MACKENZIE E RIBEIRO, 2009).

Mackenzie e Ribeiro (2009) observaram em seus estudos sobre a província da Zambézia grandes disparidades entre os dados da DNTF e das alfândegas envolvidas. Eles também verificaram que diversas vezes foram relatadas às autoridades que os contêineres estavam preenchidos com apenas uma parte de seu volume máximo. É importante salientar que os preços de transporte na exportação são tidos por volumes dos *containers* e não pelos seus pesos. Com isso os autores conseguiram concluir que as companhias envolvidas subestimaram os reais volumes nos casos da exportação da madeira em tora e que as negociações da madeira ilegal têm impactos negativos para a economia local, já que os estudos apontam que até 50% da madeira comercializada com a China não é declarada.

Os resultados dos estudos trazem a desconfiança para a realidade da economia moçambicana, pois se os números das exportações da madeira em tora comercializada com a China são alterados pelos órgãos de fiscalização, o caso pode acontecer com todos os demais países que importam madeira ou outros produtos provenientes de Moçambique, afetando diretamente as estatísticas do comércio internacional dos países envolvidos.

Existem duas maneiras principais de exportar madeira ilegal em Moçambique. A primeira delas é quando a madeira é cortada sem as permissões e licenças governamentais e a segunda é através da exportação da madeira de primeira classe em toras que se intensificou depois de 2007, com a proibição desse tipo de exportação pelo país. Exportações estas que, de acordo com Mackenzie (2006), ou não são registradas ou são apresentadas como um produto processado.

De acordo com os números apresentados pela alfandega chinesa 80% da madeira importada de Moçambique chega à China na condição de toras, indicando que a lei implantada em 2007 pelos moçambicanos só serviu para induzir as companhias do setor a exportar madeira processada. Contudo, a realidade dos dados indica que a madeira sem processamento deve ter passado pelas alfândegas moçambicanas como sendo madeira serrada, o que inflaciona os dados de exportação da madeira processada, ou mesmo podem não ter sido registradas, fato que implica na deflação das exportações totais do país. (MACKENZIE E RIBEIRO, 2009).

Um dos motivos que levam as empresas exploradoras da madeira em Moçambique, sejam elas nacionais ou chinesas, é o preço da madeira em tora no mercado chinês. Este tipo de material tem maior aceitação no mercado da China e, portanto, possui um valor diferenciado em relação à madeira serrada ou processada. Os valores pagos pela madeira em tora chegam a cerca de cem dólares a mais por metro cúbico quando comparada com a mesma quantidade da madeira serrada, sendo esse o maior incentivo a violação das leis de exportação moçambicanas.

Nos estudos realizados por Mackenzie e Ribeiro (2009), foram levantados valores para explicar a continuidade do caso de exportação da madeira em toras em Moçambique. Os subornos para exportação de um *container* de 11m³ de madeira não processada (em toras), chegam a US\$ 520 valor este que considera o pagamento de todos os envolvidos no processo, elevando assim o custo total de exportação de um único *container* para China para a média de US\$ 2.520 e a maneira mais comum de descobrir este esquema de corrupção é quando um dos envolvidos no processo não recebe o pagamento e acaba informando os órgãos alfandegários. Os autores ainda afirmam que em alguns portos da região da Zambézia, para reforçar a fiscalização e impedir a exportação ilegal, foi demandado pelas administrações portuárias que os *containers* sejam carregados no local e não mais nas serrarias, como era de costume.

O segundo motivo que leva as empresas madeireiras sem licenças a comercializar a madeira ilegal no Moçambique é que essas exploram a madeira não precisando arcar com os custos de manutenção de uma serraria e ainda ganham mais quando oferecem o produto em toras no mercado chinês. Ao contrário das empresas licenciadas que seguem as leis moçambicanas, as quais restringem o comércio à madeira cortada, fazendo com que o sistema de leis e concessões para a exploração da madeira não seja tão lucrativo quanto o comércio ilegal. (MACKENZIE E RIBEIRO, 2009).

O terceiro motivo que alimenta o mercado ilegal da madeira no Moçambique é que as empresas que possuem concessões e licenças para a exploração deste recurso além de só poderem comercializar madeira serrada, estas precisam de certificações de origem para acessar os mercados internacionais, outro fator que encarece o produto ou que muitas das vezes não pode ser feito no país pela falta de postos que emitem estes certificados. (MACKENZIE E RIBEIRO, 2009).

O quarto e último motivo caracteriza um incentivo ao não cumprimento das leis moçambicanas, já que no comércio internacional as empresas moçambicanas licenciadas acabam

tendo seus preços muito maiores quando comparados a de outros países. Além disso, devem concorrer no mercado internacional com a madeira de outros países africanos que não possuem a lei de proibições de exportação da madeira não processada, ou qualquer outro tipo de burocracia. (MACKENZIE E RIBEIRO, 2009).

Para as empresas nacionais, como mencionado anteriormente, é mais difícil obter lucros com a exportação seguindo as leis do país, ou seja, exportando a madeira serrada, por isso, as empresas acabam optando somente por explorar a madeira e não exportar diretamente este recurso, porém vender suas mercadorias para empresas exportadoras, que no caso de Moçambique, são na sua maioria chinesas de acordo com os estudos de Mackenzie e Ribeiro (2009). O que acaba explicando, cada vez mais, a presença de empresas chinesas nas listas de companhias que exercem o contrabando de madeira em toras nas alfândegas de Moçambique.

Portanto, as empresas moçambicanas estão menos inclinadas a estarem envolvidas diretamente em casos de exportação ilegal da madeira. Outro motivo que leva a esta conclusão é que as empresas moçambicanas dependem muito da reputação para a sobrevivência neste mercado, e, caso se envolvam em atividades ilegais, não tem para onde fugir, ao contrário das empresas chinesas que conseguem escapar do país facilmente.

Tendo citado o caso da exploração ilegal de madeira em Moçambique e tomando este recurso natural como um dos principais no comércio com a China é preciso ressaltar que, segundo os estudos de Mackenzie e Ribeiro (2009), há uma grande relação da política africana, da elite e do partido político FRELIMO (Frente Libertadora Moçambicana) permitir que empresas chinesas pratiquem determinadas ações ilegais, evidenciando os interesses privados frente aos interesses nacionais e colocando em risco a possibilidade do país de se beneficiar economicamente e ambientalmente nessa relação.

Os autores ainda ressaltam a problemática para Moçambique em relação aos riscos que o país corre por ser bastante dependente da exportação da madeira para a China e, principalmente, por comercializar mercadorias não processadas, como o caso das toras, que tem seus preços subordinados as flutuações do mercado chinês, configurando uma situação que dificulta e impede o desenvolvimento da África, uma relação já vivida antes com o ocidente, de uma possível neocolonização.

7 AS VISÕES SOBRE AS RELAÇÕES CHINA-ÁFRICA

Como o continente africano possui mais de 50 países, existem diferentes tipos de relações entre a China e os mesmos, estas são percebidas de diversas maneiras, tanto pela África, quanto pelos outros países do mundo.

Ao longo da sessão sobre a África foram apresentados dois casos com consequências distintas sobre as relações sino-africanas. No presente capítulo, serão apresentadas, as principais percepções e como reagem alguns dos países africanos sobre a relação com a China, sendo que alguns desses países criticam a presença da China no continente, já outros apoiam as iniciativas chinesas, dando espaço aqui para os dois lados da análise - o lado da cooperação e o lado do neocolonialismo. Logo após, serão analisadas as visões dos outros países, principalmente os desenvolvidos (EUA e países europeus), sobre a crescente presença da China no continente africano. No último momento será analisada a resposta da China sobre tais críticas.

7.1 A VISÃO AFRICANA

De forma geral, a maior parte dos governos dos países africanos demonstra receptividade à política da China para o continente africano. Existem diferenças de visões referentes aos países democráticos, como a África do Sul, Cabo Verde, Moçambique, Nigéria entre outros, onde a liberdade de expressão permite uma maior diversidade de opinião e também uma maior observação sobre as relações da China com a África, e os governos autoritários ou democracias mais frágeis, como Níger, Argélia, Etiópia e outros, onde há pouca expressão sobre a opinião, pois a política externa é fragilizada. (ZHIGANG, 2006).

Nos países de regimes autoritários, por terem menor aceitação no âmbito internacional, acabam se aproximando da China para conseguirem mais suporte econômico financeiro, já que o país não impõe tantas barreiras e é guiado pelo princípio de não interferência em assuntos internos. (ZHIGANG, 2006)

De acordo com Zhigang (2006), as reações sobre a expansão chinesa no continente africano podem ser divididas também de outra maneira: entre economias mais atrasadas e mais dependentes de exploração de matérias-primas como fonte de receitas, como foi trazido o caso de Moçambique e Nigéria; e economias mais diversificadas, onde a presença chinesa disputa pelos

interesses nacionais próprios de uma organização econômica mais complexa, como a África do Sul.

De acordo com Alden (2008), ele divide em duas categorias os governos que apresentam opiniões semelhantes sobre a relação da China com a África, aqueles que passaram e superaram seus conflitos nacionais nos últimos anos, e os que possuem uma democracia frágil, porém estável, na maioria das vezes com a economia voltada às receitas provenientes de *commodities*.

Para os que governam esse segundo grupo, a parceria com a China é analisada, principalmente, como uma relação de cunho estratégico por ser uma fonte variada de Investimentos Externos Diretos (IED). Já os países, do primeiro grupo, que passaram por conflitos nos últimos anos, viveriam uma principiante democracia, passando por uma restauração em sua economia, sendo, ainda, dependentes de um controle sobre os recursos internos feitos por uma determinada elite. (ALDEN, 2008).

A Nigéria, trazida anteriormente, apresenta esses dois pontos: é designada por Alden (2008), como uma democracia frágil e, além disso, sua economia varia de acordo com a extração de apenas um produto, o petróleo. Ela também faz parte do grupo das “democracias recentes” e tem sua economia dependente de receitas de *commodities* – o petróleo.

Como a Nigéria possui a maior população dentro dos países africanos, acaba tendo um grande abastecimento de petróleo pelo seu mercado consumidor, além disso, o interesse chinês nesse país africano se esclareceria pela influência política de Abuja, capital nigeriana, na União Africana (UA)³⁰ e na NEPAD³¹. Em 2005, a Nigéria foi um dos primeiros países africanos a estipular uma relação com a China. Como já indicado, essa relação baseia-se no setor petrolífero, que recebe a maior parte de investimento da China nesse país. O então presidente da Nigéria nessa época, Obasanjo, proferiu uma frase para o Presidente Hu Jintão, quando este chegou ao país africano em 2006, que demonstra a boa visão dessa relação: “The twenty-first century is the century for China to lead the world. And when you are leading the world, we want to be close

³⁰ A União Africana (UA) pode ser descrita como um evento de grande magnitude na evolução institucional do continente. Em 1999, os Chefes de Estado e de Governo da Organização de África emitiram uma declaração (Declaração de Sirte) solicitando a criação de uma União Africana, tendo em vista, nomeadamente, a acelerar o processo de integração no continente para lhe permitir desempenhar o seu papel legítimo na economia global, abordando simultaneamente os problemas sociais, económicos e políticos. Disponível em <http://www.au.int/>

³¹ Plano de Relançamento da África do Milênio (MAP) e Plano Omega para a África combinados para dar à luz uma terceira Iniciativa Nova África (NAI), que, em seguida, levou à criação da NEPAD em 2001. Estados-Membros fundadores da NEPAD inclui África do Sul, Nigéria, Argélia, Egito e Senegal. Disponível em <http://www.nepad.org/content/about-nepad#aboutourwork>

behind you. When you are going to the moon, we don't want to be left behind"³²(BEURET, 2008, p.11)

Obasanjo deixa claro em sua fala ter uma visão da China como líder global, diferente do que a China promove sobre a sua diplomacia perante a política para a África, de ser uma “parceria entre iguais” e de não servir nem mesmo como modelo a ser seguido pelos parceiros africanos.

O governante após Obasanajo, Yar'Adua, apresentou uma visão um pouco mais moderada sobre a relevância da China em ordem mundial - mesmo reconhecendo o peso e influência do país asiático - em visita a Pequim, em 2008. O mesmo propôs uma relação de compromisso mútuo entre China e África:

Dadas as suas únicas e respectivas estaturas geopolíticas, a Nigéria e a China têm o dever de reforçar mutuamente o crescimento e o desenvolvimento uma da outra. Nossa administração é muito encorajada pelo desenvolvimento econômico acelerado que a China tem alcançado, o que fez o país a ser a economia em crescimento mais rápida do mundo, o que reforçou ainda mais sua influência e estatura no mundo.³³ (Tradução livre).

Como relatado por Ikhuoria (2010), existem duas visões sobre as relações sino-nigerianas dentro do país. De um lado, as autoridades governamentais nigerianas demonstram um olhar favorável sobre as relações com a China. De outro, são corriqueiras as manifestações devido à insatisfação pela grande presença de produtos de baixo custo, importados chineses - calçados, eletrônicos, eletrodomésticos, automotivos – que acabam competindo com os de setores empresariais nigerianos, situação esta que afeta a indústria local em desenvolvimento. Assim como na maioria dos países existem opiniões diferentes sobre a presença da China na Nigéria.

Não é apenas em relação aos governantes que as respostas africanas ao avanço da China no continente têm sido diferentes e difíceis, mas também em relação à sociedade civil, variando de acordo com contextos políticos e sociais, além de fatores como os benefícios econômicos auferidos em cada país ou mesmo cada setor de suas economias. De acordo com Raine (2009), gradativamente, vêm aumentando os debates sobre a presença do país asiático no continente

³² O século XXI é o século para a China liderar o mundo. E quando você está levando o mundo, queremos estar perto atrás de você. Quando você for para a Lua, nós não queremos ser deixados para trás.

³³ Given their unique, respective geo-political statures, Nigeria and China have a duty to mutually reinforce each others' growth and development. Our Administration is greatly encouraged by the fast track economic development that China has achieved, which has made her the world's fastest growing economy, and greatly enhanced her influence and stature in the world.

africano, um exemplo disso seria o *African Forum and Network on Debt and Development* (AFRODAD)³⁴, o *Fahamu*³⁵, ou o *African Forum*³⁶.

Alguns grupos ativistas, imprensa e o setor privado protestam contra a ação chinesa na África, em diversos países. Para se ter uma maior transparência governamental, teve início, no Níger, uma investigação parlamentar sobre o conteúdo do contrato entre o governo do país africano e a China, a fim de explorar o petróleo na região de Diffa e conhecer qual era a consequência disso para o meio ambiente e também as questões trabalhistas envolvidas nesse cenário (RAINE, 2009).

Outro grande motivo para manifestações foi a concorrência de operários chineses em contratos temporários nos países africanos, o que relativiza os benefícios dos investimentos chineses na África, situação esta, que foi contrariada pelos sindicatos trabalhistas e trabalhadores de diversos países africanos. Quando vinculada a presença de imigrantes chineses, como pequenos comerciantes e outros profissionais liberais que vivem em países como a África do Sul, Sudão, Angola, Nigéria, esse fator se agrava. Neste cenário, é até encontrada uma reação de xenofobia contra chineses e manifestações de racismo. Um exemplo desse ocorrido foi no Lesoto e na Zâmbia, onde os partidos de oposição nas eleições presidenciais utilizaram da campanha “anti-China” para conseguir votos da população contrária a essa imigração chinesa. (RAINE, 2009).

A sociedade civil africana, dessa maneira, mesmo passando por dificuldades para ser ouvida e influenciar seus governos nacionais, tem tentado manter um diálogo sobre as diversas questões econômicas e sociais provenientes da política chinesa no continente africano, que se dividem na área dos direitos humanos, da preservação do meio ambiente, da proteção ao trabalhador local, entre outras. Segundo Alden (2008), “nessa conjuntura, a sociedade civil tem se mostrado bastante crítica em relação à presença do país asiático no continente africano e alerta sobre os pontos desfavoráveis dessa relação para os países da África.”.

³⁴ AFRODAD é uma organização civil voltada para a busca de soluções para o problema do endividamento africano e seus impactos no desenvolvimento econômico dos países do continente.

³⁵ Fahamu busca promover o fortalecimento de movimentos de direitos humanos e justiça social, por meio de redes de comunicação baseada em países africanos.

³⁶ African Forum é uma organização que reúne ex-Chefes de Estado e de Governo e outros líderes de países africanos, criada para apoiar a implementação dos objetivos da AU e da NEPAD e o desenvolvimento econômico e social africano.

7.2 A VISÃO OCIDENTAL

Não é de se espantar que a crescente expansão das relações entre a China e a África, tem chamado a atenção e observação, principalmente dos países desenvolvidos, que de certo modo competem por um espaço na África.

Existem diversas críticas formadas sobre a relação entre as relações sino africanas, entre elas, Le Pere (2008), classifica como “preocupações justificadas”, mas também “medos e percepções de ameaça”.

Um dos pontos que faz parte das preocupações justificadas, esta a questão da não imposição de condicionantes aplicada pela China juntamente com a não interferência em assuntos internos, já comentados nos capítulos anteriores, que é visto como uma forma de aproximar os países da África a uma relação onde não são feitas indagações sobre o que acontece internamente naqueles países.

Para os que possuem essa preocupação, como indica Le Pere (2008), justificam que a China, mesmo de forma indireta, da base para posturas de desrespeito à democracia e aos direitos humanos, corrupção, falhas na boa governança, padrões trabalhistas e sociais injustos, políticas ambientais ineficientes, entre outros. Essa relação, considerada “permissiva”, formaria, de acordo com essa visão, uma dependência dos países da África pela China, visto que afastaria os países africanos dos outros países que interferem mais internamente.

Outro ponto de frequentes críticas à China é a ligação entre os financiamentos de projetos e empréstimos que entidades chinesas disponibilizam a países da África, como também a possibilidade de casos envolvendo corrupção e desvios de verba pública, já que a China não exige nenhum tipo de clareza quanto à administração dos recursos oferecidos como empréstimos. Um caso que exemplifica essa situação é a acusação feita por uma ONG americana chamada *Human Rights Watch*, a qual citou o Banco Chinês, o *Eximbank*, de emprestar o montante de US\$ 2 bilhões para o Governo de Angola, sem exigir nenhum engajamento no tocante a melhores práticas de boa governança. Prática esta considerada mandatória para instituições financeiras internacionais, como o FMI, que teve sua proposta de empréstimo recusada pelo país africano em questão por causa deste motivo. (LE PERE, 2008, p. 30.)

A China, ainda de acordo com Le Pere (2008), também recebe duras críticas por sua atuação em relação ao tratamento ambiental presente em projetos que o banco chinês financia no continente africano. Um exemplo dessa crítica é a construção da barragem de *Merowe*, no Sudão,

que apresenta grande impacto ambiental e social. Nesse cenário, novamente o banco chinês, *Eximbank*, que financia 50% dos recursos do projeto, fixa padrões muito baixos em relações aos impactos e preservação ambiental, o que o faz receber diversas críticas. Outro fato de preocupação é o caso de como as instituições chinesas aceitam projetos que não foram aceitos por entidades internacionais ou de outros países de políticas de preservação ambiental mais rígidas, esse ponto piora, o que propicia um cenário de concorrência desleal ou uma diminuição dos padrões de forma geral.

As críticas mais incisivas sobre as relações sino africanas, dizem respeito às práticas neocolonialistas pelo país asiático, argumentando que o interesse chinês no continente africano é basicamente voltado à conquista de recursos naturais, novos mercados consumidores de seus produtos e colaboração na construção de infraestrutura para projetos ligados ao comércio entre as duas regiões em questão, principalmente para o escoamento de matérias-primas. Essa visão procura evidenciar a exploração dos recursos dos países da África, configurando uma relação desigual entre as partes envolvidas, onde a África acaba se tornando cada vez mais dependente da China. De acordo com o neocolonialismo, os interesses da China em relação à África, seriam apenas econômicos, aos quais estariam atrelados os demais aspectos da relação com os países africanos, como as relações políticas, culturais, militares, entre outras.

Em visita a Zâmbia, em junho de 2011, a Secretária de Estado Hilary Clinton, quando indagada sobre a crescente influência da China na África, apresentaria visão nessa linha:

Nós não queremos ver um novo colonialismo na África. Quando as pessoas vêm para a África para fazer investimentos, queremos que eles os façam bem, mas também deixem o bem nos países africanos. Nós não queremos que eles subestimem a boa governança na África. Vimos que durante a época colonial, é fácil entrar, tirar os recursos naturais, subornar as lideranças e elites africanas e partir.³⁷ (Tradução livre)

Por muitos analistas essa visão é considerada ingênua, como para Sarah Reine (2009), que concorda que o ponto principal de interesse da China na África são os recursos naturais, mas também percebe que existem novas frentes de relações econômicas, como na área financeira, na

³⁷ We don't want to see a new colonialism in Africa. When people come to Africa to make investments, we want them to do well but also want them to do good. We don't want them to undermine good governance in Africa. We saw that during colonial times it is easy to come in, take out natural resources, pay off leaders and leave. Disponível em <http://www.reuters.com/article/us-clinton-africa-idUSTRE75A0R120110611>

cooperação agrícola ou em tecnologia da informação, que faz com que essa interação tenha muitas facetas e seja complexa.

Pela visão neocolonialista não existe uma diversidade entre as relações entre a China e os países africanos. Segundo Raine (2009), outra proporção contrária a da exploração tomada sobre as relações entre China e África, indica o progresso da cooperação e do auxílio ao desenvolvimento, com resultados positivos referentes aos impactos sociais e econômicos notados nos países da África. Por esse ponto, além de fornecer subsídios para a construção de prédios presidenciais, centros de esportes e instalações de órgãos governamentais em países africanos, a China também tem ajudado na construção de projetos voltados para a sociedade como as escolas, unidades de controle de doenças endêmicas, hospitais e etc.

Mesmo parecendo inconsistente julgar que a China possui uma força neocolonialista na África, é visível a diferença entre os relacionamentos da mesma e dos outros países desenvolvidos (EUA e Europa) com os países do continente africano. É explícito que essa expansão do país asiático na África causa certo incômodo e levanta questões em âmbito econômico e político dos países desenvolvidos, principalmente dos países europeus que já tiveram colônias na África, com a preocupação de continuarem tendo destaque no continente. Esse cenário também gera preocupações sobre a “nova disputa pela África”.

De acordo com Alden (2008), com a crescente consolidação da China no continente africano e a consideração de que essa relação é um projeto de longo prazo - tanto para China quanto para África - essa noção de perda de espaço na África torna-se mais perceptível, para os países que concorrem por destaque.

Com o término da Guerra fria, as disputas dos países ocidentais pela África se restringiram a apenas em alguns setores. Simultaneamente, os novos governantes africanos tinham o objetivo de renovar a política e economia do continente, baseada em conceitos democráticos e voltar à economia para o mercado, resumida no termo do “renascimento africano”. Esses líderes queriam alterar a visão antiga comum sobre a África, de um “continente esquecido”, onde aconteciam diversos conflitos, doenças, uma política nada estável, frágil economia e muitos problemas sociais. (RAINE, 2009).

Nas duas décadas anteriores (1990 e 1980) os auxílios aos países africanos eram feitos através do Banco Mundial e FMI e também pelas grandes potências, geralmente para reestruturação da economia interna, IEDs, projetos de privatização, entre outros. A transparência

e a boa governança, que eram as condições políticas por parte do Banco Mundial e FMI, mostravam que apenas os ajustes e reestruturação dos países africanos não seria o bastante para que os países do continente se desenvolvessem. (RAINE, 2009).

Nesse cenário, outras estratégias foram desenvolvidas para África. Foram criadas, pelos países desenvolvidos, principalmente do G-8+5, que incorporou a sua agenda reuniões para tratar de questões relativas à pobreza, conflitos armados, dívida externa, e outros pontos críticos referentes à crise do continente africano. Em 1998, nas Cúpulas do G-8 de Birmingham, foi criado o projeto de cancelamento de dívidas dos países da África, e já em 1999, em Colônia, os débitos devidos ao Reino Unido e a Alemanha foram suspensos. No ano de 2000, na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) foi criada a Declaração do Milênio, na qual, os países que constituíam o grupo, se responsabilizaram em diminuir a pobreza extrema e estipularam uma quantidade de objetivos para serem cumpridos até 2015, as nomeadas Metas de Desenvolvimento do Milênio, tocantes à preservação ambiental, prosperidade social, diminuição da pobreza, e outros assuntos pertinentes ao documento. (RAINE, 2009).

Dessa maneira, era definido, um comprometimento mundial de suporte aos países da África, com o objetivo de vencer suas dificuldades e aprimorar as conjunturas de ordem social e econômica do povo africano. Também em 2000, na cúpula do G-8 em Okinawa, no Japão, os governantes de alguns países africanos (África do Sul, Nigéria, Senegal e Argélia), participaram pela primeira vez. (RAINE, 2009).

É importante destacar que em 2000, no governo Clinton, foi assinado um acordo chamado *The African Growth and Opportunity Act* (AGOA), com o intuito de oferecer contribuições comerciais aos países africanos que se comprometessem a abrir suas economias para construir um mercado mais livre. A vigência do ato foi estendida diversas vezes e prorrogada até o ano de 2015. De acordo com o Departamento de Comércio dos EUA, o ato foi considerado uma iniciativa progressiva ao desenvolvimento da África, já que visava reduzir as barreiras comerciais, aumentar e diversificar as exportações além de gerar empregos no continente. (RAINE, 2009).

Porém, para que os países africanos tivessem acesso a essa iniciativa americana, era necessário que seguissem determinados pré-requisitos, como estarem determinados a estabelecer ou se encontrarem em desenvolvimento contínuo em relação a: economia de mercado; estado de direito e pluralismo político; eliminação dos bloqueios sobre o comércio com os EUA e aos investimentos norte-americanos; defesa à propriedade intelectual; combate à corrupção; projetos

para reduzir a pobreza; aumento do acesso à assistência médica e oportunidades de educação; proteção dos direitos humanos e dos direitos trabalhistas; eliminação de certas práticas de trabalho infantil³⁸. (RAINE, 2009).

Existem críticas em relação a essa investida dos Estados Unidos, as principais delas se referem à falta de diversidade nas exportações da África para os EUA, que são principalmente de bens primários, e a diferença entre os ganhos dos países africanos participantes.

Um novo encontro do G-8, entre os países desenvolvidos e os do continente africano, aconteceria em Gleanegles, no Reino Unido, episódio este em que a agenda da NEPAD obteve um suporte formal do grupo de países mais ricos. Nessa ocasião foi acordado em dobrar, até 2010, o grau de amparo ao desenvolvimento dos países da África, mesmo que os compromissos assumidos pelos países africanos, de boa governança e abertura da economia, não tivessem sido atendidos. Outro benefício aos países africanos, estabelecido nesse mesmo momento, foi o cancelamento de dívidas (no total de 50 bilhões de dólares) de 38 países da África. (RAINE, 2009).

Neste cenário, além da China ter êxito em sua política para África, ela também se torna uma alternativa para os países desenvolvidos e as instituições com FMI e Banco Mundial, em razão de sua cooperação com a África possuir menos condicionalidades e também por não interferir (ou em menor escala) nos assuntos internos dos países do continente africano. (RAINE, 2009).

Como observado no primeiro tópico desse capítulo, mesmo recebendo críticas do Ocidente e da sua população interna, a política chinesa para a África é interessante para os países desse continente. Ademais, como ressalta Alden (2008), a expansão da China na África, faz com que os países desenvolvidos repensem sobre suas táticas de cooperação e desenvolvimento para o continente africano e suas capacidades de manterem destaque na política e economia do país. A atuação e o espaço que as potências ocidentais tinham sobre a África acabam tornando-se frágeis devido a forte e atrativa relação com a China.

Em uma citação de 2005, de Sahr Jonny, Embaixador da Serra Leoa, pode ser notada a atraente posição da China em relação a não exigência de condições sobre as questões internas de países africanos, se comparado às imposições feitas pelos países desenvolvidos, como os do G-8:

Os chineses estão fazendo mais do que o G8 pela história da pobreza. Se um país G8 quisesse reconstruir um estádio, ainda estaríamos realizando reuniões! Os chineses

³⁸ Disponível em: <http://trade.gov/agoa/>.

apenas vêm e fazem. Eles não realizam reuniões sobre avaliação do impacto ambiental, os direitos humanos, a má governança e a boa governança. Não estou dizendo que isso é o certo a se fazer, só que o investimento chinês está tendo sucesso porque eles não estabelecem altos padrões de referência.³⁹ (Tradução livre).

Seguindo o mesmo raciocínio, o presidente do Senegal, Abdoulaye Wade, declararia:

Eu alcancei mais em minha uma hora de reunião com o presidente Hu Jintao em uma suíte executiva no meu hotel em Berlim do que durante a recente reunião do G8 em Heiligendamm do que eu fiz durante a inteira reunião orquestrada de líderes mundiais na Cúpula - onde os líderes africanos foram informados de que os países do G8 iriam respeitar os um pouco mais compromissos existentes.⁴⁰

Cada país que faz negócios com a África, o faz de acordo com suas próprias políticas, sempre prestando atenção aos negócios bem-sucedidos feitos pelos outros países que também possuem relação com a mesma. A China serve de exemplo para outros países por difundir a estratégia “*win-win*”, como podemos notar na fala do Primeiro-Ministro britânico Tony Blair, em 2007, “Podemos trabalhar com a China para servir o desenvolvimento da África de uma forma que beneficia a todos nós.”⁴¹.

De maneira similar, quando visitou a África em 2010, a Secretária de Estado Hilary Clinton, declarou que “Os Estados Unidos não vêm esses interesses chineses [na África] como inerentemente incompatíveis com os nossos. Washington acredita que beneficia a todos como Pequim assume um papel maior e mais responsável nos assuntos mundiais”.⁴²

Dessa maneira, para a China, isso seria uma afirmação sobre um espaço de competição saudável, onde todas as partes saem ganhando. Já para os países desenvolvidos, além do próprio

³⁹ The Chinese are doing more than the G8 to make poverty history. If a G8 country had wanted to rebuild the stadium, we'd still be holding meetings! The Chinese just come and do it. They don't hold meetings about environmental impact assessment, human rights, bad governance and good governance. I'm not saying its right; just that Chinese investment is succeeding because they don't set high benchmarks. (citado em KARUMBIDZA, 2007, p88).

⁴⁰ I achieved more in my one hour meeting with President Hu Jintao in an executive suite at my hotel in Berlin during the recent G8 meeting in Heiligendamm than I did during the entire, orchestrated meeting of world leaders at the summit – where African leaders were told little more than that G8 nations would respect existing commitments. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Africa_s_Many_Divides_and_Africa_s_Futur.html?id=SICMrgEACAAJ&redir_esc=y

⁴¹ “we can work with China to serve the development of Africa in a way which benefits us all” Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/politics/6708917.stm

⁴² The United States does not see these Chinese interests [in Africa] as inherently incompatible with our own. Washington believes everyone benefits as Beijing assumes a greater and more responsible role in world affairs. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/us-clinton-africa-idUSTRE75962920110610>

desafio da competição instigada pela China, também estava presente o dever em manter seus esforços para a mudança na política e economia para a África, pelo aprimoramento das ações do governo e reorganização do mercado nacional.

Neste contexto, diversos países desenvolvidos, entre eles os EUA, França e Inglaterra esforçam-se para continuar tendo com o país asiático um consenso diplomático, visando à exploração da força de cooperação na África e o comprometimento por parte da China, para o desenvolvimento das questões políticas, econômicas e sociais de cada país africano com que possui relação, dentro dos princípios do liberalismo político e econômico que preservam. (RAINE, 2009).

A análise europeia sobre as relações entre a China e o continente africano tem sido, em boa parte, negativa. Diversos dos seus atores internos como a mídia, políticos e organizações demonstram alguns receios como a China sempre favorecida economicamente em relação à África, a forte exploração dos recursos naturais e compromisso restrito com o desenvolvimento da sociedade e da economia africana. Em relação à política, as críticas se reúnem no uso do princípio de não interferência em assuntos internos, que eles consideram uma estratégia inconsequente já que desconsidera as dificuldades internas dos países da África, e também vai contra as atitudes dos europeus em relação ao progresso na área dos direitos humanos, prática da boa governança e democracia juntamente ao continente africano.

Denis Tull (2008), pontua quatro principais visões desfavoráveis europeias sobre a presença da China na África, ressaltadas por organizações sociais e políticos, são elas: i) ressentimento sobre parcerias, muitas das vezes, de doações europeias sob a forma de fundos de ajuda ao desenvolvimento, por escolha dos países que recebem as transações, o que envolve empresas da China em projetos de infraestrutura, por exemplo; ii) O segundo caso de preocupação seria a situação da China de doadora para África e, simultaneamente, receptora de ajuda ao desenvolvimento por parte da UE; iii) Outro problema seria a criação de dependência dos países africanos com a China, pelas suas dívidas, no mesmo período em que os países europeus aplicavam a política extensa de alívio da dívida da África. Tull aponta que tal problema é uma variação da quarta visão; iv) o discurso que coloca os países europeus como atores benevolentes cujas intenções e ações são prejudicados pela China, acrescentando que não está óbvio que as ofertas de Pequim representam impacto negativo nos países africanos. Esta visão ignora também o alívio da dívida dado pela China no âmbito do FOCAC.

De acordo com Javier Solana, Alto Representante da Política Externa e de Segurança Comuns da Espanha, existia uma correlação estreita e positiva no número de pontos em comum entre as estratégias chinesas para a África e percebia os pontos positivos da cooperação e do comércio da China com o continente africano, para o progresso deste país, assim como as consequências do auxílio ao desenvolvimento e suspensão de dívidas manifestados por Pequim. Por isso, ao invés de entrar em confronto, a União Europeia acolhia, de forma crescente, uma política de cooperação com o país asiático sobre temas do continente africano, mesmo sabendo distinguir as discrepâncias entre as duas partes envolvidas e a progressiva concorrência da China na área de investimentos e comércio. (BERGER E WISSENBACH, 2007).

Segundo os autores, Berger e Wissenbach (2007), a China chega a ser um motivo de “influência e de aceleração” para a aliança entre a União Europeia e os países do continente africano, em virtude da positiva política da China para África, que impôs que a UE refletisse sobre suas relações com os países africanos.

Mesmo dentro deste cenário de competição, a União Europeia, os Estados Unidos, o Japão, assim como os países emergentes, os quais aumentaram suas relações com o continente africano, admitem, apesar das diferenças de opiniões, visões, de aproximações e de políticas, a presença em expansão do país asiático na África.

O "fator China" nas relações com a África toma um lugar de destaque ao passo que começa a influenciar as relações entre os países de abordagens tradicionais com o continente africano, tanto em termos políticos quanto econômicos. Neste seguimento, a busca de diálogo com a China sobre a política na África é apresentada como um ponto de partida para a cooperação com a potência asiática.

7.3 A RESPOSTA CHINESA

As críticas recebidas sobre a relação e política da China com o continente africano feitas, principalmente, pelos países desenvolvidos, ganham respostas de Pequim, sob vários olhares diferentes observadas nos discursos dos líderes dos governos tanto em artigos chineses quanto na mídia do país asiático e em outras formas.

Existe uma recorrência profunda dos líderes chineses de que a aliança entre a África e a China, que é antiga já que teve início na década de 1950, é baseada em princípios de lealdade,

amizade, igualdade, benefício e ajuda mútua, reciprocidade, progresso, meta no desenvolvimento de ambas, entre outras concepções. (QIANG, 2010).

Em dezembro de 2010, foi publicado o segundo livro branco referente à política chinesa para a África, nomeado de *China-Africa Economic and Trade Cooperation*, o qual pode ser considerado uma das respostas da China às críticas recebidas. Nesse mesmo ano de publicação do livro, o FOCAC completou dez anos, e o primeiro livro branco havia sido feito cinco anos antes. O novo livro traz, principalmente, as visões da China sobre as relações sino-africanas e as respostas às críticas recebidas sobre essa parceria, com a apresentação das diversidades entre as relações com os diferentes países africanos e os benefícios mútuos, tanto para os países africanos como para o país asiático, que não estão apenas no âmbito econômico e comercial.

Esse livro também pode ser considerado como documento importante para destacar a transparência no aumento das relações sino-africanas. O documento realça, mais uma vez, a relação entre iguais, o lucro mútuo e desenvolvimento comum gerado entre ambas as partes, procurando contestar, dessa maneira, a visão de uma aliança desigual entre a China e o continente africano, baseada na exploração colonial:

Durante seus anos de desenvolvimento, a China e a África deram total atenção para as vantagens complementares nos recursos e estruturas econômicas de ambos os países, respeitando os princípios da igualdade, eficácia, benefício mútuo e reciprocidade e desenvolvimento mútuo, e mantendo o reforço da cooperação econômica e comercial para alcançar o benefício mútuo e o progresso. A prática comprova que a cooperação econômica e comercial entre a China e a África atende os interesses comuns dos dois lados, ajuda a África a alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas, e aumenta a prosperidade e progresso comum para a China e África.⁴³ (Tradução livre).

Considerando a teoria neocolonialista para a presença e expansão da China sobre o continente africano, utilizada principalmente pela imprensa internacional, os líderes chineses, sempre utilizam como exemplo para responder a essas afirmações as expedições do navegador chinês Zheng He, o qual diz não ter provocado a exploração na África, a extração de suas

⁴³ During their years of development, China and Africa give full play to the complementary advantages in each other's resources and economic structures, abiding by the principles of equality, effectiveness, mutual benefit and reciprocity, and mutual development, and keep enhancing economic and trade cooperation to achieve mutual benefit and progress. Practice proves that China-Africa economic and trade cooperation serves the common interests of the two sides, helps Africa to reach the UN Millennium Development Goals, and boosts common prosperity and progress for China and Africa. Disponível em: <http://www.scio.gov.cn/zfbps/wjbps/Document/1435351/1435351.htm>

riquezas e nem criado uma relação de dependência de longo-prazo, em evidente comparação com a presença dos países europeus no continente africano nos últimos séculos.

Segundo Wenping (2007), Diretora do Instituto de Estudos Africanos da CASS, não era o objetivo e nem estava dentro das condições chinesas efetuar uma colonização da África, além disso, nos dias de hoje, não seria possível essa tomada, pois não existiria uma conformação internacional como houve no passado. A autora ainda destaca que aqueles que reconhecem na potência asiática um agente colonizador, não estão considerando que os países do continente africano seriam contra essa política, e essa ação seria totalmente inaceitável no cenário internacional.

Anshan (2011), professor da Universidade de Pequim, baseia as visões e críticas ocidentais sobre a expansão da China no continente africano, pela razão de ainda considerarem a África como sua área de influência, percebendo a China e outros países, dessa maneira, como agentes externos de competição.

Ainda de acordo com o professor, os países desenvolvidos receiam a presença constante da China na África, afirmando que esta irá atrapalhar os seus objetivos no continente, dessa maneira surgem às reações críticas e falta de confiança devido a más interpretações. (ANSHAN, 2011).

Para He Wenping (2007), a acusação de condutas neocolonialistas seria, mais pela preocupação do ocidente em relação à progressiva presença da China na África, do que por uma apreensão sobre a realidade interna africana. Segundo a pesquisadora, a indagação mais importante a se fazer seria se as relações sino-africanas auxiliam ou prejudicam o desenvolvimento do potencial do continente africano, e nesse cenário, em sua análise, essa relação não piora, mas certamente melhora se comparada com as relações que a África teria com o Ocidente caso a China não estivesse tão presente.

Segundo Anshan (2008), a Nigéria, trazida na sessão sobre a África, um país visto como ponto de exploração neocolonialista pelo país asiático, lançou, em conjunto com a China, seu próprio satélite de comunicações, o que seria um exemplo de transferência de tecnologia promovida pelo país asiático.

Ainda, conforme Wenping (2007), pode-se considerar o fato de que a presença chinesa em operações econômicas e comerciais acontece, muitas vezes, em regiões onde os países desenvolvidos ocidentais não expressam interesse econômico, como a exploração de petróleo na

região do Lago Chade, na Nigéria e a da madeira, em Moçambique, apresentados durante a pesquisa.

Sob a acusação de que a China, interessada apenas numa relação de exploração comercial, encobre regimes autoritários e ataques aos direitos humanos, Li Anshan (2008), observa que Pequim também é acusada de práticas autoritárias e desrespeito aos direitos humanos, e mesmo assim, não significa que a União Europeia, o Reino Unido, a França, entre outros fossem impedidos de terem relações com a China. O pesquisador também indica que a China não acolhe o imperativo de um comportamento fundamentado nos princípios ocidentais, nem a classificação de alguns governos dos países do continente africano de corruptos.

Um dos princípios acordados no FOCAC para os investimentos da China na África é a questão da não intervenção nos assuntos internos dos países africanos. Este princípio é reforçado pela China como meio de defesa às críticas internacionais, como também quando questionada em relação aos casos de governos autoritários que infringem os direitos humanos em países do continente africano.

De acordo com Li Anshan (2008), um exemplo que ilustra o caso acima é o acontecido no Zimbábue, onde a China e a União Africana (UA) teriam a mesma postura de não interferência. Em 2005, quando o Presidente Mugabe exigiu a demolição de casas ilegais em Harare, a UA recebeu uma notificação dos Estados Unidos e do Reino Unido para interferir. Para a União Africana não seria a sua atribuição intervir em políticas nacionais de seus estados-membros e não compactuou com as multas impostas pelos países ocidentais. Nesse cenário, a China teria a mesma política, e não poderia ser acusada de encobrir situações internas de alguns países.

O discurso diplomático de Pequim sobre as relações sino-africanas destaca que, além das vantagens econômicas e comerciais entre os envolvidos, fundamentada nos princípios de "ajuda mútua", "não interferência em assuntos internos" e "não exigência de condicionalidades", a China tem auxiliado no aumento da capacidade dos países africanos de autogestão e o desenvolvimento sustentável.

Da mesma forma que seria ingênuo declarar, como sinalizado por Raine (2009), que as relações sino-africanas se dão basicamente por interesses comerciais e que o único objetivo da China na África é o fornecimento de produtos primários, é também desigual a visão de que as relações entre as duas partes, são apenas baseadas em benefícios mútuos. Como podemos observar no início desse capítulo, algumas críticas do governo africano, e também ao longo do

trabalho, mostram que, na verdade, se tratam de relações complexas, as quais precisam de ajustes e reparações contínuas a fim de que ambas as partes tenham vantagens proporcionais.

Segundo Le Pere (2008), um exemplo referente às relações econômico-comerciais, seria advertência de Cheng Siwai, Vice-Presidente da APN, aos empresários da China para um aumento na consciência das suas responsabilidades sociais e empresariais em seus negócios na África, pois segundo Siwai, essas empresas chinesas estarão suscetíveis, a longo prazo, a códigos mais rígidos de conduta e podem enfrentar sanções por não adotarem às normas e segurança do trabalho.

Anshan (2008), também apresenta sua visão crítica sobre as relações entre a China e a África, em respostas aos discursos dos países ocidentais sobre a presença chinesa no continente africano. Uns dos exemplos que ele aborda, são as que ele considera as cinco grandes contradições e desafios dessa parceria: i) divergências entre interesses de ambas partes envolvidas sobre questões referentes ao mercado e aplicação de mão de obra; ii) conflitos entre interesses internos africanos e interesses de empresas da China; iii) discrepância entre os interesses dos países ocidentais e a potência asiática; iv) objetivos opostos referentes a busca chinesa por recursos naturais e à necessidade por desenvolvimento sustentável dos países da África; v) e, por último, conflitos entre as ambições de curto prazo e as de longo prazo. Para o professor, apenas por meio de diálogo visando à cooperação que estas contradições devem ser resolvidas.

O país asiático estaria aberto ao diálogo e cooperação com terceiros sobre questões relacionadas ao continente africano, como pode ser observada na fala do chanceler Yang Jiechi, em um artigo de 2010:

Sob de pré-requisito de dar pleno respeito à vontade dos países africanos, o FOCAC deve procurar ativamente partes de cooperação na comunidade internacional para aumentar a sua abertura e espaço internacional para o desenvolvimento sustentável.⁴⁴
(Tradução livre).

⁴⁴ Under de prerequisite of giving full respect to the will of African countries, the FOCAC shall actively seek parties of cooperation in the international community to boost its openness and international space for development for sustainable development. (JIECHI, 2010)

Assim como no segundo livro branco, já citado anteriormente, de 2010 sobre a política da China para o continente africano:

A China gostaria de trabalhar com outros países e organizações internacionais para melhorar a consulta e coordenação com os países africanos, participar na construção da África, e promover conjuntamente a paz, desenvolvimento e progresso na África.⁴⁵

Neste contexto, pode-se perceber que a China não tem intenção de desenvolver relação com a África de maneira distante da comunidade internacional, o que, de pode representar de certa forma uma disposição às conversas sobre a sua relação com a África. Essa abertura ao diálogo, que já se efetivou com alguns países, entre eles, Estados Unidos, União Europeia, Reino Unido e o Brasil pode ser considerado um bom caminho para analisar as contradições de visões sobre a cooperação chinesa com o continente africano.

O desenvolvimento da diplomacia da China, para com os que mostram críticas à sua presença na África, possui o objetivo de dar explicações com base em seus próprios princípios, que não utilizam apenas com o continente africano ou com os países desenvolvidos, mas com todos os países que só as relações, os cinco princípios da pacífica coexistência, discutido anteriormente, principalmente os já analisados, de: i) não interferência nos assuntos internos; ii) e benefícios mútuos. Estes dois princípios que fundamentam o discurso diplomático para as relações sino-africanas, além de funcionar também como uma ideia contrária a abordagem colonial que os países da União Europeia tiveram em suas relações com a África.

Enfim, a política do país asiático em relação à África, mesmo que algumas vezes seja vista com bons olhos pelos países do continente africano, pelos ganhos econômicos, políticos e de cooperação visíveis, também tem outros pontos de vista, críticas, opiniões dentro dos governos nacionais e da própria sociedade dos países africanos.

É comum que, com o aumento das discussões sobre as relações que a China promove na África, partindo para as áreas de pesquisas acadêmicas e conquistando maior destaque entre a sociedade civil africana, as visões críticas sobre essa parceria vão se construir. Para os países ocidentais, as críticas se formaram, principalmente, baseadas em uma visão neocolonialista do avanço chinês no continente africano, refletindo sobre o fato de que China abrange novos espaços

⁴⁵ China would like to work with other countries and international organizations to enhance consultation and coordination with African countries, participate in the construction of Africa, and jointly promote peace, development and progress in Africa. (4 INFORMATION OFFICE OF THE STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2010)

políticos e econômicos na África, muitas vezes com descarte dos interesses daqueles que anteriormente tinham muita influência e/ou atuação no continente.

Com o Quadro 3 é possível ter uma percepção geral comparando as três visões apresentadas nessa parte da análise.

Quadro 3: Resumo das Visões Africanas, Ocidentais e Chinesas

ÁFRICA	POTÊNCIAS OCIDENTAIS	CHINA
CRÍTICA/DEFESA	CRÍTICA	DEFESA
NEOCOLONIALISMO/COOPERAÇÃO	NEOCOLONIALISMO: MODELO DE ANGOLA	COOPERAÇÃO
DEMOCRACIAS FORTES x RECENTES/REGIMES AUTORITÁRIOS	DEPENDÊNCIA AFRICANA CAPTAÇÃO DE RECURSOS, MERCADO, PRODUTOS.	POLÍTICA EXTERNA PARA ÁFRICA
CIVIL: PROTEÇÃO MEIO AMBIENTE, DIREITOS HUMANOS, TRABALHADOR LOCAL	BAIXOS PADRÕES DA BOA GOVERNANÇA	NÃO INTERFERÊNCIA INTERNA, LUCRO MÚTUO, DESENVOLVIMENTO COMUM
GOVERNO: CRESCIMENTO ECONÔMICO CONTINUO, MAIS VOZ NO SI.	DIREITOS HUMANOS	AMEAÇA AO SISTEMA, MELHORIAS NAS RELAÇÕES MUNDO ÁFRICA

Fonte: Quadro criado pelo autor.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

De acordo com os estudos dos investimentos chineses, a relação China investidora e África necessitada de ajuda, porém rica em recursos naturais, influenciam nas tomadas de decisões chinesas no que diz respeito as suas projeções de investimento no continente africano em um futuro próximo. Essas intenções futuras trazem consigo mudanças para a África, para a China e ainda para países desenvolvidos que se preocupam com as taxas de crescimento e desenvolvimento chinesas dos últimos anos.

Para melhor compreender os impactos que a aproximação China-África tem causado no mundo, é importante relembrar de alguns fatos importantes já tratados na primeira seção do trabalho a fim de entender um pouco melhor a veracidade e dinamicidade com que a economia chinesa tem se comportado nas últimas décadas. Comportamento esse que chama atenção de pesquisadores e teóricos e que nos dão a percepção de que a Grande China acordou e tem sede de tomar o seu lugar no sistema internacional – a posição de hegemonia.

Alguns dos momentos importantes que moldaram as condutas econômicas da China tornando-a um Gigante dos Investimentos Estrangeiros do início do século XXI, são: primeiramente, ainda na década de 1980, quando as economias do mundo inteiro se recuperavam do abalo econômico ou ainda assim passavam por suas ausências de crescimento a China deu o primeiro passo ao estrangeiro. A abertura dos seus mercados nos anos 80 mais expressivamente nos anos 90 despertou na China a vontade de expandir seus negócios, mas não somente no âmbito da economia nacional, ela queria novos mercados, novos fornecedores, novos investidores provenientes do exterior.

Apoiada na abertura dos seus mercados, somada a outros fatores como excesso de mão de obra, resultado de longa reforma agrária e êxodo rural a China passou a abrigar custos de mão de obra baixíssimos o que por sua vez, atraiu investidores internacionais aos montes. O crescimento econômico chinês teve seu grande salto e consegue manter-se devido a essas grandes entradas de divisas por meio dos Investimentos Externos Diretos e cooperações afirmadas e apoiadas pelo governo. Em meio a diversos problemas, esse país do oriente, conseguiu em menos de duas décadas tornar-se o país com a maior quantidade de moeda estrangeira internacional do mundo, ficando a frente mesmo dos EUA, país emissor do dólar.

Somado a isso, e dando continuidade a linha do tempo, a China tem um desempenho extraordinário perante a crise internacional tanto da década de 1970, quanto a mais recente em 2008. Enquanto o mundo afundava-se em desespero, principalmente as grandes economias dos EUA e da Europa, por conta de um novo esgotamento da economia mundial chamado crise financeira, a China “remava contra a maré” e tentava mostrar seu poderio econômico mais uma vez.

Por três décadas consecutivas a China apresentou taxas de crescimento positivas constantes, marco este jamais observado nas economias modernas. Para fazer uma breve comparação e mostrar tamanha grandiosidade desse fato, durante o período da ditadura no Brasil, manchetes cobriam os jornais afirmando o que se chamava na época de “O Milagre Econômico” no qual o Brasil apresentou durante 5 a 7 anos taxas de crescimento da economia acima dos 10% anuais. A China apresenta este tipo de comportamento há 30 anos consecutivos, e dispara nos *rankings* de crescimento, investimento e desenvolvimento mundiais.

Todos os fatos apresentados mostram a versatilidade e o tamanho da economia chinesa perante o mundo. Por outro lado, a China com todo esse poderio e influência se vê obrigada a procurar parceiros no mercado internacional não apenas que lhe tragam lucros no mercado financeiro, mas principalmente na questão de fornecimento dos recursos naturais como o petróleo, gás natural e minérios, ou caso contrário ela não poderá dar continuidade a este crescimento observado dos últimos anos.

Na última década o investimento Chinês no continente africano cresceu notavelmente, sendo assunto de algumas críticas por estudiosos e preocupações por parte de Chefes de Estados. A pergunta que se faz é: O que levou a China a investir pesadamente na África? Como já mencionado, a procura por recursos para suprir as suas necessidades internas é o principal tópico de resposta para essa pergunta, mas de acordo com os princípios chineses os investimentos registrados no continente africano são pautados numa visão mutualista do governo, ou seja, a China pretende proporcionar benefícios recíprocos e aprofundar a cooperação e o desenvolvimento econômico de ambos - China e África. Essa luta pode até levar em conta derrubada da hegemonia atual para que os países que se encontram em desenvolvimento e os que estão abaixo dessa linha possam crescer e ter chances de se desenvolverem também. E vindo por esse ponto de vista, analisando as investidas chinesas, estas diferem muito das investidas norte-americanas e europeias no continente africano, já que a China não exporta a pobreza, pois investe

e financia setores produtores na África, e também não tenta impor ou vender nenhum tipo de ideologia, como assim fizeram americanos e europeus quando colonizaram os países africanos nos séculos passados.

Já na visão dos países desenvolvidos, EUA e países europeus, estes acrescentam aos investimentos chineses feitos no continente africano e essa busca pelos recursos naturais, não se limitando a fazer empréstimos, perdendo dívidas e desenvolvendo cooperações bilaterais, a nada mais do que um novo processo de colonialismo, uma nova era de exploração de recursos naturais em benefício e controle chinês. Enquanto os países africanos enganam-se com os financiamentos de rodovias, expansão e restauração das malhas ferroviárias ligando o interior aos grandes portos para o escoamento de suas matérias primas, a China explora os setores que lhe mais atraem, e garante contratos de prestação de serviços africanos, coleta de recursos naturais e o direito de explorar determinadas áreas devido a sua capacidade generosa em “perdoar” dívidas em troca de longos contratos, o que gera a dependência do continente africano para com a China. Como pode ser observado nos casos da Nigéria, e, principalmente, de Moçambique.

Levando em conta as duas visões é possível tentar entender o paradoxo dos investimentos da China na África: Por um lado os países africanos se beneficiam dos investimentos, melhoram suas estruturas físicas e econômicas, têm seus índices de educação e treinamento elevados, vem um desenvolvimento a taxas positivas e acreditam que as parcerias chinesas são benéficas para o crescimento geral do continente. Porém, por outro lado os investimentos que a China tem feito, a isenção de débitos por meio das cobranças em recursos naturais por longos anos causará um esgotamento das matérias primas africanas, dependência africana e afastamento das negociações com demais países do sistema internacional.

Segundo as tendências dos investimentos chineses no continente africano podem-se notar três possíveis passos que já estão em vigor nas políticas de cooperação Chinesas:

- A expansão das Zonas de Economias Especiais que se formam em torno de recursos naturais mais bem vistos pela China, como petróleo e minérios.
- A expansão das operações de crédito, sendo assim mais países podem se beneficiar do investimento chinês.
- E a difusão do modelo de Angola que nada mais é que a troca do pagamento dos empréstimos por entrega de locais de exploração de recursos naturais ou mesmo contratos de pagamentos em matérias primas por longos anos, como ocorre na Angola, um dos

países que mais receberam ajuda chinesa e que hoje pagam a dívida com altas entregas de barris de petróleo pelo período de 10 anos consecutivos.

Além disso, as causalidades desses investimentos e cooperações sino-africanas para o restante do mundo tem tido repercussões principalmente nos entraves que os EUA e a China travam pela luta do controle econômico mundial. As ações chinesas no continente africano mudaram as concepções dos próprios africanos em negociar com os demais países, principalmente com os EUA e Europa, os quais deverão alterar suas políticas de abordagem e interesse caso queiram investir no continente. Somado a isso, a China alcançou mercados africanos e tornou-se forte mesmo longe de casa, sendo assim a concorrência entre produtos chineses e produtos estrangeiros tem diminuído em território africano, o que permite a China maiores poderes de barganha e maior estabilidade nos investimentos.

Como resultado desta análise as relações sino africanas são caracterizadas com sendo relações de cooperação internacional contendo casos isolados de neocolonialismo que acabam desfavorecendo o continente africano em alguns aspectos, porém de uma maneira mais macro essas relações acabam trazendo benefícios para ambas as regiões, mesmo que esses benefícios não sejam proporcionais. Tanto a China quanto os países africanos tem alcançado taxas superiores de desenvolvimento sem precedentes, reforçando aqui a ideia da cooperação internacional.

Tendo analisado as diferentes visões sobre as relações entre China e África, percebe-se que pouca diferença fará a China às críticas negativas que acusam a prática do neocolonialismo no continente africano, já que as relações não sessaram e trazem benefícios para ambas as partes, por mais que estes sejam desproporcionais. Aqui é a perda da hegemonia que está em jogo no mercado mundial, parece que a China não entrou nesse campo para perder, e tendo a África como seu armazém, o cenário a partir de agora lhe parece bastante favorável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFRICAN GROWTH AND OPPORTUNITY ACT – AGOA. Summary of AGOA. Disponível em: . Acesso em: 23 abril 2016.

ALCIOLY, L.; ALVES, M. A. S.; LEÃO, R. P. F. **A Internacionalização das Empresas Chinesas. Nota Técnica. IPEA**, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/2009_nt01_maio_deint.pdf&t;. Acesso em: 16 novembro 2013

ALDEN, Chris. **China in Africa**. Londres: Zed Books, 2008.

AMORIM, C. “**Perspectivas da Cooperação Internacional**”. In: MARCOVITCH, J. *Cooperação Internacional: estratégia e gestão*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

ANSHAN, Li. **China’s New Policy toward Africa**. In: ROTBERG, Robert (Ed.). *China into Africa, Trade, Aid and Influence*. Washington, DC: Brookings Institutions Press, 2008.

ANSHAN, Li. **Transformation of China’s Policy towards Africa**. Working Paper, n. 20, out. 2011.

AYLLÓN, B. **La Cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales**. Carta Internacional. São Paulo, 2007.

BANCO MUNDIAL. **World DataBank**. Disponível em: . Acesso em: 20 fevereiro 2016.

BAUMANN, Renato; CANUTO, Otaviano; GONÇALVES, **Reinando. Economia internacional: teoria e experiência brasileira**, Rio de Janeiro, Campus, 2004, 442 p.

BERGE, Bernt; WISSENBAACH, Uwe. **EU-China-Africa trilateral development cooperation: common challenges and new directions**. Discussion Paper, n. 21, Bonn, 2007. Disponível em: . Acesso em: 26 março 2016.

CABRAL, Amílcar. **Arma da Teoria: unidade e luta**. In ANDRADE, Mário (org). Portugal: Seara Nova, 1975.

CANBY, KERSTIN, HEWITT, JAMES, BAILEY, LUKE, KATSIGRIS, EUGENIA, XIUFANG, SUN (2008), “**Forest products trade between China & Africa. An analysis of imports and exports**”, <http://www.forest-trends.org/documents/publications/ChinaAfricaTrade.pdf>.

CAVES, Richard E.; FRANKEL, Jeffrey A.; JONES, Ronald W. **Economia Internacional: comércio e transações globais**. São Paulo, Saraiva, 2001, 598 p.

CHERNAVSKY, E; LEÃO, R. P. F. **A Evolução e as Transformações do Comércio Exterior Chinês.** In: HIRATUKA, C. et al. **Comércio Internacional: aspectos teóricos e as experiências indiana e chinesa.** Brasília: IPEA, 2010.

DE SOUZA PAULA, Maria Carlota; GAMA ALVES, Isabel Teresa. **A cooperação internacional em C&T: aspectos gerais.** Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001.

DENCKER, Ada F.M. **Pesquisa e Interdisciplinaridade no Ensino Superior: Uma experiência no Curso de Turismo.** São Paulo: Aleph, 2002

EBERHARD, Anton; FOSTER, Vivan; BRICEÑO-GARMENDIA, Cecilia; OUEDRAOGO, Fatimata; CAMOS, Daniel; SHKARATAN, Maria. **Underpowered: The State of the Power Sector in Sub-Saharan Africa.** Disponível em: <http://infrastructureafrica.org/system/files/BP6_Power_sect_summary.pdf>; Acesso em: 20 março 2016.

EDINGER, Hannah; BURKE, Christopher. **China-Africa Relations: a Research Report on Zimbabwe.** [s.l.]: Centre for Chinese Studies, 2008.

FAROOKI, Masuma; KAPLINSKY, Raphael . **“The Impact f China on Global Commodity Prices”.** New York, Routledge, 2012.

FERNANDES, José Pedro T. **Teorias das Relações Internacionais: Da Abordagem Clássica ao Debate Pós-Positivista.** Coimbra: Almedina, 2004.

FIOCRUZ. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal_ensp/cooperacao-internacional/cooperacao-tecnica/>. Acesso em: 3 fevereiro 2016

FIORI, J. L. **“Depois da retomada da hegemonia.”** In: FIORI J. L. ; Medeiros, C.A. de. (Orgs.) **Polarização Mundial e Crescimento.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2001

GAIL, Eadie, GRIZZELL, Denise, **“China's Foreign Aid, 1975-78”, The China Quarterly,** n. 77, Cambridge, Cambridge University, pp. 217-234,

GATTO, Del Filippo. **Forest Law Enforcement in Mozambique.** An Overview (Draft version), DNFB & FAO, Maputo, Moçambique, 2003.

GEOPOLÍTICA. **Brasil quer conter presença chinesa na África.** In: Defesanet. 20 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/9758/brasil-quer-conter-presenca-chinesa-na-africa>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

GERMAN, L.A., SCHONEVELD, G.C. WERTZKANOUNNIKOFF, S. AND GUMBO, D. **Chinese trade and investment and its impacts on forests: a scoping study in the Miombo woodlands.** CIFOR Working Paper No. 84. Center for International Forestry Research, Bogor, Indonesia, 2011.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. **A Economia Política do Modelo Econômico Chinês: o Estado, o mercado e os principais desafios.** Disponível em: <<http://www.eg.fjp.mg.gov.br/index.php/publicacoes/textos-para-discussao/139-textos->

publicados-em-2009/981-a-economia-politica-do-modelo-economico-chines-o-estado-o-mercado-e-os-principais-desafios>. Acesso em: 20 agosto. 2013.

HERZ, M.; HOFFMANN, A. **Organizações Internacionais: História e Práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

IGLESIAS, Roberto Magno; COSTA, Katarina. **Investimento estrangeiro direto na África**. In: Evento CEBRI. Slides de apresentação. Novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.cebri.org/midia/documentos/katarinacosta.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2016.

IKHUORIA, Edwin. **The Impact of Chinese Imports on Nigerian Traders**. In: HARNEIT-SIEVERS, Axel; MARKS, Stephen; NAIDU, Sanusha (Eds.). *Chinese and African Perspectives on China in Africa*. Cidade do Cabo: Pambazuka Press, 2010.

INFORMATION OFFICE OF THE STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **China's Peaceful Development Road**. 2005. Disponível em: . Acesso em: 21 abril.2016

IPEA. **Transformação Estrutural e Recursos Naturais**. Perspectivas Econômicas na África. Disponível em: <<http://www.africaneconomicoutlook.org/po/em-foco/transformacao-estrutural-e-recursos-naturais/>> Acesso em: 20 fevereiro 2016.

JIECHI, yang. **Fruitful Results and New Chapter of Chin-Africa Relations**. Ministério dos Negócios Estrangeiros, 27 out. 2010.

JINTAO, Hu. **China's Development Is an Opportunity for Asia**. In: CONFERÊNCIA ANUAL DO FÓRUM DE BOAO, 2004. Disponível em: Referências 283 . Acesso em: 23 ago. 2015.

JÚNIOR, Mario Cordeiro de Carvalho. **A presença da China na África e as ameaças ao Brasil**. In: INFORMATIVO DE COMÉRCIO EXTERIOR AEB, nº 108, ano XII, março de 2011. Disponível em: <http://www.aeb.org.br/userfiles/file/A%20PRESEN%C3%87A%20DA%20CHINA%20NA%20AFRICA%20E%20AS%20AMEA%C3%87AS%20AO%20BRASIL%281%29.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2016.

KARUMBIDZA, J. **Win-win economic cooperation: Can China save Zimbabwe's economy?** In F. Ma, 2007.

KEOHANE, R. O. e NYE, J. S. **“La interdependencia en la política mundial”**. In: Poder e interdependencia. La política mundial en transición. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano. 1977.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD Maurice. **Economia internacional: teoria e política**, 5ª ed. São Paulo, Makron Books, 2010. 797p.

LANGTON, D. U.S. **Trade and Investment Relationship with Sub-Saharan Africa: The African Growth and Opportunity Act and Beyond**. 2008. Congressional Research Service. Disponibilidade e acesso em: <http://www.fas.org/sgp/crs/row/RL31772.pdf>

LE PERE, Garth. **Geo-Strategic Dimensions of the Sino-African Relationship**. In: AMPIAH, Kweku; NAIDU, Snausha (Eds.). **Crouching Tiger, Hidden Dragon? Africa and China**. Scottsville: University of KwaZulu-Natal Press, 2008.

LEITE, Fabio Rubens da Rocha. **A questão ancestral: África negra**. São Paulo: Palas Athena/Casa das Áfricas, 2008.

MACKENZIE, C. and RIBEIRO, D. **Tristezas tropicais: more sad stories from the forests of Zambézia**. Amigos da Floresta and Justiça Ambiental, Maputo, Mozambique, 2009.

MACKENZIE, Catherine. **Forest governance in Zambézia, Mozambique**. A Chinese Take Away! Final report for FONGZA, Maputo, 2006.

MEDEIROS, C. A. **Globalização e inserção internacional diferenciada da Ásia e América Latina**. In: TAVARES, M. C., FIORI, J. L. **Poder e dinheiro**. Uma economia política da globalização. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MOORE, D. **“Neoliberal Globalization and the triple crisis of “modernization” in África: Zimbabwe, the Democratic Republic of Congo and South Africa.**” In *Third World Quarterly*, Vol. 22, No 6, pp909-929, 2001.

MORRISON, Wayne. **China’s Economic Conditions**. Disponível em: <<http://fpc.state.gov/documents/organization/194783.pdf>> Acesso em 30 janeiro. 2016.

NEGRÃO, J. **O Contributo dos Cientistas Sociais Africanos**. VIII Congresso Luso-AfroBrasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, set.2004. Disponibilidade e acesso em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/jnegrao.pdf>

NKRUMAH, K. **Neocolonialismo: ultimo estágio do imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. **China: Estabilidade e Crescimento Econômico**. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 2 (118), pp. 201-218, abril-junho/2010.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. **A política africana da China**. In: **ÁFRICA - CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL – II CNPEPI: o Brasil no mundo que vem aí**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração do Milênio**, Resolução nº 55/2, de 6 de setembro de 2000. Disponível em: . Acesso em: 23 março 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Perfil da China**. Disponível em: . Acesso em: 31 fevereiro 2016.

PARTNERSHIP FOR AFRICA’S DEVELOPMENT – NEPAD. **NEPAD’s History**. Disponível em: . Acesso em: 15 out. 2011.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **O conceito de desenvolvimento econômico**. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br>. Acesso em 24 de agosto de 2015.

QIANG, Zeng. **China's strategic relations with Africa**. In: HARNEIT- -SIEVERS, Axel; MARKS, Stephen; NAIDU, Sanusha (Eds.). **Chinese and African Perspectives on China in Africa**. Cidade do Cabo: Pambazuka Press, 2010.

RAINE, Sarah. **China's African Challenges**. Londres: The International Institute for Strategic Studies, 2009.

REISEN, Helmut, NDOYE, Sokhna (2008), **"Prudent versus Imprudent Lending to Africa: From Debt Relief to Emerging Lenders"**, Working Paper 268, OECD Development Centre.

RICOBOM, Gisele. **Aspectos da Teoria da Interdependência no Contexto das Relações Internacionais Contemporâneas**. In: OLIVEIRA, Odete Maria de; DAL RI, Arno Jr. (org.). **Relações Internacionais: Interdependência e Sociedade Global**. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2003, p.254-255.

ROSECRANCE, Richards. **The rise of the trading State**. New York: Rising books, 1986.

SARAIVA, José Flávio S. **A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?** Revista Brasileira de Política Internacional, v. 51, n. 1, 2012.

SÉRGIO, Paulo. **O Petróleo em África**. O País Dossier. Disponível em: <<http://www.opais.net/pt/dossier/?det=12625&id=2037>> Acesso em: 20 março 2016.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Mauricio. **Memórias d'África: a temática africana em sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2007.

TULL, Dennis. **China in Africa: European Perceptions and Responses to the Chinese Challenge**. Working Paper, Berlim, 2008.

WENPING, He. **The Balancing Act of China's Africa Policy**. China Security, v. 3, n. 3, verão 2007.

WOOD, A. **Could Africa Be Like America?**, DFID, London. 2002

ZHIGANG, Xing. **NPC deputy calls for promoting Chinese**. China Daily, 10 mar. 2006. Disponível em: . Acesso em: 7 março 2016

ZHU, Xiaodong. **Understanding China's Growth: Past, Present and Future: Journal of Economic Perspectives**, v. 26, n. 4, 2012, p. 103-124. Disponível em <<http://homes.chass.utoronto.ca/~xzhu/paper/JEP2012.pdf>> Acesso em 3 fevereiro. 2016.